

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA

O VALE DE PALMAREJO COMO PARQUE URBANO DA CIDADE DA PRAIA
REDESENHO DO REMATE DA ACHADA DE SANTO ANTÓNIO



JANDIRA TEIXEIRA SILVA
(Licenciada)

Dissertação/Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura
(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador científico: Professor Catedrático João Sousa Morais
co- Orientador: Assistente Convidada Joana Malheiro

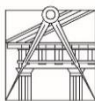
Júri:
Presidente: Luis Afonso
Arguente: Jorge Boveri

Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
Lisboa, fevereiro 2018



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA

**O VALE DE PALMAREJO COMO PARQUE URBANO DA CIDADE DA PRAIA
REDESENHO DO REMATE DA ACHADA DE SANTO ANTÓNIO**

JANDIRA TEIXEIRA SILVA

(Licenciada)

Dissertação/Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura
(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador científico: Professor Catedrático João Sousa Morais
C- Orientador: Assistente Convidada Joana Malheiro

Júri:

Presidente: Luis Afonso

Arguente: Jorge Boueri

Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

Lisboa, fevereiro 2018

TÍTULO | **O VALE DE PALMAREJO COMO PARQUE URBANO DA CIDADE DA PRAIA**
SUB – TÍTULO | **REDESENHO DO REMATE DA ACHADA DE SANTO ANTÓNIO**

DISCENTE | Jandira Teixeira Silva | A17251
ORIENTADOR | Professor Catedrático João Sousa Morais
CO- ORIENTADOR | Assistente Convidada Arq. Joana Malheiro

RESUMO

Praia, cidade de vales e planaltos, praticamente não possui espaços públicos verdes, as vistas não são devidamente valorizadas e registam-se dificuldades de acessibilidade e de ligação entre assentamento formal /informal.

Porém, entre as encostas dos planaltos de Achada de Santo António e de Palmarejo, localiza-se um vale verde que possui um potencial de resposta a estes problemas, se for preservado, com um tratamento contemporâneo, a nível de arquitetura.

Esta dissertação reconhece o potencial ambiental, identitário e paisagístico do Vale de Palmarejo e das encostas circundantes e procura, com suporte nos elementos primários e no entendimento de factos urbanos do território a intervir, conferir-lhes um tratamento, a nível de projeto urbano e edificado, que estabeleça a ligação entre as realidades e resolva os problemas de descontinuidade urbana, através do Redesenho do Remate da Achada de Santo António, com um programa adequado, composto por um conjunto de equipamentos que vão transformar toda a área de intervenção, numa zona de lazer, preservando o Vale do Palmarejo como um Parque urbano.

PALAVRAS-CHAVE

Praia| Formal- Informal | Ligação | Redesenho | Parque urbano

Mestrado integrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
Lisboa, fevereiro 2018

TITLE | **O VALE DE PALMAREJO COMO PARQUE URBANO DA CIDADE DA PRAIA**
SUB – TÍTULO | REDESENHO DO REMATE DA ACHADA DE SANTO ANTÓNIO

STUDENT | Jandira Teixeira Silva | A17251
MAIN ADVISOR | Professor Catedrático Arq. João Sousa Morais
CO-ADVISOR | Assistente Convidade Arq. Joana Malheiro

ABSTRACT

Praia, city of valleys and highlands, practically does not have green public spaces, the scenic views are not properly valued and there are difficulties of accessibility and connection between formal / informal settlement.

However, between the slopes of the Achada de Santo António and Palmarejo highlands, there is a green valley that has a potential to solve to these problems, if preserved, with a contemporary treatment in terms of architecture.

This dissertation recognizes the environmental, identity and landscape potential of the Palmarejo Valley and the surrounding slopes and seeks, with support in the primary elements and in the understanding of urban facts of the territory to intervene, to give them a treatment, in terms of urban and built project, which establishes the link between the realities and solves the problems of urban discontinuity, through the Redesign of the Remate of Achada de Santo António, with an adequate program, composed of a set of equipment that will transform the whole area of intervention, in a zone of leisure, preserving the Palmarejo Valley as an urban park.

KEYWORDS

Praia| Formal-Informal | Connection | Redesign | Urban Park.

Master in Architecture
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa
Lisboa, Fevereiro 2018

AGRADECIMENTOS

Ao universo pelo alinhamento lindo de amigos, ao percurso de vida feito em Lisboa, à construção de memórias, à minha desconstrução e o juntar de peças, à coragem de fazer tal procura, a força de me enfrentar tão profundamente.

Agradecer a paciência que amplifica o amor dos professores depositado no carinho do olhar, na atenção, na preocupação, no compreender do espaço e do tempo, na pressão necessária para fazer acontecer.

Agradecer o amor dos meus pais que acreditaram, nunca desistiram e me apoiaram incondicionalmente ao longo do percurso.

À professora Joana Malheiro por ter acreditado e incansavelmente assegurou mesmo quando eu duvidava. Ao professor João Sousa Morais pelo compromisso e o desafio de levar a história até ao fim. Ao calor lusófono do professor Jorge Boeuri, rematando o final do percurso.

Agradecer a família que construí na Faculdade de Arquitetura, o combinar de caras queridas oferecendo um ambiente acolhedor, através do olhar de cada membro desta casa, a todos os professores, funcionários, colegas e amigos que acompanharam e sorridentemente cruzamos as esquinas desta casa ao longo deste percurso académico.

À Kleidy Landim por fielmente ter desempenhado o papel de irmã ao longo desses anos todos e, paralelamente, com o Israel Delgado, um outro irmão, juntos formaram energias tão sólidas que me estruturam.

Aos anjos que se alinharam, trazendo luz e alegria para a realização deste sonho: Obrigada amigos: Vanessa Sousa, Rita Alves, Vânia Farinha, Fabiana Ferreira, Arcelino Dias Gomes, Júlio António, Aloísio Rodrigues, Raissa Silva e Patricia Teixeira.

BOND

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ESTADO DA ARTE	8
ANÁLISE DO TERRITÓRIO	17
CABO VERDE – CONTEXTO HISTÓRICO	18
DESCOBRIMENTO	19
CARACTERIZAÇÃO AS ILHAS.....	20
O POVOAMENTO DAS ILHAS.....	21
O PROCESSO DE MISCIGENAÇÃO	22
IDEOLOGIA	23
POLÍTICA SOCIOECONÓMICA	25
LUTA PARA A INDEPENDÊNCIA.....	26
SANTA MARIA DE SANTIAGO – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA	28
OS TEMPOS DE CONSTRUÇÃO.....	29
PRIMEIROS ASSENTAMENTOS	30
NOVA DINÂMICA PORTUÁRIA.....	31
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CIDADE.....	32
EXTENSÃO E VALORIZAÇÃO DA ZONA BAIXA DA CIDADE.....	33
DO INÍCIO DO SÉCULO AO ESTADO NOVO	34
UM PAÍS PÓS INDEPENDÊNCIA	36
O LUGAR	39
A IMAGEM DE UMA CIDADE DE VALES E PLANALTOS	40
O LUGAR VALE DO PALMAREJO.....	41
O LUGAR GENESE.....	42
ELEMENTOS ESTRUTURANTES	45
GEOMORFOLOGIA ÁGUA E TERRA.....	47
MANCHA VERDE.....	49
ACESSIBILIDADE LIMITES	51
O TRAÇADO.....	54
TRAÇADO FORMAL	55
TRAÇADO INFORMAL	57
IMAGEM VISTAS.....	58

O PROJECTO	61
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA	63
PRESSUSPOSTOS DE INTERVENÇÃO	65
PRESSUSPOSTOS PROGRAMÁTICOS	66
O PROJECTO URBANO	67
O DESENHO URBANO	68
O PROJETO EDIFICADO	78
CENTRO CULTURAL	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS	89
PROCESSO DE TRABALHO	90
O PROJECTO / PEÇAS DESENHADAS	93
FOTOGRAFIAS DA MAQUETE FINAL	94

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 ROTA DOS DESCOBRIMENTOS E PORTUGAL	19
FIGURA 2 O ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE	19
FIGURA 3 ILHAS SANTA LUZIA; SÃO NICOLAU	20
FIGURA 4 ILHAS DO MAIO; FOGO E BRAVA	20
FIGURA 5 ILHAS DE BOA VISTA E SANTIAGO	20
FIGURA 6 ILHAS DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE	20
FIGURA 8 PELOURINHO CIDADE VELHA	21
FIGURA 8 RESGATE DOS ESCRAVOS NA COSTA DA GUINÉ	21
FIGURA 9 SIMBOLISMO MISCIGENAÇÃO	22
FIGURA 10 MENINOS DAS ILHAS	22
FIGURA 11 RUINAS DA SÉ CATEDRAL DE CIDADE VELHA – CONSTITUINTE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL	23
FIGURA 12 IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	23
FIGURA 13 TABANCA DE ACHADA SANTO ANTÓNIO	24
FIGURA 14 RUA DA BANANA- CIDADE VELHA	25
FIGURA 16 CERIMÓNIA DE PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE, NA CIDADE DA PRAIA - 05.07.1975	26
FIGURA 16 AMÍLCAR CABRAL	26
FIGURA 19 MODELAÇÃO 3D DA ILHA DE SANTIAGO	29
FIGURA 19 LOCALIZAÇÃO DA ILHA DE SANTIAGO NO ARQUIPÉLAGO	29
FIGURA 19 REDE HIDROGRÁFICA E TOPOGRAFIA - ILHA DE SANTIAGO	29
FIGURA 20 PORTO DA PRAIA 1793	30
FIGURA 21 MAPA DA HIPSOMETRIA FONTE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA PRAIA 2013	30
FIGURA 22 PLANTA DA CIDADE DA PRAIA E DO PORTO - 1820	31
FIGURA 23 ESTRUTURA URBANA 1778	31
FIGURA 24 RUA SÁ DA BANDEIRA 1915	32
FIGURA 25 PRAÇA ALEXANDRE ALBUQUERQUE PLATEAU – 1820	32
FIGURA 26 ESTRUTURA URBANA 1882	32
FIGURA 27 ESTRUTURA URBANA 1968	33
FIGURA 28 VISTA PARCIAL DA PRAIA 1890	33
FIGURA 29 VISTA PARCIAL DA PRAIA	34
FIGURA 30 MERCADO DO PLATEAU 1958	34
FIGURA 31 ESTRUTURA URBANA 1996	34
FIGURA 32 EVOLUÇÃO DO PLATEAU DE 1778 ATÉ 1929 FONTE: ESTUDO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO – FRENTE MARÍTIMA DA CIDADE DA PRAIA	35
FIGURA 33 CORTE LONGITUDINAL DA CIDADE DA PRAIA, DE 1946	35
FIGURA 34 VISTA SOBRE ACHADA SANTO ANTÓNIO	36
FIGURA 35 ESTRUTURA URBANA 2015	36
FIGURA 36 VISTA AÉREA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO - _ FONTE ASEMANA ONLINE	39
FIGURA 37 ORTHO MAPS - ÁREA DE INTERVENÇÃO - FONTE GOOGLE MAPS	41
FIGURA 38 -URBANIZAÇÃO DA PRAIA PLANO PARCELAR DA ACHADA DE SANTO ANTÓNIO, REDE VIÁRIA, 1971	42
FIGURA 39 -1884 -MAP OF PORTO PRAYA	42
FIGURA 40 PLANTA CARTOGRÁFICA ACHADA SANTO ANTÓNIO	42
FIGURA 41 CASA SENHOR JOAQUIM, ARRENDATÁRIO NO VALE - FOTO DA AUTORA	43
FIGURA 42 ENTRADA DA CASA GRANDE -FOTO DA AUTORA	44
FIGURA 43 POÇO - FOTO DA AUTORA	44
FIGURA 44 ANEXO DA CASA GRANDE- FOTO DA AUTORA	44
FIGURA 45 CASA GRANDE - FOTO DA AUTORA	44
FIGURA 46 PROPRIETÁRIO E RESIDENTE - ENCOSTA ACHADA SANTO ANTÓNIO - VISTA DA PORTA DE CASA SOBRE A MANCHA VERDE FOTO DA AUTORA	45
FIGURA 47 ESQUEMA GEOMORFOLÓGICO ÁGUA E OS ASSENTAMENTOS ÁREA DE INTERVENÇÃO	47
FIGURA 48 PONTA SUL DA ENCOSTA DE ACHADA DE SANTO ANTÓNIO - FOTO DA AUTORA	48
FIGURA 49 ESTRUTURA VERDE DO VALE DO PALMAREJO. ILUSTRAÇÃO DA AUTORA	49
FIGURA 50 VISTA SOBRE O VALE, A PARTIR DE UMA PROPRIEDADE PRIVADA NA ENCOSTA. – FOTO DA AUTORA	50

FIGURA 51 ESQUEMA DAS ACESSIBILIDADES. ILUSTRAÇÃO AUTORA.....	51
FIGURA 52 ACESSIBILIDADE TRANSVERSAL NA ENCOSTA POENTE ACHADA SANTO ANTÓNIO FOTO DA AUTORA	52
FIGURA 53 ACESSO AO FUNDO DO VALE - RUA FLOR DE BRAVA CRUZAMENTO COM AV. OUA.....	52
FIGURA 54 RESIDÊNCIA PRIVADA- BARREIRA VISUAL.....	52
FIGURA 55 ACESSO AO VALE NA ENCOSTA SUL DE ACHADA SANTO ANTÓNIO.	53
FIGURA 56 ENCOSTA POENTE ACHADA SANTO ANTÓNIO - LIMITE DE ACESSIBILIDADE	53
FIGURA 57 VIA MARGINAL CANAL DO VALE DO PALMAREJO.....	53
FIGURA 58 PRAIA SHOPPING.....	56
FIGURA 59 ETAR- FOTO DA AUTORA	56
FIGURA 60 EDIFÍCIO SEDE DA REPRESENTAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM CABO VERDE	56
FIGURA 61 ASSENTAMENTO ESPONTÂNEO PRIMEIRA FASE- FUNDO DE VALE- FOTO DA AUTORA	57
FIGURA 62 CARACTERÍSTICA DE ASSENTAMENTO INFORMAL.....	57
FIGURA 63 VISTA PARA SUL -MIRADOURO ONU	59
FIGURA 64 ENCOSTA DE ACHADA DE SANTO ANTÓNIO. VISTA PARA NORTE, BAIRRO TIRA CHAPÉU	59
FIGURA 67 MIRANTE SOHLBERGPlassen / CARL-VIGGO HØLMERBAKK	70
FIGURA 67 PARKORMAN.....	70
FIGURA 67 ETAR DE ALCÂNTARA- AIRES MATEUS	70
FIGURA 68 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO - ESQUIÇO DA AUTORA.....	71
FIGURA 69 CASA DAS MUDAS - PAULO DAVID.....	71
FIGURA 70 VOLUMETRIA DO MERCADO INFORMAL - ESQUIÇO DA AUTORA.....	73
FIGURA 71 ESQUIÇO DA TORRE - PERCURSO NA ENCOSTA	74
FIGURA 72 INTERVENÇÕES NA ENCOSTA NORTE DA ACHADA SANTO ANTÓNIO - ESQUIÇO DA AUTORA	74
FIGURA 73 INTERVENÇÕES NA ENCOSTA POENTE DA ACHADA SANTO ANTÓNIO- ESQUIÇOS DA AUTORA	75
FIGURA 74 TRAÇÃO FORMAL DA ACHADA NO EDIFÍCIO - ESQUIÇO DA AUTORA	76
FIGURA 75 ASSENTAMENTO DO VOLUME CENTRO CULTURAL NO PARQUE URBANO - ESQUIÇO DA AUTORA	76
FIGURA 76 REPRESENTAÇÃO DA IGREJA NO FIM DA ALAMEDA	77
FIGURA 77 ANALOGIA DA SEREIA – ESQUIÇO DA AUTORA	79
FIGURA 78 ALAMEDA- ENTRADA DA ESTRUTURA. ESCOLA DE MUSICA, COWORKING - ESQUIÇO DA AUTORA.....	80
FIGURA 79 PÁTIOS INTERNOS DOS VOLUMES- ESQUIÇO DA AUTORA.....	81
FIGURA 80 PERCURSO FLUIDO ENTRE OS VOLUMES - ESQUIÇO DA AUTORA	81
FIGURA 81 PISO TÉRREO DO EXCHANGE	82
FIGURA 82 ESQUIÇO VOLUMETRIA DO AUDITÓRIO.....	83
FIGURA 83 CORTE ESQUEMÁTICO DO LOBBY - AUTORA.....	83
FIGURA 84 FUNCIONAMENTO DA RAMPA - CABEÇA DA ESTRUTURA	84
FIGURA 85 ESQUIÇOS DA AUTORA PROPOSTA EDIFICADA.....	91
FIGURA 86 ESQUIÇOS DA PROPOSTA URBANA.....	91
FIGURA 87 ESQUIÇOS PROCESSO DE TRABALHO PROPOSTA EDIFICADA	92
FIGURA 88 FIGURA 88 FOTOGRAFIAS DA MAQUETE FINAL PROPOSTA URBANA ESC. 1/1000.....	94
FIGURA 89 FIGURA 87 FOTOGRAFIAS DA MAQUETE FINAL PROPOSTA URBANA ESC. 1/1000.....	95
FIGURA 90 FOTOGRAFIA MAQUETE FINAL PROPOSTA DO EDIFICADO ESC. 1/500.....	95
FIGURA 91 FIGURA 90 FOTOGRAFIA MAQUETE FINAL PROPOSTA DO EDIFICADO ESC. 1/500.....	95
FIGURA 92 FIGURA 91 FIGURA 90 FOTOGRAFIA MAQUETE FINAL PROPOSTA DO EDIFICADO ESC. 1/200	95
FIGURA 93 FOTOGRAFIAS MAQUETE FINAL PROPOSTA EDIFICADO ESC. 1/200.....	95

MIRADOURO

Num percurso de mar lá estavas tu, sempre... até que um dia passaste a ser um lugar de permanência, de convívio, de ser, simplesmente tornaste um lugar de chegada, encontro de amor. Um lugar meu.

A pergunta é, porquê lá ir, o que eu lá encontrava? Encontrava o outro que eu queria conquistar para ser amada. Em solidão encontrei-me a mim a ver para o outro, a ti nunca lá levei, de tal forma sagrado que és, ao outro requer para mim um teste de avaliação para que lá pudesse chegar e permanecer ao meu lado, é como se resolvesse levar lá alguém eu estivesse a levar alguém para ir ter de encontro comigo mesma.

Não se leva qualquer pessoa para passear num miradouro ... pois é lá que somos de ouro. Arrependo sim de levar alguém que nos meus olhos não me viu e em tempo não percebi que era preciso uma ligação à alma para apresentar-te.

Hoje sei quem és, sou eu, o meu é privado, as minhas águas são sagradas, correm ao encontro do mar tão perto, tanto eu consigo me banhar duas vezes só. Desejava sim ter-te como um lago onde podia nadar de uma ponta a outra, voltar e observar-te a acalmar as ondas que em ti criei, ver toda a minha essência pairar-se no fundo, tornarem-se as águas cristalinas, ver-te ao fundo. Mas não, és confusa teimosa e não paras, oh mente.

Contramaré nado, abro os olhos para me manchar a visão, fecho-os para seguir em frente sem saber por onde vou, mas nesta confusão, mais vale levar-me de olhos fechados. Bates-me á costa me entulhas de areia, me jogas contra as pedras, levanto-me tonta, apaixonada por esse prazer e aventura, sinto-me viva neste encontro de mar e terra. Com um sorriso, porém, cansada, quero é nadar longe, manter-me a boiar longe, mergulhar fundo abrir os olhos para algo tão meu, visão tão ampla, silencio tão puro, solidão tao só, só eu, imensidão tão belo.

E dou comigo a escrever para a essência que me fez escolher-te a ti para mergulhar, uma procura, aventura tão louca, um medo tão gigante, o de responder o meu próprio eu, ganhar a coragem de fazer com que eu me enfrente cada dia ao trabalhar o que vem dentro, fazer de ti a minha resposta, ver-te, pois, sou eu que me vejo nestas águas sujas onde o meu reflexo é fusco, insisto em me-ver de olhos fechados.

INTRODUÇÃO

A presente abordagem teórica reflete um suporte ao projeto de Mestrado Integrado de Arquitetura, cuja temática versa a cidade da Praia, em Cabo Verde e, em particular o Vale do Palmarejo.

Este vale corresponde no presente a uma das áreas com potencial de uma estrutura de verde urbano, salvaguardando os respetivos parâmetros de uma zona ecológica privilegiada em vias de reabilitação urbana.

O desafio insere-se na escala de Arquitetura da cidade ou de desenho urbano, em que se pretende conferir ao vale uma identidade própria, relacionando ambas as margens, resolvendo, por conseguinte, problemas de descontinuidades urbanas.

O programa a implementar foi proposto, tendo por base a instituição de uma nova centralidade urbana, garantida por um conjunto de equipamentos que garantem uma vasta zona de lazer e irão conferir a este espaço novas dinâmicas: um Parque urbano.

O desenvolvimento desse projeto teve por base as seguintes premissas:

- A potencialidade do vale poder ser transformado em espaço público qualificado que permita a interpelação e a coesão social entre duas realidades, o formal e o informal e consequentemente entre os seus habitantes;
- A singularidade da orografia do território envolvente que lhe confere grande valor paisagístico, nomeadamente pelas vistas que proporciona;
- A valorização de uma área de produção agrícola única, como pulmão verde da cidade.

Tendo em consideração que se trata de uma vasta área, com diversas potencialidades de intervenção, devido às características únicas e localização central na cidade da Praia, o Projeto pretende cumprir os seguintes objetivos:

- Articular o traçado formal com o informal.

Segundo dados da Câmara Municipal da Praia (2014), mais de metade das construções da cidade desenvolveu-se sem um planeamento prévio, dando origem a assentamentos informais, como é o caso do Vale de Palmarejo. Neste contexto, pretende-se costurar o limite que o separa da cidade formal, que se situa nas achadas circundantes, de modo a assegurar a continuação da estrutura urbana. A criação de espaços públicos qualificados para ambas as realidades permitirá gerar interpelação e coesão entre os respetivos habitantes.

- Redesenhar o remate das achadas.

A área de intervenção abrange duas realidades topográficas, sendo zona baixa, o Vale do Palmarejo, e zonas altas, os planaltos, Achada de Santo António e Palmarejo. A diferença de cotas proporciona uma diversidade de vistas e de realidades espaciais da cidade. Nas encostas de Achada de Santo António, voltadas a poente, pode-se ver nitidamente a ilha Fogo. O redesenho do remate das achadas terá em consideração esta característica, que oferece potencialidades enormes de tratamento de imagem da cidade.

- Abrir a cidade para o mar.

Falta de rigor no cumprimento de plano urbanístico da cidade, bem como Interesses imobiliários e individuais deram origem a edificação na encosta da Achada de Santo António, constituindo um muro de construções residenciais, fechando a cidade para dentro e privando os seus habitantes da vista para o mar. Propõe-se estabelecer a ligação cidade-mar, através de um percurso único e contínuo, ao longo de toda a frente marítima, contornando os limites visuais existentes e corrigindo as interrupções, provocadas pelas barreiras físicas e arquitetónicas das edificações.

- Valorizar a área de produção agrícola como elemento de coesão urbana.

No vale existe uma área privada, de produção agrícola e criação de animais, que constitui o único pulmão verde da cidade. Sendo um lugar com características singulares na cidade da Praia, onde a atividade primária é fonte de rendimento para os proprietários-moradores, merece ser preservado, melhor integrado na estrutura urbana e potencializado como um parque urbano. O propósito é o de valorizar a existência na cidade de uma atividade primária, que a abastece no dia-a-dia, porém normalmente não visível nos centros urbanos, integrando características de duas realidades no mesmo espaço, o urbano e o rural, através de uma rede de percursos.

- Integrar a ETAR¹ no desenho paisagístico do Vale do Palmarejo.

Com o crescimento da cidade para Oeste onde se fez a urbanização do Palmarejo, seguidamente da Cidadela, a ETAR, que antes se situava no limite da cidade, atualmente situa-se num dos percursos mais utilizados para aceder a essas novas urbanizações. Os seus tanques de tratamento de águas residuais estão descobertos e o cheiro que exalam desvaloriza a frente marítima. Situado na zona mais baixa da cidade, a sua deslocalização requer bastante custo, pelo que se propõe um redesenho para a sua integração na estrutura verde do vale.

- Desenvolver um programa que responda às necessidades e potencialize o Vale do Palmarejo.

É imprescindível que o Vale do Palmarejo se torne num bairro que garanta um futuro para os seus residentes e que tenha um papel vital para a cidade da Praia, onde todas as suas potencialidades sejam valorizadas, através da criação de um

¹ ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

programa que trabalhe em articulação com o construído nos bairros adjacentes. Sendo a cultura o elo de ligação e fator de união de um povo, a introdução de equipamentos sociais, pedagógicos e culturais (escola, biblioteca, centro cultural, residência estudantil, mercado, etc.) permitirá não apenas a sua evolução na comunidade, como fortalecerá a interação entre seus habitantes.

Ao longo da dissertação, realizada com base em dados oficiais, relatórios e estudos adquiridos nas instituições de Cabo Verde, assim como referências bibliográficas consultadas sobre a matéria de estudo, irão ser apresentados um conjunto de documentos visuais, tais como cartografias históricas, fotografias e ilustrações da autora, com o propósito de aproximação da realidade do lugar.

O presente trabalho encontra-se estruturado, de acordo com o desenvolvimento do Projeto, em três capítulos:

- No primeiro capítulo, a «Análise do território» onde se irá apresentar globalmente o país, particularmente a cidade da Praia, com uma descrição do seu contexto histórico, geográfico e urbano, desde a sua génese até o presente. É dado um maior enfoque na evolução da estrutura urbana, particularmente na urbanização nuclear – o «Plateau» e as outras principais urbanizações mais recentes, caracterizando-as nas suas formas urbanas e modos de planeamento por forma a facilitar o enquadramento e a compreensão do Projeto que se vai propor.

No segundo capítulo «A imagem de uma cidade de vales e planaltos», faz-se a análise do lugar, onde são apresentados a génese, os seus elementos estruturantes, bem como a vivência e a alma do lugar, aspetos determinantes para a compreensão do território e sua escolha como área de intervenção.

No terceiro capítulo, «O Projeto», como resposta às questões identificadas, é elaborado um programa cujo desenho urbano e edificado é caracterizado essencialmente por uma estrutura contínua com o propósito de unir as realidades fragmentadas, do ponto de vista urbano e social. Faz-se igualmente a memória descritiva da componente do projeto, em consonância com as premissas urbanas, bem como as formas de materialização da mesma.

ESTADO DA ARTE

Considerando o objeto de estudo e os diversos temas que o mesmo encerra, torna-se imprescindível revisitar conhecimentos produzidos na matéria, resultantes de investigações e projetos realizados, analisar suas premissas e proceder ao estabelecimento de suas inter-relações, tendo em vista uma melhor compreensão dos mesmos para contextualizar a importância e relevância de um projeto de costura urbana, assente na valorização de área verde.

Para o desenvolvimento do conceito de costura urbana é necessário refletir sobre vários outros conceitos a ele inerentes, dentre os quais o formal/informal, a paisagem urbana, imagem, limite, património e parque urbano.

Importa questionar sobre os conceitos de informal e formal, dois elementos opostos presentes no território e que determinam a imagem global da cidade. Será que efetivamente todas as partes da cidade estão interligadas fisicamente, não havendo fronteiras entre domínios diferentes, como refere Lynch (1960) Ou será que existe um limite imposto, não pela orografia do lugar, que naturalmente faz a divisão espacial, mas sim resultante do modo de ocupação desses mesmos espaços? Para Norberg-Schultz (1972), o desenvolvimento de um espaço existencial constitui uma parte necessária da orientação do indivíduo e as propriedades básicas da sua estrutura devem ser públicas, com vista a permitir a integração social.

Quando se verifica um ritmo acelerado no uso do solo, devido à pressão demográfica exercida sobre as áreas urbanas, agravado pelo défice de planeamento, a tendência é de transformação do uso do solo, modelação da paisagem e do ambiente urbano, sendo um grave problema da atualidade.

No Caso da cidade da Praia, segundo Fernandes (2016), o Bairro da Fazenda que se desenvolveu ao longo de uma via de comunicação para o interior ou a encosta norte de Achada de Santo António foram exemplo de apropriação individual e da construção precária da habitação. Já na década de 60 essas áreas que se tinham desenvolvido sem o recurso a qualquer plano configuravam problemas sérios de desqualificação urbana, sem infraestruturas, sem abastecimento de água ou de saneamento. Sobre esse problema, Castells (1986) refere a «urbes em mundos fragmentados de carácter dual onde coexistem espaços funcionais e revitalizados com zonas degradadas, fazendo com que a cidade deixe de ser um lugar, para se converter num fluxo».

A não disponibilização de terrenos infraestruturados, proporcionais ao crescimento demográfico nas cidades, deixa os mais pobres sem outras alternativas a não ser os tecidos urbanos informais, excluindo grande parte deles

Formal/Informal

do acesso às infraestruturas essenciais. Segundo a ONU-Habitat (2013) assentamentos informais, favelas e outros bairros residenciais pobres são um fenómeno urbano global. Este organismo mundial adota três critérios precisos para definir assentamentos informais:

1) Moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradias que habita, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locação informal;

2)-Os bairros geralmente carecem ou estão isolados dos serviços básicos e da infraestrutura urbana;

3). As habitações podem não cumprir com os regulamentos vigentes de planeamento e de construção e muitas vezes estão situadas em áreas geograficamente e ambientalmente perigosas.

Fonseca Ferreira (1984), numa análise do contexto português, realizada há mais de três décadas, concluiu que a necessidade primária de alojamento só encontra resposta através de autoconstrução precária, em terrenos por regra ocupados. Esse fenómeno espontâneo faz o alastramento da cidade. Em 1937, Earle Draper, um dos primeiros urbanistas dos Estados Unidos, falava de urban sprawl² e caracterizou-o pelo consumo excessivo do solo, de forma descontrolado e desordenado, avançando sobre o solo rural e implicando a segregação racial (op. Cit.).

Em Cabo Verde não se coloca o problema racial. Porém, para os ocupantes de zonas de assentamentos informais, perspectivam-se dificuldades de coesão social e integração urbana³. Também é de se reconhecer que eles exercem uma grande pressão sobre a cidade e respetivas infraestruturas e equipamentos sociais, forçando-a a se organizar, tendo em vista a necessária coesão social.

Nessa ordem de ideias, há quem defenda o «controlo da expansão urbana, tendo em vista cidades sustentáveis» (UN-Habitat, 2013), para que não se destruam importantes habitats naturais da cidade e consumir recursos de forma ineficiente.

As respostas do poder público, para «arrumar» a cidade tende a criar bairros sociais, de caráter padronizado, no sentido de proporcionar melhores alojamentos, em vez de reabilitar bairros informais, caracterizados pelo cinzentismo, já existentes dentro do tecido urbano.

A imagem da cidade aparentemente sofre influências de quem a habita. Ela torna-se o produto de muitos «construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares»⁴, pelo que é utópico pensar em controlar a sua expansão ou mesmo a sua forma inicial tal como ela foi planeada. O que é considerado esteticamente belo num determinado ambiente urbano, varia em função da perceção de seus habitantes, sendo a imagem, conforme refere o mesmo autor que vimos citando, resultado de um processo bilateral entre o observador e o

| Imagem

² Expansão urbana.

³ PNUD (2013) Relatório: A Ascensão do Sul, Progresso humano num mundo diversificado, Editora Instituto Camões

⁴ Lynch, Kevin. A imagem da cidade, Edições 70 Lda. P.14

meio. Isso significa que cada observador dá um sentido a aquilo que vê, em função de suas experiências sensoriais, conhecimento e familiaridade como o meio ou objeto observado.

Na mesma linha, Merleau-Ponty (2002) aflora a dimensão afetiva na percepção do ambiente ao afirmar que «a percepção se insere em constelações afetivas, na cumplicidade do nosso desejo e dos nossos devaneios, na intermitência da nossa vida emocional». Por conseguinte, o prazer e o gosto estético em relação a um ambiente físico, nomeadamente o arquitetónico, estão associados a esta dimensão, que faz com que um indivíduo avalie positivamente ou negativamente um lugar, preferindo-o ou rejeitando-o em função de sua preferência.

Baseado em estudos de Stern, que preconizam maior domínio estético, Lynch refere a formas de potencializar a percepção do observador, explicitando o significado interior em relação a um ambiente que lhe é familiar, sendo «possível reforçar a imagem quer através de projetos simbólicos, quer através do exercício contínuo do recetor, quer através da remodulação do ambiente de cada um» e, por conseguinte, «o observador (...) poderia recolher novos impactos estéticos sem aniquilar a sua imagem básica»⁵. Ou seja, o observador pode ser induzido, através de objetos ou elementos arquitetónicos estrategicamente colocados, a visualizar uma imagem diferente da sua.

Gordon Cullen (1961) aborda o poder da visão e como o impacto visual afeta os habitantes ou os visitantes de uma cidade. Enfatiza que é a partir dela que nos relacionamos primeiro com o espaço envolvente. Na mesma linha, Pallasma afirma que a visão tem sido considerada, desde sempre na cultura ocidental, como um dos mais nobres dos sentidos. Outro sentido a ter em consideração é a audição. Ao contrário da visão, o uso da audição na arquitetura dá a sensação de integração, conexão e integração no espaço, enquanto a visão é um sentido solitário e de observação, “A experiência auditiva mais essencial criada pela arquitetura é a tranquilidade”⁶.

No entanto, para intervir em um ambiente físico, de modo a criar uma coerência estética, largamente aceitável é importante atender a percepções de grupos mais ou menos homogêneos. Do ponto de vista da psicologia social, Borracho (2001.) defende que «toda a interação social é mediada pelo ambiente no qual se inscreve e se exprime». Ter em consideração esse princípio na planificação de qualquer intervenção ajuda a fortalecer a interação entre o indivíduo e o ambiente arquitetónico.

Assim, pergunta-se qual a relação que deverá existir entre a imagem percebida da paisagem e o meio ambiente para a conceptualização de conceito de ligação? Na verdade, perante um território dual e fragmentado, onde convivem dois mundos formal e informal, este último com traços marcantes de ruralidade e, naturalmente com um perfil social de habitantes diferenciado, pode-se compreender a necessidade premente de fazer a ligação dos dois espaços mantendo-se, porém, a essência dos dois ambientes. Isto pressupõe, na linha de

⁵ Lynch, Kevin – A imagem da cidade. Edições 70 Lda. P. 20, 21.

⁶ Pallasmaa, J. – The eyes of the Sky. Ed. Academy London. 1996. P. 51

Rossi (1966), a compreensão prévia da identidade do lugar, que deve anteceder qualquer intervenção, sendo que a principal preocupação deve ser a de manter o locus, a alma do lugar.

Mais de que debruçar sobre o conceito de espaço, interessa analisar a relação do indivíduo com o seu território, este percebido como um espaço construído pelo homem. A relação de pertença ao território faz com que seja uma parte importante da identidade dos indivíduos e das respectivas comunidades. Sentimento de orgulho por pertencer a um determinado lugar, onde se nasceu ou onde se vive é comum. Assim como o inverso também existe, em função da imagem e das características do lugar.

Outra característica relevante do território é o limite que, no caso do território em análise, acaba por se configurar em fronteira, visto que em ambas as margens há o território dos outros. Percebe-se uma barreira física do ponto de vista visual, resultante da morfologia do lugar, mas também, social, se atendermos a que «a hierarquia social (que nos diz quem somos) passa em grande parte pela hierarquia territorial (que nos diz onde estamos)»⁷. Portanto, os outros fazem parte de um outro espaço e de um outro grupo social.

Torna-se, por conseguinte, necessário compreender a relação estrutural existente entre meio ambiente e o indivíduo, as experiências que tem do mesmo e o significado que lhe dá, visto que «... a caracterização do lugar relaciona-se com a vivência do homem, com a relação que um experimenta com o outro, transformando-o, adaptando-o e absorvendo as regras estabelecidas pela própria natureza» (Moraes, 1992: 31).

Neste contexto, e no sentido de construir uma resposta urbana capaz de respeitar a particularidade do ambiente, assim como estabelecer coesão e harmonia entre os espaços e seus respetivos habitantes, importa igualmente citar o conceito de Genius Loci⁸. Esta reflexão é relevante para análise e caracterização do espaço, no sentido em que se trata de interação entre o lugar e a sua identidade, sendo que esta última resume o sentido do lugar. Assim, o Arquiteto deve apreender o espírito do lugar e a relação do homem com a totalidade do espaço existencial, que tem a sua identidade definida.

A Arquitetura, enquanto «responsável pela estruturação do ambiente» (Moraes, 1992:52), para além da identificação dos seus elementos primários constituintes, deve sobretudo compreender e interpretar a essência e a vocação do lugar, para ajudar o homem a explicitar as suas imagens e concretizar os seus sonhos, tarefa possível, porque o conteúdo da Arquitetura extravasa a transmissão das ideias relativas à matéria, apesar de existir nela algo de material, na sua forma concretizada. Abreu, numa análise sobre conceito de Shulz, sugere encarar o Genius Loci não exclusivamente como «o conteúdo da Arquitetura, mas sim como o modo de sua expressão» pelo que podemos entendê-lo como um carácter que determina a identidade e individualidade do lugar, consubstanciando-se no

| Identidade

| Limite

| Genius Loci

⁷ Muga, Henrique – A Psicologia da Arquitetura. Edições Galivro Lda. 2005. P.131

⁸ Shulz, Christian Norberg – Genius Loci. Paesaggio, Ambiente, Archittetura. Milano, Electra, 1998.

«processo pelo qual se pode compreender a Arquitetura (...) e coincide substancialmente com o modo da relação através da qual (...) a Arquitetura se comunica» (2007: 167).

“A paisagem urbana é, para além de outras coisas, algo para ser apreciado, lembrado e contemplado.” (Lynch, 1960:9).

Vimos anteriormente que a cidade é o resultado da interação dos grupos humanos que a compõem, ou seja, as comunidades, com o ambiente físico no qual as suas vidas se desenrolam (habitats). Portanto, existe uma relação indissociável entre esses dois elementos.

Sendo a cidade um lugar de diversidade, de concentração de pessoas, onde se dá a enunciação de cultura e de conhecimento (Rossa e Ribeiro: 480) ela exige atenção sobre os mais variados aspetos da sua vitalidade e materialidade, ou seja, o ambiente urbano, os objetos edificados de natureza arquitetónica, no seu sentido mais lato, sejam eles edifícios, ruas, espaços públicos (onde se incluem os verdes urbanos), em suma a paisagem urbana.

Nesse quadro, interessa-nos abordar particularmente o espaço público, pela sua importância e pelas interações sociais que proporciona e sua influência na qualidade de vida dos habitantes.

Do ponto de vista urbanístico o espaço público «é aquele que organiza o tecido urbano, que permite a mobilidade para a circulação, permanência e lazer da população e que coincide com a localização, distribuição e instalação de equipamentos de apoio aos serviços urbanos» (Op.Cit.). O espaço público caracteriza-se como lugar de uso diversificado e de utilização coletiva, acessível a todos, independente da idade, da origem ou da condição social.

A rua, a praça, os jardins e os parques são espaços públicos urbanos estruturantes da vida social urbana, cuja criação e manutenção são de responsabilidade do domínio público (Município). A Carta de Atenas⁹ estabelece um desafio urbano no sentido de renascimento das cidades, dando ferramentas normativas tendo em vista possibilitar a ligação entre diferentes zonas do tecido urbano, de forma a garantir a continuidade, a integração social e a fusão urbana.

Cada cidade possui características próprias e únicas que, uma vez identificadas e devidamente consideradas e tratadas no desenho urbano, determinam a sua imagem e a qualidade de seus espaços públicos. Uma das características que constitui grande mais-valia para que um espaço público seja bom é a presença, na malha urbana, de vegetação natural. As potencialidades do verde na malha urbana são variáveis, desde opções de lazer ao ar livre, passeios, contato com a natureza, a uma simples contemplação e meditação.

O conceito de espaço verde, também designado de espaço público urbano, e respetivas funções sofreram alterações ao longo do tempo, sendo atualmente

| Espaço público

| Espaço Verde

⁹ 2.º Congresso Nacional de Construção, a Nova Carta de Atenas 2003; a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do Sec. XXI, Porto 2004.

aceites de forma unânime os seus múltiplos papéis de fundamental importância para o bem-estar da população urbana. Esse surgiu com o êxodo da população rural para a cidade que se deu na altura da revolução industrial, como espaço que tinha por objetivo recriar a presença da natureza no meio urbano. Igualmente, nas cidades mais industriais surge o conceito de pulmão verde, ou seja, um espaço verde de tamanho suficiente para produzir oxigénio necessário para compensar a poluição.

Fazem parte de estrutura verde urbana desde os percursos arborizados ao longo da sua extensão, os jardins de bairro, espaços ajardinados integrados no tecido edificado, até os parques urbanos à escala da cidade.

No início do Sec. XX surge a teoria de «continuum naturale», baseada na necessidade de a paisagem natural penetrar na cidade, assumindo diversas formas e funções: espaço de lazer e de recreio; enquadramento de infraestruturas e edifícios; espaços de produção de frescos agrícolas; e de integração de linhas ou cursos de água. Com esta estrutura, que integra redes de caminhos para peões e vias, faz-se a ligação com o meio rural envolvente e com o centro da cidade.

Dadas as alterações e influências negativas que a intensificação da edificação provoca no clima urbano, uma das importantes funções da vegetação consiste no controlo do microclima, contribuindo para sua amenização, através das suas propriedades de termorregulação, controlo de humidade, das radiações solares, absorção de CO₂, aumento de teor de oxigénio, proteção contra chuva, vento e erosão.

Para além desta importante função da área verde no meio urbano, existe a função ecológica facilitada pelo solo permeabilizado, presença de vegetação, água e uma fauna mais diversificada.

Perante as ameaças provocadas pela destruição da camada de ozono, cujos efeitos são evidentes a nível do clima, coloca-se a questão da sustentabilidade ambiental e do carácter pedagógico que a sua existência encerra. Entende-se, pois, que se deve desenvolver os centros urbanos de mãos dadas com o meio rural. Isto torna-nos mais conscientes para com a natureza.

Não obstante a importância reconhecida das funções essenciais de área verde na cidade, ela está sob ameaça, devido a excessiva densificação da malha urbana, especulação fundiária e ausência de um planeamento adequado.

De entre as possíveis formas de encontrar o equilíbrio entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente surge o parque urbano.

Perante a diversidade de definições de parques urbanos, que variam em função de dimensão, forma e função, adota-se esta que consideramos a mais próxima da realidade: «os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação».

As pesquisas sobre o desenvolvimento de parques urbanos Americanos e Europeus mostram que as várias concepções de parque foram mudando com a época,

| Parque urbano

influenciados tanto pelas características socioeconómicas, quanto culturais das populações e pela localização nos vários territórios.

O Parque surge na Inglaterra no final do Sec. XVIII e desenvolve-se no século seguinte, com maior destaque para a reformulação de Haussmann¹⁰ em Paris e o Park movement liderado por Frederik Law Olmstead¹¹ e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston. Neste período o parque urbano inspirou-se nos modelos paisagísticos dos parques ingleses do Sec. XVIII, tendo como preocupação o lazer, a contemplação e o fornecimento de ar puro à cidade, perante a forte industrialização e novos ritmos de trabalho.

Enquanto o modelo de parque do Sec. XIX era implantado em bairros burgueses para exibição social, o parque do Séc. XX busca novos espaços verdes e preocupa-se com o uso coletivo. Tem a intenção de recriar as condições naturais limitadas pela vida urbana, constituir-se em lugar de socialização, onde as pessoas se encontram e se interagem e têm um contato mais próximo com a natureza.

Existe uma multiplicidade de tipologias de parques, assim como as definições, determinadas pela dimensão, formas de tratamento, funções e equipamento, incluindo os parques lineares. As funções variam desde parques com função de proteção ambiental (Parques Naturais) de uso restrito a parques que atraem multidões. Igualmente as formas de tratamento podem compreender uma linguagem formal ou uma ambiência naturalista.

Relativamente aos equipamentos, os parques podem ter infraestruturas culturais, desportivos e recreativos ou apresentarem como atração apenas caminhos e áreas de lazer sob uma densa arborização.

Posto este apanhado sobre formas de valorizar o verde urbano e proteger o ambiente através do parque urbano, importa referir igualmente a questões de património que lhe são associados e que se pretende preservar.

A 1.^a Carta de Veneza de 1964 sobre conservação e restauração de monumentos históricos, considera que um tecido urbano onde o valor não deriva de elementos individuais, mas sim de harmonia do conjunto ou do seu significado cultural, também pode ser encarado como património.

"Patrimônio é tudo aquilo que nos pertence. É a nossa herança do passado e o que construímos hoje. É obrigação de todos nós, preservar, transmitir e deixar todo esse legado, às gerações vindouras."

UNESCO

| Património

¹⁰ Georges-Eugène Haussmann, Administrador e urbanista francês, responsável pela reforma urbana de Paris no Sec. XIX.

¹¹ Olmstead defendia a utilização económica dos espaços livres, para recreação e lazer e preservação dos recursos naturais.

Abordar o conceito de património em relação com a área de estudo pressupõe uma breve reflexão sobre o sentido patrimonial permitindo um posicionamento sobre o que se irá entender de valor patrimonial para a cidade da Praia.

O conceito de património teve uma evolução histórica considerável até o séc. XIX, quando se levantam as primeiras vozes em defesa do património - como o fez Alexandre Herculano¹², num texto de 1938 «monumentos pátrios» - que a época da Revolução industrial, com os movimentos humanos do campo para a cidade estava a destruir. Até meados do Séc. XX a preocupação com o património centrava-se em monumentos, sendo que o termo património confundia-se com monumentos.

A partir dos anos 50, o conceito de património começa a alastrar-se numa perspetiva mais integradora, começa-se a falar, em vez de monumentos, de conjuntos arquitetónicos.

Na língua portuguesa utiliza-se o termo património, com o mesmo significado do que em inglês se designa por heritage para referir-se ao que é recebido dos pais, a herança familiar. Sendo herança uma garantia material e algo regulado por lei, logo se colocam outras condições, tais como as de identificação, de pertença, de avaliação e valorização, pelo que este significado é também adotado para designar o que constitui o legado cultural de uma comunidade.

A utilização do termo, nesta última aceção e que se resume na diretiva da UNESCO, espelhada na frase acima transcrita, passou a ser feita de forma mais intensa a partir de 1962, com a famosa Lei Malraux.¹³ Atualmente o conceito se desmaterializou e se alarga igualmente a bens culturais intangíveis. Nesta ordem de ideias, podemos falar de patrimónios (no plural), já que ao termo inicial se agregam adjetivos, como histórico, cultural, natural, bem como subdivisões em material e imaterial. O termo património encerra, portanto, uma multiplicidade de conceitos, sendo a definição citada da UNESCO, o comumente aceite, por representar uma síntese das várias vertentes, de forma clara e inteligível.

Patrimônio ambiental refere-se a um bem natural que, dado seu valor em termos de biodiversidade, valor económico ou paisagístico, merece ser protegido pela sociedade. Muitas vezes as áreas que constituem patrimônio ambiental são protegidas dentro de parques naturais nacionais.

Património Cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, tradições, cultos e outros, tanto materiais como imateriais que, reconhecidamente, dada a sua ancestralidade, importância e relevâncias histórica e cultural ao país, região, localidade, ou comunidade, adquirem um valor único e de eternidade. A sua salvaguarda permite garantir a continuidade, divulgação e preservação de suas diferentes formas de manifestação. Quando oficializado como Patrimônio Cultural a intenção é de assegurar, para as gerações futuras, o

¹² Escritor, historiador, jornalista e poeta português, da era do romantismo.

¹³ Lei n.º 62-903 de 4 de agosto de 1962 – completa a legislação sobre a proteção do património histórico e estético e facilita a restauração imobiliária.

conhecimento de seu passado, suas tradições, sua história, seus costumes, a cultura e a identidade de seu povo.

Na literatura consultada o património natural está sempre associado ao cultural, tendo como elo de ligação a relação homem-território. Assim, o património a preservar deve ser entendido e aplicado numa perspetiva global, isto é o construído (quando existe), o histórico, o cultural e o ambiental.

Por outro lado, a procura de atividades de lazer, com dimensão cultural e ambiental conferem um valor económico ao património, sobretudo sítios quando possuem algo diferenciado para oferecer e são bem preservados.

Neste contexto, o Vale de Palmarejo terá um valor que se poderá ficar circunscrito entre o património ambiental e uma matriz de património cultural para a cidade da Praia,

Considerando os elementos tratados, esta dissertação pretende compreender, sistematizar e aplicar todo este conhecimento num Projeto de costura urbana que redesenha o remate da Achada de Santo António, tendo o Vale do Palmarejo como Parque urbano da cidade da Praia.

Para a compreensão da área de intervenção – o Vale e as encostas – é necessário o entendimento do seu enquadramento territorial, a paisagem urbana associada, e seus limites, de modo a permitir comparações e analogias entre o território e a arquitetura.

A perceção do espaço é feita pela análise de seus elementos estruturantes, complementada pela inter-relação que se estabelece entre os habitantes e desses com o território, pois deve-se ter em conta a genesi, a identidade e o sentido do lugar onde se vai intervir.

ANÁLISE DO TERRITÓRIO

Es dez grãozinho di terra
Qui Deus espadjá na mei di mar
És é di nós és cá tomado na
guerra
É Cabo Verde terra querida

Oh Cabo Verde terra 'stimada
Terra di paz terra di gozo
Tude quem djobel na sê regoge
El ca ta bai, el crê ficá
E s'el mandado el ta tchorá

Tchorá sodadi di bôs morenas
Quês ta levá na pensamento
Tchorá recordaçons eternas
Di tempo qui ca tinha
sofrimento

Ma mi'm tem fé na Noss Senhor
M'ês vida c'a bai sempre assim
M'el ta libiano di tudo nós dor
Pês sofrimento podê tem fim

DESCOBRIMENTO

“Cabo Verde emerge no espaço atlântico como valor geoestratégico, este facto induz e estimula certas formas de crescimento e desenvolvimento.” (Silva, 1990)

Em busca de melhorar o nível de vida da sua população, Portugal encetou um processo de expansão de seu território. Este processo foi facilitado pela sua situação geográfica privilegiada com uma extensa costa atlântica, bons portos, marinheiros experientes e possuidores de conhecimentos de astronomia e técnicas de navegação. Para além do espírito aventureiro do seu povo, que se lançou ao mar nas caravelas, havia paz e estabilidade política e uma burguesia suficientemente enriquecida para financiar a expansão. Estes fatores fizeram de Portugal o primeiro país da Europa a sair para a expansão marítima. Assim, em uma das várias viagens, cujo objetivo primeiro era encontrar o caminho marítimo para o Oriente e ter acesso direto aos produtos e especiarias da Índia, os marinheiros acabaram por achar umas ilhas no meio do atlântico, às quais, mais tarde, denominaram de Cabo Verde.

Segundo a tese oficial, o Arquipélago, formado por dez ilhas, foi descoberto por António de Noli e Diogo Afonso. Situadas no Oceano Atlântico, a 500 km a oeste da Costa Africana, as ilhas foram descobertas entre 1460 (Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal) a 1462 (as restantes, São Vicente, São Antão, S. Nicolau, Brava e Sta. Luzia).

De acordo com Daniel Pereira (Pereira: 2005) o documento mais antigo que se conhece sobre Cabo Verde é a Carta Régia de 3 de Dezembro de 1460, pela qual D. Afonso V doa as cinco primeiras ilhas descobertas por António de Noli, ao infante D. Fernando.

A situação geoestratégica do arquipélago determinou, desde logo, a obrigatoriedade do seu povoamento, de modo a que, efetivamente pudesse servir de base de apoio logístico à navegação (idem). Assim, Cabo Verde, sob o domínio colonial Português serviu de entreposto marítimo durante séculos às navegações e abastecimento na rota entre os três continentes, Europa, África e América. «A fortuna das ilhas dependeria essencialmente da importância da navegação atlântica».¹⁴

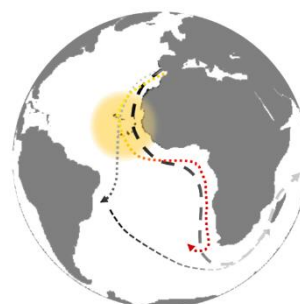


Figura 1 | Rota dos Descobrimentos e Portugal



Figura 2 | O Arquipélago de Cabo Verde

¹⁴ Ribeiro, Orlando - Aspetos e problemas da expansão portuguesa, JIU, Lisboa, 1962

CARACTERIZAÇÃO AS ILHAS

«Quando chegaram os portugueses, apenas encontraram tamarindos, urzelas e drageiros e, além destes, uma vegetação bravia que cobria a superfície das ilhas»¹⁵

As ilhas, cuja superfície total é de 433 Km² de terra, encontravam-se completamente desertas e desguarnecidas de qualquer espécie vegetal utilizável para a alimentação. De dimensões relativamente reduzidas, caracterizam-se com elevada aridez, resultante da sua localização na franja saheliana. Duarte Pacheco Pereira salientou esse facto, dizendo que só agosto, setembro e outubro eram meses chuvosos e que as ilhas eram «estêreis porque vizinhas ao trópico de Câncer são terras altas e fragosas» (Op. Cit).

A localização geográfica determina um clima tropical seco, de influência marítima, com duas estações ao longo do ano, a seca e a húmida. Existe uma frente intertropical, que não se desloca paralelamente ao equador, devido à influência do anticiclone dos Açores, que provoca uma anomalia na distribuição da precipitação nas ilhas.

Cabo Verde oferece uma diversidade de paisagens, desde ilhas rasas e planas, com praias infinitas de areia branca a ilhas montanhosas, com paisagens vulcânicas, terrenos áridos e férteis. A geomorfologia, bem como a localização do relevo são fatores que permitem a existência de diferentes zonas climáticas. Nas ilhas montanhosas, onde há proteção natural dos ventos provenientes do Sahel, encontram-se zonas com clima húmido, mais propícias à prática de agricultura.

A escassez da chuva constitui um problema na vida económico-social de Cabo Verde. Porém, as suas paisagens e condições climáticas invejáveis, com uma boa temperatura ao longo do ano, ausência de inverno e de intempéries, bem como a sua cultura, favorecem o desenvolvimento do turismo, tanto na vertente Sol e Praia, como o turismo de montanha, o turismo cultural e ecológico.

Nas ilhas planas, devido à exposição solar e influência de ventos, as paisagens são mais desérticas e o clima apresenta-se com uma forte amplitude térmica ao longo do dia. Entretanto, em todas as ilhas, o sol é o elemento dominante, fazendo-se sentir durante todo o ano. As ilhas caracterizam-se pela ausência quase total de precipitações e a temperatura média anual ronda os 25.ºC.

A localização privilegiada, no meio do Oceano atlântico, bem como a qualidade do clima não são os maiores ativos de Cabo Verde. O seu valor ultrapassa a pequenez do território e transcende o material: fruto do processo de miscigenação, a sua cultura caracteriza-se como um «meio-termo», assente na ligação das raízes africanas e europeias que resulta em uma cultura de tolerância, do encontro e da busca de universalidade, conforme se desenvolve mais à frente.



Figura 3 | Ilhas Santa Luzia; São Nicolau



Figura 4 | Ilhas do Maio; Fogo e Brava



Figura 5 | Ilhas de Boa Vista e Santiago



Figura 6 | Ilhas de Santo Antão e São Vicente

¹⁵ Ribeiro, Orlando - A ilha do Fogo e as suas erupções, JIU, Lisboa, 1954

O POVOAMENTO DAS ILHAS

«... haverá quatro anos que ele começara a povoar a sua ilha de Santiago que é através do Cabo Verde e que por ser tão alongada dos nossos regnos a gente não quer a ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas ...»¹⁶

As ilhas não possuíam condições favoráveis à ocupação humana. Para além da distância do Reino, pouca fertilidade dos solos e insalubridade do meio, não eram o cenário daquilo que os portugueses buscavam. Não havia riquezas que pudessem estimular a ida de colonos, nem culturas tidas por essenciais.

Os privilégios especiais outorgados através da Carta régia de 1466, na qual a Coroa teve de abrir mão do monopólio dos «tratos e resgates dos Rios da Guiné», tornaram possível o povoamento. O povoamento da ilha de Santiago teve um incremento a partir de 1466. Começando pela zona da Ribeira Grande, pois dispunha de água doce em abundância, bom porto natural e terras para cultivo.

A partir dos meados do século XV começaram a chegar elementos humanos europeus, na sua maioria Portugueses, como colonos e Africanos trazidos da Costa Africana. Estes últimos, inicialmente previstos para a ocupação, foram transformados em escravos e instalou-se um regime escravocrata, com ações civilizacionais, de acordo com matrizes culturais dos Portugueses.

De imediato foram introduzidas espécies agrícolas necessárias à subsistência e mais familiares aos hábitos alimentares portugueses, nomeadamente cereais e vinha. Posteriormente introduziram-se outros produtos. O milho foi o alimento que maior papel desempenhou na alimentação da população, sendo graças a este cereal que o povoamento e a fixação à terra se puderam realizar em condições mais ou menos estáveis.

A ilha de Santiago tornou-se um porto de passagem obrigatório para o abastecimento de navios nas viagens para sul, assegurando a posse política das novas terras descobertas e sua respetiva exploração. Ribeira Grande de Santiago favorecia características geomorfológicas idênticas a Lisboa, onde se instalou o Forte no alto do planalto, servindo de controlo para a costa e garantindo a segurança.

Com o desejo de enriquecimento fácil, foram chegando emigrações sucessivas de colonos brancos e para servir os colonos o tráfico de escravos da Costa Ocidental Africana. Assim, em pouco tempo, Ribeira Grande de Santiago transformou-se num verdadeiro mercado de venda de escravos. Nesse cruzamento de europeus e africanos, num espaço geográfico inicialmente apátrida, com o caldeamento de culturas totalmente diferentes, se forma um tipo populacional estabilizado: O CABO-VERDIANO.



Figura 8 Pelourinho Cidade Velha

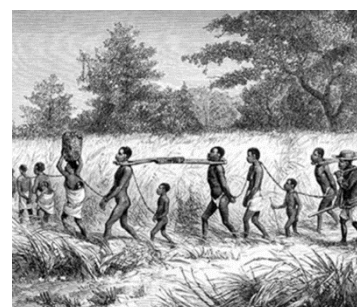


Figura 8 Resgate dos escravos na Costa da Guiné

¹⁶ Extrato de Carta de privilégios de 1446, citado por Sena Barcelos, in Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, parte I, p.21.

O PROCESSO DE MISCIGENAÇÃO

No processo de formação do homem cabo-verdiano, através do povoamento das ilhas, se pôs em contacto dois elementos raciais e culturais diferentes: o branco e o negro, que se cruzaram desde a primeira hora. A miscigenação aparece como fator fundamental, tornando a raça cabo-verdiana, os mestiços, como um laboratório da evolução do ser humano.

Miscigenação é o cruzamento de duas ou mais raças humanas diferentes. O indivíduo resultante desse processo é designado de mestiço e, normalmente, possui características de cada uma das raças de que descende. O Processo de miscigenação, também chamado mestiçagem ou caldeamento, caracteriza a evolução do homem.

O nível de miscigenação se deu de diferentes formas em todo o arquipélago, com influência direta na situação socioeconómica do país e presente até os dias de hoje, refletindo em todos os aspetos da geografia humana. Razões de ordem relacional e a forma de ocupação e distribuição das terras foram determinantes.

Devido às condições do meio físico e geográfico e ao cerco económico imposto aos moradores de Santiago, o homem branco que havia fugiu para os Rios da Guiné ou para o Reino. Igualmente a política de ausência da mulher branca na colonização cabo-verdiana obrigou os poucos brancos residentes a usar a mulher negra de que resultou o mulato.

Em Santiago e Fogo, onde os terrenos são de maiores dimensões, instalaram-se morgadios e criou-se uma civilização de economia escravocrata. A ação dos senhores do engenho era amiúde despótica e imperava a lei do mais forte, portanto com uma menor reciprocidade entre as duas classes, os senhores brancos e os escravos. Já nas ilhas onde se experimentou outro modelo de ocupação de terras, o regime de aforamentos (minifundiários), originou uma situação literalmente diferente, possibilitando contactos mais estreitos entre o senhor e os escravos.

Consequentemente «a escravidão foi mais acentuada em Santiago (e Fogo) e, o badio, isolado, não beneficiou da mesma medida, como os seus irmãos das outras ilhas, das consequências da miscigenação e da interpenetração de culturas»¹⁷.

Já nas ilhas de Barlavento, devido às fracas condições para a prática agrícola, não vingou o tipo feudal e o engenho com os seus escravos raramente aconteceu. Colonizado por gente modesta, sem grandes recursos para aquisição de mão-de-obra escrava, as ilhas patriarcalizaram-se, transformando-se todos, senhores e escravos, numa família. Daí ter tido lugar a miscigenação em grande escala, dando origem a mulatos filhos da união de senhores e escravos.



Figura 9 | Simbolismo Miscigenação



Figura 10 | Meninos das Ilhas

¹⁷ Lopes, João — Do Funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou, in Colóquios cabo-verdianos, n.º 22, JIU, Lisboa, 1959

IDEOLOGIA

A colonização das terras pela Coroa Portuguesa, fundamentava-se no povoamento cristão, com apoio do Vaticano, que defendia «o serviço de Deus» e autorizava o Rei o direito de «conquista de todos os domínios territoriais da mais variada categoria ao tempo, na posse dos sarracenos, pagãos, infiéis, e de quaisquer outros inimigos de Cristo com a faculdade de os invadir, expugnar, subjugar, reduzir seus habitantes a perpétua servidão» (Pereira: 2005 -Op. Cit.).

É neste contexto moral e jurídico que a colonização trouxe a doutrina católica para as ilhas então descobertas. A ideologia religiosa da época permitia e exigia a evangelização dos pagãos e infiéis, mesmo que fosse contra a vontade deles, podendo ser subjugados e reduzidos à escravatura perpétua. Independente da motivação mercantilista que justificou a escravatura pela religião, para «lhes salvar a alma», num misto entre a cristianização e a repressão, o espírito religioso do tempo acompanhou os primeiros povoadores brancos, assim como os que se lhes seguiram ao longo dos séculos.

Os primeiros missionários chegaram em 1466 e tinham como missão converter os negros capturados na costa da Guiné ao Cristianismo, proibindo-os de qualquer tipo de manifestação religiosa de outra natureza (Pereira: 2005).

A presença do Cristianismo nas ilhas é, portanto, remota e data do início da colonização, sendo que os ministros da Igreja sempre estiveram presentes, veiculando as suas ideias, os seus princípios e os dogmas da religião cristã, sublimando e mesmo expurgando as crenças e manifestações religiosas dos povoadores e escravos africanos.

Uma das testemunhas físicas mais importantes da época é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1495, a mais antiga das ilhas, sendo a primeira Igreja de culto cristão na África.

O cabo-verdiano tem, por conseguinte, a matriz cristã na sua génese e guardou-a na sua conduta ao longo dos tempos, embora se reconheça também a presença forte de aspetos místicos e de influência afro-negras, o que originou um sincretismo religioso característico da sociedade cabo-verdiana e que enriquece a sua cultura. Assim como no povoamento, sempre está presente no cabo-verdiano esta polaridade, onde se vinculam tanto as origens portuguesas, como as de carácter africano.

As ilhas de Santiago e Fogo, as primeiras a serem ocupadas e povoadas, com um grande número de africanos capturados na costa da Guiné, foram evidentemente, as em que mais persistiram as práticas religiosas Africanas. Em Santiago, o



Figura 11 | Ruínas da Sé Catedral de Cidade Velha – constituinte do Património Mundial



Figura 12 | Igreja de Nossa Senhora do Rosário

isolamento nas serranias do interior, onde surgem os Vadios ou Badios, nome dado aos naturais da ilha, favoreceu a manutenção das origens e tradições africanas.

As ilhas do Barlavento povoadas mais tardiamente, com carácter mais urbano e baseado no comércio dos portos, a presença de elementos característicos de raízes africanas é mais ténue, tendo o fenómeno do patriarcado influenciado uma maior interação e apropriação da cultura do homem branco.

A presença de núcleos administrativos europeus terá sido um dos fatores de maior pressão sobre a identidade do povo apátrio de Cabo Verde. É de se observar uma maior religiosidade nas duas primeiras ilhas onde desde cedo vingou a colonização, assim como presença mais vincada de uma das características genuínas de ser do cabo-verdiano, a morabeza nas ilhas onde a pressão administrativa foi menor. De qualquer forma, a dualidade de influências está presente em todas as ilhas e, em cada uma delas, o povo a valorizou e a preservou.

Igualmente, os princípios norteadores da educação contribuíram para que a religião cristã prevalecesse. O Liceu de Cabo Verde, fundado em 1860, integrou as cadeiras de Filosofia Racional e Moral e de Teologia. Seis anos mais tarde é fundado o Seminário-Liceu de Cabo Verde na ilha de São Nicolau, com o objetivo de solucionar o problema de instrução do clero onde «eram raros os perfeitamente brancos, apropriaram-se dos rituais católicos, preservando-os em comunhão com os das suas religiões ancestrais» (Op. Cit.).

A vivência religiosa em Cabo Verde foi feita de concessões mútuas. A Igreja católica decidiu abrir a liturgia à expressão da religiosidade africana, refletidos na música, nos instrumentos musicais (tambores) no canto e nos gestos.

É bastante evidente a vontade do povo cabo-verdiano de estar ligado entre os dois mundos que constituem a sua matriz fundadora, com aspetos ideológicos e culturais da sua génese, fatores decisivos da formação de sua identidade, desde os primórdios do povoamento.

O povoamento trouxe dualidade de modelos na ocupação das terras que permitiu a miscigenação e a assimilação cultural do mestiço. A inserção ideológica acompanhou este processo e as diferenças, tanto na tipologia física, como em atitudes e comportamentos sociais estão sob a influência e originam das condições climáticas das ilhas, de seu afastamento do território do colonizador, da geomorfologia do terreno e outros numerosos aspetos que fragmentaram o povo cabo-verdiano, resultando em uma grande escala de diferenciação entre o mesmo.

As diferenças entre os habitantes das ilhas como pudemos ver, são antigas e remontam à época da povoação. As denominações Sampadjudo¹⁸ e Badio¹⁹ têm,



Figura 13 | Tabanca de Achada Santo António

¹⁸ Sampadjudo – nome dado aos habitantes originários das ilhas, com exceção de Santiago

¹⁹ Badio – proveniente de vadio (aquele que se evadiu), nome dado aos habitantes originários da ilha de Santiago.

POLÍTICA SOCIOECONÓMICA

Desde a época do achamento e povoamento de Cabo Verde que a política de ocupação de espaço/terras, caracterizada pela concentração nas mãos de capitães donatários, influencia a distribuição de riqueza e do poder nas ilhas.

Efetivamente, as cartas de doação de terras passadas a Diogo Afonso e António da Noli davam a esses primeiros capitães/donatários regalias de as doar a outrem ou vendê-las. Também os capitães-mores podiam distribuir terras em sesmarias aos povoadores, mas estes não as possuíam, apenas tinham a obrigatoriedade do cultivo e aproveitamento do solo. Não tendo esse modelo de distribuição de terras vingado por desinteresse e falta de condições dos sesmeiros, prevaleceu, tanto na ilha de Santiago, como na ilha do Fogo, propriedades de grandes dimensões, denominadas Capelas e Morgadios, pertencentes a donatários e seus parentes mais próximos.

A transmissão de propriedade por morte dos instituidores estava regulamentada de modo a evitar a fragmentação dos bens de raiz. Assim, as propriedades estavam vinculadas à família, inalienáveis, indivisíveis e insuscetíveis de partilha por morte do titular, transmitindo-se a um único descendente, por norma, o varão primogénito.

Deste o início do século XVI, Santiago «*ficou partilhada por morgados e toda a economia se encontrava nas mãos destes proprietários, os únicos que podiam adquirir escravos, produto que alimentou a prosperidade da ilha*» (Amaral: 192). Este modelo de economia de base territorial concentra a riqueza nas mãos de uma minoria e «*engendra situações sociais conflituosas*» (Pereira: 67).

O poder económico dos grandes proprietários, normalmente brancos ou mestiços, resultou numa sociedade com profundos fossos entre classes, sendo a dos negros ou escravos (e seus descendentes) os mais desprovidos de bens, representando a mão-de-obra que fez prosperar os grandes proprietários. Estes aspetos, embora em menor escala, ainda têm reflexo no Cabo Verde de hoje.

A política socioeconómica tem influência direta nas implantações formais e informais. De igual forma, influencia o acesso às instituições educacionais, sociais e culturais, fazendo com que haja apropriação de uma nova cultura e consequente perda de identidade, ou alienação do povo. No Caso de Cabo Verde, o «burguês», que tinha poder social e político, distanciou-se do entendimento cultural e da raiz do povo e, este em crise de identidade procurou aproximar-se e identificar-se com a cultura do dominador, apresentado como sendo referência. Esta situação origina uma crise de identidade totalmente ofuscada e no fundo não interrogada, que tem severas consequências.



Figura 14 | Rua da Banana- Cidade Velha

LUTA PARA A INDEPENDÊNCIA

"A luta de libertação nacional é, necessariamente, um ato de cultura e um fator cultural"

Amílcar Cabral

A emergência de uma consciência nacionalista no seio dos intelectuais cabo-verdianos, consequente à fome de 1930 e 40, o êxodo para S. Tomé e Príncipe e os vários movimentos de afirmação do homem negro, fez com que do convívio em Portugal de estudantes cabo-verdianos com outros colegas africanos emergisse a ideia da luta pela independência.

A ideia ganhou força a partir de 1956 com a criação do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.). Este iniciou um trabalho de mobilização na clandestinidade, tendo começado por estudantes e emigrantes.

Cabral defendia a reafricanização dos espíritos, pois acreditava que a luta da independência tinha como verdadeira base a cultura, consistindo assim na negação da cultura do opressor, esse que tinha como necessidade vital a prática da opressão cultural do povo.

«A política de assimilação e alienação imposta por Portugal tinha levado a população Cabo-verdiana, principalmente a pequena burguesia, culturalmente desenraizada a renegar a sua herança cultural africana e a desenvolver um certo complexo em relação à sua origem negra. A classe assimilada passa até os dias de hoje a manifestar uma atitude de distanciamento e de desprezo em relação à cultura das massas populares.

Levar a população assimilada a consciencializar-se da dimensão africana da sua cultura, assumir e valorizar esses seus traços que caracterizam o homem cabo-verdiano, vem a ser a atitude a tornar possível a consciência plena da sua origem e da sua identidade cultural e a partir de aí aderir à luta de Libertação nacional.

Após tentativas fracassadas de negociações diplomáticas com Portugal, o PAIGC desencadeou a luta armada de libertação, que durou 2 décadas, preservando o arquipélago do campo de sangue, graças a sua descontinuidade territorial. Porém, Cabo Verde teve um papel fundamental na luta clandestina e na mobilização de militantes e dirigentes para a luta. O facto de Cabo Verde possuir uma grande população emigrada, a viver em países democráticos e livres do ocidente e por ter já no final do Séclo XX um sistema educativo mais avançado que as demais colónias, fez com que houvesse maior consciencialização para a luta, culminado com a independência de Guiné e Cabo Verde entre 1974 e 1975.

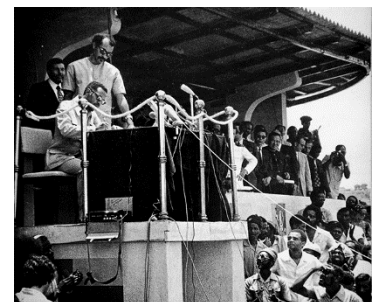


Figura 16 | Cerimónia de proclamação da Independência de Cabo Verde, na Cidade da Praia - 05.07.1975

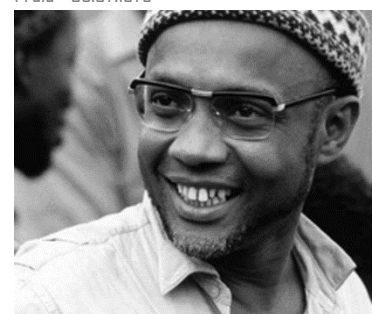


Figura 16 | Amílcar Cabral

Ilha de Santiago
Tem corpinho de algodón
Saia de chita cu cordón
Um par de brinco roda piñon
Na ilha de Santiago
Tem nho Mano Mendi, tem Kaká,
Nha Nácia Gómi
cu Zezé Nhu Raúl lá di fundo
Ruber da Barca
Na Ilha de Santiago
Tem Caetaninho, tem Codé, Nhu
Arique
cu Ano Nobo Nha Bibinha lá di
fundo Curral de Baxo
Na Ilha de Santiago
Tem Séma Lópi, tem Catchás,
Djirga, Bilocas, Ney,
Ntóni Dente d'Oro lá di fundo
San Dimingo

Mario Lucio

OS TEMPOS DE CONSTRUÇÃO

«Contemplar a cidade pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitetónica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo»

Kevin Lynch, Imagem da cidade

Santiago é a maior ilha de Cabo Verde com uma superfície de 991KM², formada essencialmente por rochas vulcânicas que ocupam cerca de 95% de terra. É também a ilha mais populosa do arquipélago com cerca de 298.000 Habitantes.

O relevo é variado e muito acidentado, sendo a altitude máxima a de Pico de Antónia, com 1394 metros. Da configuração variada do relevo sobressaem as achadas, as encostas, os vales, os maciços e os montes e colinas. A ilha possui uma rede hidrográfica densa nos extensos vales que cortam as achadas, tanto nos litorais como nos planaltos do interior. Apesar disso, as características climáticas não permitem cursos de água de carácter permanente, estando estes dependentes das chuvas que ocorrem apenas nos períodos mais húmidos do ano.

Os planaltos, comumente designados de Achadas (vasta extensão plana e ondulada), estão na origem de muitos assentamentos urbanos da ilha, dos quais a Cidade da Praia de Santa Maria, capital do país, onde, segundo dados de projeção da população, residem 155.252 habitantes, correspondente a 29,2% da população de Cabo Verde, que é de 531.239 habitantes (INE 2016).

A paisagem é uma característica que se reflete nos aspetos socio económicos da ilha e encontra-se espelhada nas suas manifestações culturais, principalmente na música.

Para entendimento das características da área de intervenção, assim como o conhecimento dos elementos determinantes da sua geração e estruturação, enquanto espaço urbano que evoluiu no tempo, pretendemos abordar neste ponto as várias fases do crescimento da cidade da Praia de Santa Maria, com enfoque nos momentos mais marcantes de seus assentamentos urbanos.

Praia de Santa Maria de Santiago, seu nome de batismo nos primórdios da sua fundação, atualmente Cidade da Praia é o maior centro urbano do país, situado num ponto estratégico do litoral, a sul da ilha de Santiago. Centro do poder administrativo e político, constitui igualmente um espaço cosmopolita, de intensas trocas comerciais,

A história regista diferentes períodos de ocupação da Praia de Santa Maria que se refletem na forma de seu assentamento. Assim, identificam-se seis momentos cronológicos dessa evolução, determinados por circunstâncias políticas, económicas e técnicas.

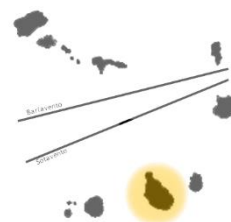


Figura 19 localização da Ilha de Santiago no Arquipélago

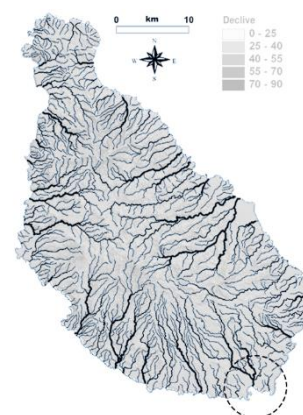


Figura 19 Rede Hidrográfica e topografia - Ilha de Santiago



Figura 19| Modelação 3D da Ilha de Santiago

PRIMEIROS ASSENTAMENTOS

A cidade da Praia teve os seus primeiros assentamentos em 1515, inicialmente com um povoado junto à praia de Santa Maria, utilizado como porto clandestino, evitando as taxas aduaneiras na então capital, Ribeira Grande. Por estar sujeita a frequentes cheias, a população transferiu-se para o alto do planalto a 30m acima do nível do mar, com melhores condições de salubridade.

O Porto da Praia Grande, desembocando numa grande baía de águas profundas, circundada por um conjunto de planaltos e promontórios, oferecia boas condições naturais, permitia maior controlo de acesso ao porto e servia como ponto estratégico de ataque e defesa do território (Fernandes 2003:39).

Portanto, tinha claras vantagens em relação à sua vizinha Ribeira Grande, principal núcleo urbano de Santiago, elevada à categoria de cidade em 1533 e que, entretanto, entrara em declínio.

Em cria-se o primeiro almoxarifado da vila da Praia para inventariar as riquezas que chegavam pelo porto. Mais tarde, em 1526, com o movimento da vila e do porto, ergueu-se a capela de Nossa Senhora da vila da Praia, que depois evoluiu para a atual Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Praia conheceu nessa época uma grande dinâmica portuária, económica e administrativa. O porto, que servia de descarregamento de navios negreiros, foi adquirindo importância e a vila cada vez mais próspera, contando já com 30 fogos e 447 habitantes (Silva, 1998).

Esta prosperidade abre portas ao comércio clandestino, bem como a constantes assaltos de corsários franceses, ingleses e holandeses entre 1585 e 1598. A onda de insegurança, acompanhada de seis anos de seca prolongada entre 1605 a 1611, leva à saída da população da Praia para se fixar no interior da ilha.

Esta fuga leva Filipe II a emitir um Alvará régio em 18.8.1612, que estabelece medidas administrativas para incentivar o regresso da população e combate ao abandono da vila. Praia é então fortificada, passa a ter abastecimento de água e uma alfândega. Os habitantes recebem benefícios para reconstruir as casas destruídas, usando agora pedra, cal e telha (Fernandes, 2014).

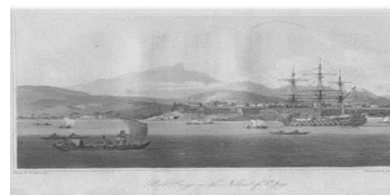


Figura 20 | Porto da Praia | 1793

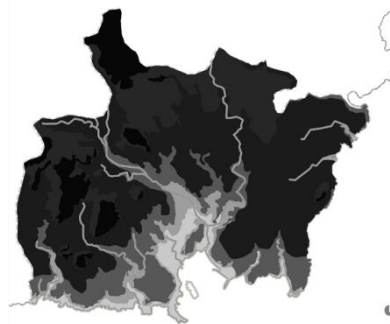


Figura 21 | Mapa da Hipsometria | Fonte: Plano Diretor Municipal da Praia 2013

NOVA DINÂMICA PORTUÁRIA

No século XVII deu-se um progressivo crescimento das atividades portuárias, o que por sua vez reaviva o comércio na vila, atraindo os camponeses que traziam os mais variados produtos para vender aos tripulantes dos navios, desenvolvendo então um comércio clandestino de panos de algodão aos tripulantes ingleses (Silva, 1994: 52).

Em 1707 D. João V ordenou que se levantassem fortificações na Praia, prosseguindo com as obras nos anos seguintes. A partir de 1757 a companhia pombalina de Grão-Pará de Maranhão, detentora do monopólio do comércio nas ilhas, inicia a repressão do comércio clandestino que se assiste na vila da Praia. Para tal, instala os armazéns à entrada do porto e reforça as baterias de defesa do porto.

Com a dinâmica comercial á volta do porto e a melhoria da defesa da vila, em 1770 por Diploma de Marques de Pombal, é transferida a residência do Governador de Ribeira Grande, assim como os serviços administrativos para a vila da Praia, perdendo Ribeira Grande o estatuto de principal centro urbano do arquipélago.

Em 1778 a estrutura urbana do planalto não se encontra ainda consolidada, mas já apresentava as funções administrativas desenvolvidas à volta de um grande terreiro, situado no extremo sul do planalto. A povoação se desenvolve á volta desse terreiro que circunda a igreja e onde se situa o cemitério e a residência do Governador. Mais a norte situa-se o largo do pelourinho, a casa da Câmara, o tribunal e a cadeia.

\Do ponto de vista urbano, a estrutura das vias, não arruadas, faz adivinhar o seu prolongamento para norte. A maior parte da população vive em casas cobertas de palha.



Figura 22 | Planta da cidade da Praia e do porto - 1820



Figura 23 | Estrutura Urbana | 1778

CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CIDADE

Neste período, a vila da Praia conhece alguns avanços urbanísticos levados a cabo por vários governadores.

No final do século XVII o governador Marcelino António Bastos dá provimento ao alvará de 1612 e manda encanar água para a vila.

Já no Século XIX, sob a governação de António Lencastre, entre 1808 e 1813, a vila tem definida as primeiras linhas de estruturação urbana com ruas, largos e praças, bem como o passeio público no largo da igreja.

Em 1815 o congresso de Viena proíbe o tráfico de escravos, mais tarde o Brasil torna-se independente. Período bastante marcante para o arquipélago, pois o colonizador vira-se para as colónias africanas de forma a dar novo impulso na exportação de produtos tropicais (Silva, 1998).

A década seguinte, entre 1823 e 1826 sob a governação de João da Matta Chapuzet, é retomada a iniciativa de promover o crescimento da vila para Norte, com ruas alinhadas e calçadas, com construções em telha e casas de maior porte. O poço Fonte Ana (no vale da Várzea) sofre melhoramentos com a transferência para o local do passeio público.

No final da governação de Chapuzet, a vila estava definida por cinco ruas, uma praça, três largos, três becos e abrigava 1800 habitantes (Fernandes: 2014). Nesta altura as principais instituições sediadas na Ribeira Grande tinham já sido transferidas, sendo que a última foi o Hospital da Misericórdia.

O concelho foi instituído em 1833-1835, sendo o governador Manuel António Martins que abastece a vila com água da sua propriedade de Monte Agarro.

Na sequência das iniciativas anteriores, em meados de 1850 a vila arranca com novo impulso do desenvolvimento urbano, sendo proibido as casas de cobertura de palha. Cria-se um imposto sobre as cargas importadas e exportadas no porto e essa verba reverte para o financiamento de obras de melhoramento da vila.

Em 1858, por determinação do Visconde Sá da Bandeira, a vila da Praia, com cerca de 2000 habitantes, é elevada oficialmente à categoria de cidade e capital do arquipélago, altura em que foi iniciada a construção do cais no porto da Praia.



Figura 24 | Rua Sá da Bandeira 1915



Figura 25 | Praça Alexandre Albuquerque Plateau - 1820



Figura 26 | Estrutura Urbana | 1882

EXTENSÃO E VALORIZAÇÃO DA ZONA BAIXA DA CIDADE

Com um crescimento notável e desenvolvimento comercial na cidade, principalmente no mercado e na rua Sá da Bandeira, nas últimas décadas do século XIX, a mais nova cidade já tinha a alfândega transferida para a Praia Grande, cuja construção iniciou-se em 1873. Situada estrategicamente em frente à ponte de embarque Infante D. Henrique, é inaugurada em 1879. No ano seguinte inaugura-se o Farol Maria Pia na Ponta Temerosa.

Para atrair a navegação transatlântica, o governo empreende uma política de dinamização e modernização das infraestruturas portuárias, apoiando-se na tecnologia da máquina a vapor e concede parte de terrenos do ilhéu e da praia negra a navegadores, a fim de estabelecer o depósito de carvão para o abastecimento de barcos a vapor.

Em 1890 a cidade circunscreve-se ao planalto, o desenvolvimento urbano limita-se à consolidação da zona sul no Platô, onde se localizam os edifícios públicos e administrativos, com 15 ruas, 6 travessas, 3 becos, um jardim, 5 calçadas e 5 largos e praças. A população atingia já 4600 habitantes, a residir em 1000 fogos.

Morfologicamente o traçado concebe-se sobre uma malha ortogonal que gera quarteirões regulares e alongados dispostos no comprimento maior do planalto, numa ligação sul norte.

A cidade exibiu um conjunto edificado notável, próprio de um núcleo urbano deste porte: o Palácio do Governador, o Quartel, a casa da Câmara e o tribunal, o Hospital de São Fernando, a alfândega, a escola primária, o Liceu Nacional da Província, o Museu de Cabo Verde, o Teatro Africano e o Farol.

É possível identificar três espaços públicos: a Praça Alexandre Albuquerque, o terreiro em frente ao edifício da fazenda, a rua Sá da Bandeira, a rua Serpa Pinto, e a praça Luís de Camões.



Figura 28 | Vista Parcial da Praia | 1890



Figura 27 | Estrutura Urbana | 1968

DO INÍCIO DO SÉCULO AO ESTADO NOVO

No início do século XX a ocupação do planalto continua com o mesmo sistema de composição urbana, mas organiza-se fundamentalmente a partir da extensão das duas vias estruturantes: a rua Serpa Pinto que é o eixo central e articula três principais praças da cidade com o acesso aos extremos norte e sul do Planalto. No extremo norte foi rematada, em 1960, por uma praça circular que passou a enquadrar o então Liceu Adriano Moreira, construído em 1958. A rua Sá da Bandeira, o elo de ligação mais direto aos acessos da cidade e uma das mais dinâmicas, sendo a sul onde se situa a rampa de acesso à alfândega e a norte o acesso à zona interior da cidade.

Nos anos 20, com a crise agrícola e o êxodo rural, já se sente o crescimento demográfico e consequente ocupação de zonas fora do Platô. Na zona da Chã d'areia assiste-se a uma evolução significativa com construções de edifícios junto à alfândega e ao cais. Existem outras ocupações que começam a tomar lugar junto às principais vias.

Em 1934 o Governo remete as Câmaras Municipais a responsabilidade de promoverem o levantamento das plantas topográficas e a elaboração de planos gerais das sedes dos municípios.

Em 1944 faz-se a criação, por meio do Ministério das Colónias, do Gabinete de Urbanização Colonial que tem o objetivo de delinear projetos de arquitetura e engenharia para as colónias portuguesas numa abordagem de cidade tropical. Pretendia-se a construção de equipamentos públicos e a realização de operações de urbanização com rapidez e eficiência de modo a acompanhar o processo de ocupação do território e da periferia.

Porém, os planos não tiveram efeitos: Conforme Fernandes, durante as décadas de 40 e 50 o crescimento da cidade fez-se casa a casa, embora autorizada pela autarquia, mas não sujeito a qualquer tipo de plano de urbanização ou qualquer outra ação disciplinadora do espaço urbano (Fernandes: 2016). A falta de técnicos qualificados para fazer os trabalhos no local é referida como principal causa. Só em 1960 houve oportunidade para elaborar o Plano Diretor-Base de Urbanização da cidade da Praia.

A área abrangida pelo plano era caracterizada por um núcleo urbano consolidado situado na Achada Principal, pelas áreas adjacentes à baía e pelos terrenos das cotas mais baixas que se desenvolviam entre as achadas. O ordenamento do espaço urbano foi suportado por uma rede de acessibilidades que articulava as diferentes áreas com funções predominantes.



Figura 29 | Vista parcial da Praia



Figura 30 | Mercado do Plateau | 1958

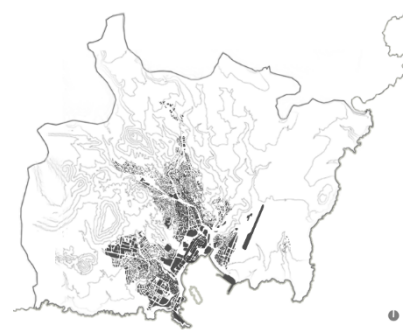


Figura 31 | Estrutura Urbana | 1996

Nessa época o plateau encontrava-se totalmente edificado com equipamentos de uso administrativo, coletivo e residências. Para além das ruas já referidas havia, a avenida Andrade Corvo, caracterizada por um perfil transversal mais largo, constituída na frente poente pelos edifícios públicos mais representativos, o Palácio do Governo, a Igreja Matriz, o Tribunal e a Administração Civil. Essa área centralizava os principais edifícios públicos da cidade, tais como o Quartel, o Edifício da Fazenda, a Camara Municipal e o Banco; ali estavam igualmente localizados os equipamentos coletivos tais como o Hospital, o Liceu as Escolas primárias, o Mercado e os correios; e ainda edifícios com funções culturais como o Cinema e as habitações mais qualificadas,

Segundo Emanuel Furtado a grande expansão da área urbana na cidade da Praia se verificou na segunda metade do século XX. Por volta de 1930, a cidade deixou de ocupar apenas o Plateau e estendeu-se para a periferia deste, ocupando os vales e as achadas que se encontravam mais perto. Gradativamente, a função residencial do Plateau ia sendo substituída pelos serviços e pelo comércio. Note-se que para além do Platô, estavam já ocupadas zonas como Achada Santo António, o Bairro Craveiro Lopes, a Várzea a Chã d'Areia, para além de outros aglomerados, frutos de apropriações de individuais ao longo das vias de ligação existentes.

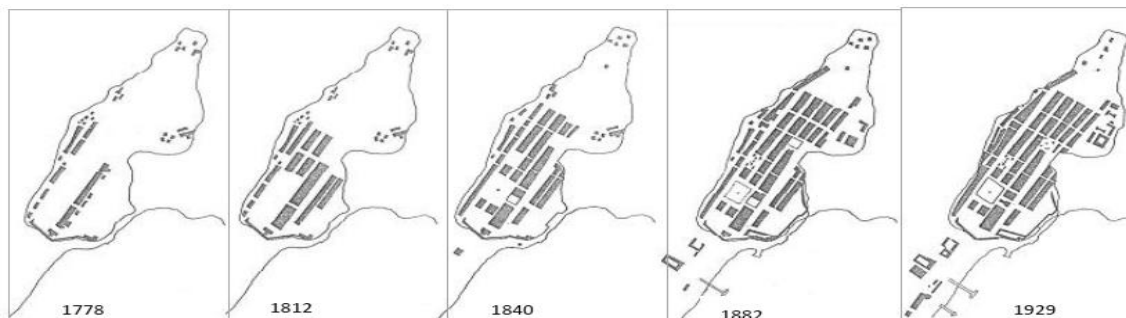


Figura 32 | Evolução do Plateau de 1778 até 1929 | Fonte: Estudo de Enquadramento estratégico – Frente Marítima da Cidade da Praia

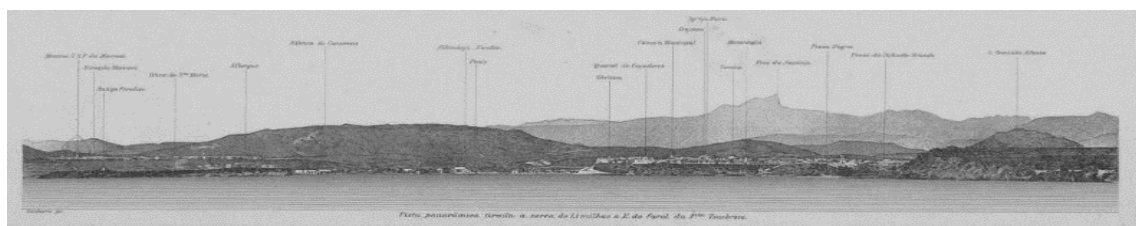


Figura 33 | Corte Longitudinal da Cidade da Praia, de 1946

UM PAÍS PÓS INDEPENDÊNCIA

Desinteresse num território sem recursos naturais, agravado pela situação da guerra colonial, levou a que Cabo Verde caísse num contexto de abandono e falta de investimento colonial na primeira metade do século XX. Entretanto, a 5 de julho de 1975 Cabo Verde torna-se independente.

A partir desta data deu-se um contínuo e acelerado crescimento da cidade, porém desordenada, devido à morfologia do terreno e a forma de ocupação dos assentamentos emergentes com crescente carência de infraestruturas.

O crescimento fora da cidade formal – Platô - processou-se de forma contínua, ou descontínua, pois ocupava outros planaltos, sendo que até à independência havia já, com algum nível de consolidação, um conjunto de pequenos bairros mal infraestruturados – como por exemplo a Achadinha, a Fazenda, a Achada de Santo António, a Prainha e o Bairro Lém Ferreira (FMCP 2010).

A definição de soluções que se ajustassem aos requisitos da capital e que respondessem às necessidades do espaço urbano em rápida expansão foi um grande desafio no período pós-independência. EM 1976 a gestão e execução de obras e elaboração de planos passam a ser feitas através do Plano Centralizado dos serviços do Ministério das Obras Públicas. As soluções passaram, essencialmente, pela implementação de traçados viários de ligação entre as zonas mais altas e baixas e a articulação com a envolvente, bem como a construção de equipamentos administrativos, desportivos, culturais, de educação e de saúde.

A ocupação das outras zonas da Praia processou-se de duas formas: nas zonas baixas, ao longo de vales planos percorridos por ribeiras com grandes leitos de cheia e drenagem deficiente, e nas zonas altas, em áreas de planalto que definiam as margens dos vales.

Continuaram-se com as abordagens urbanas, com vista a resolver a questão do aumento populacional. Visava a disponibilização e configuração de lotes produzidos entre pequenos planos urbanísticos/ loteamentos em alguns bairros, sem nenhuma estratégia programática específica de ação à escala do território, da rede viária e infraestruturas urbanas, dos equipamentos públicos e da elaboração de um plano urbanístico com visão geral das áreas de expansão para além do Platô.

Em 1981, com o agravamento do êxodo rural, começou a ocupação das encostas e aparecimento de outras 9 áreas residenciais. Já em 1986 a cidade ocupa mais de 300 ha, com tendência de expansão para Norte. O PDU define dois eixos de expansão: uma para norte e outra para o oeste, mas a expansão acontece, na sua maioria de forma informal.

Segundo o relatório do PDM da Praia, a cidade não teve capacidade de reposta e uma estratégia de atuação sobre os problemas e desafios de planeamento que



Figura 34 | Vista Sobre Achada Santo António



Figura 35 | Estrutura Urbana 2015

surgiam num país recente e independente, pois começava a aprender a lidar com novas questões das mais diversas áreas e rapidamente a velocidade das ocupações ultrapassa a demora e falta de resposta do poder público e da cidade já consolidada – o Platô- o que se refletiu nas ocupações informais à grande escala, que caracterizam hoje a Cidade da Praia.

Em 1996, faz-se a construção da Av. Marginal da cidade da Praia, que vem facilitar a circulação na cidade e o acesso ao interior de Santiago.

Na década de 1990 deu-se uma grande expansão espontânea da cidade o que provocou a fragmentação do território urbanizado. O rápido crescimento demográfico, acentuado pelas migrações internas, de outras ilhas e do interior de Santiago e pela imigração proveniente essencialmente da África Ocidental, conduziu a um crescimento urbano caótico, com grande deficiência no planeamento e na gestão racional do solo. Este facto, favoreceu o crescimento de construções clandestinas, num ambiente de grande déficit de habitação, sobretudo para as camadas mais pobres e de baixo rendimento, residente ou migrada, que teve como opção ocupar os limites dos bairros mais antigos, densificando-os ou contribuindo para a sua expansão de forma descontrolada (CMP, 1998). Esta ocupação é diretamente responsável pelo aumento da pobreza urbana, em todas as suas facetas, económica, ambiental e social.

Nessa década o poder local passa a ser responsável pela gestão e planeamento do território municipal. Igualmente surgem entidades privadas que procedem à infraestruturação de bairros e disponibilizam lotes à população. Porém, os preços desses lotes têm um valor muito alto, o que os torna inacessíveis para a grande maioria da população, devido a insuficiência de meios.

Por conseguinte, na década de 2000 tomaram-se algumas medidas de infraestruturação para satisfazer as necessidades da população (pavimento de vias de acesso, canalização de água, criação de redes de saneamento, iluminação pública, centros de saúde, etc.), legalização de lotes e construção da estrada circular da Praia, para delimitar e organizar a cintura urbana. Entretanto, devido à dimensão dos assentamentos informais (dos cerca de 80% de superfície ocupada ou em fase de ocupação, apenas 27% encontra-se legalizada), da manifesta dificuldade técnica de acompanhamento da implementação dos planos urbanísticos, deixando oportunidade, embora em menor escala, à continuidade do fenómeno e porque as construções são feitas em muitos casos em áreas de fragilidade orográfica, ainda há muita infraestruturação por fazer.

Em 2010 Praia conta já com 46 bairros, sendo 5 não residenciais. Apesar de ser a maior cidade do País, a cidade da Praia apresenta um estado ambiental crítico com reflexos nos espaços verdes e de lazer, equipamentos comunitários e qualidade de vida da esmagadora maioria dos seus habitantes.

O LUGAR

N' xinti um feeling pamó Sol dja
sai
Eh sa ta dam fala eh sa txoman
pa nbai
Katen nada más sabi ki nha kasa
Odja nha irmon cumprimenta na
rua

Laba nha alma eh mergudja na
mar
Skeci di tempo e celebra
Ehs morabeza ki Deus danu
Pa alegria akompanhanu
Por isso ki hoje n tem certeza e
n ta fla
I'm free in Rio
The vibes of Lisbon
I wanna be in New Your
But I love Praia

Eh la kin ta xinti mas amor
kin ha dia tem mas cor katem
nada midjor
h li kip a más ki tempo passa ka
ta perde enconato
Linos eh abençoado
Praia, Praia
Pa más voltas ki n' da mi n eh
Praia, Praia
Eh Maria nha Kretxeu

Kady Araujo

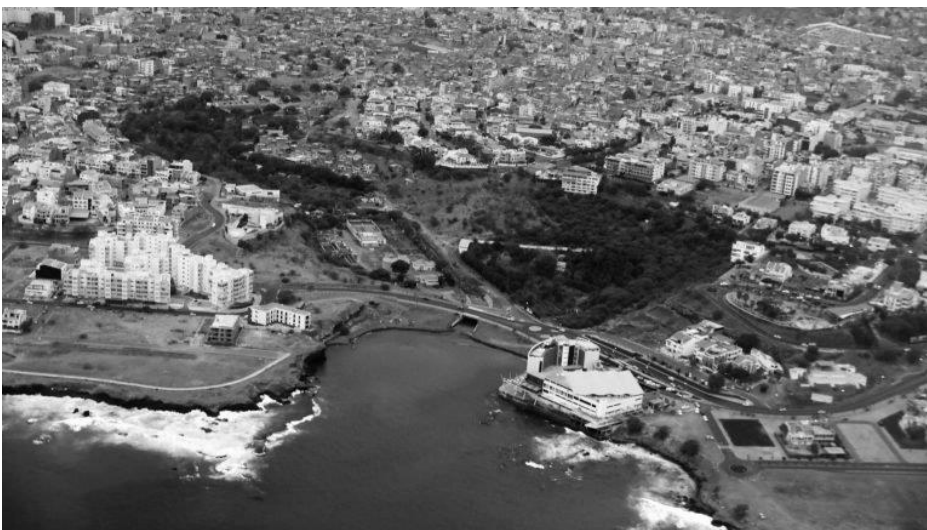


Figura 36 | Vista Aérea da Área de Intervenção - _ Fonte Asemana online

O LUGAR | VALE DO PALMAREJO

O percurso histórico da cidade da Praia, particularmente a sua evolução urbana e as características do centro histórico, já apresentados permitem, por se constituir a matriz estruturante de restantes tecidos urbanos, uma compreensão global do território onde se situa o lugar que, doravante se passa a analisar.

Os elementos estruturantes da cidade e suas características, marcadamente heterogêneas, se refletem na área de intervenção. Assim como todos os territórios semelhantes, o laboratório em análise, também ele um tecido urbano heterógeno, apresenta características bastante singulares, com particular destaque para a existência de uma grande mancha verde.

Perante as dificuldades em encontrar informações sistematizadas e oficiais relativamente à origem do local, como uma área agrícola, recorreremos ao método de entrevista, o que nos permitiu recolher dados históricos interessantes junto de habitantes locais.

A compreensão e análise de diferentes aspetos relativos ao locus, bem como sua relação com o envolvente são suportes para a criação de um modelo contínuo de cultura, identidade e autenticidade da cidade.



Figura 37 | Ortho maps - Área de intervenção - Fonte google maps

O LUGAR | GENESE

O Vale do Palmarejo, como zona de aproveitamento agrícola, surge bem antes da urbanização da Achada Santo António. Delimitado por dois planaltos, a Este por Achada Santo António, a Oeste por Palmarejo e a Norte pelo bairro de Tira Chapéu, desemboca a sul no mar de «Djô Grande».

A Achada de Santo António, situada a Sudoeste do centro da cidade, é caracterizada por uma grande plataforma com um declive suave para Norte, onde se inicia o vale do Palmarejo. O planalto é delimitado por declives acentuados e escarpados compreendidos entre os 20 a 30 metros que o isolam dos terrenos mais baixos que o rodeiam e o isolam.

Na Achada consta pela primeira vez no Plano Diretor-Base para a urbanização da cidade da Praia datado de 1960, correspondente à Célula Habitacional nº 3, que estava reservada à futura expansão da cidade. Em 1969, o plano classifica-a como Zona apta para uma futura Unidade Urbana, plano este que identificou a existência de uma vasta ocupação de habitações precárias. Assim definiu para a área ações de remodelação, estratégias de desenvolvimento, do qual resultou o Plano Parcelar da Achada de Santo António.

Em 1971 o plano estabelecia um traçado hierarquizado das novas infraestruturas viárias e propunha a elaboração de um instrumento urbanístico para salvaguardar uma área livre e com forte aptidão para uma ocupação habitacional de qualidade, bem como a articulação entre os diferentes tecidos urbanos, dando suporte a novas atividades. A ligação entre o Planalto da Achada e Santo António e o Planalto principal (Plateau) foi prevista através de um sistema de vias de comunicação eficiente, ocupação das zonas de encostas com declives moderados e localização de espaços de utilização coletiva ou de equipamentos em áreas de transição.

As áreas baixas, com exceção da Prainha, situada na parte litoral e, por conseguinte classificada como zona balnear e de lazer, não foram contempladas no plano e na proposta de ligação entre os dois tecidos urbanos referidos anteriormente, considerando que não possuem aptidão para fins habitacionais. Conforme Fernandes (2016) «nas áreas de vale praticamente não existiam construções e, por serem atravessados por inúmeras linhas de água, concentravam o maior nível de humidade que permitia o desenvolvimento de espaços com vocação agrícola»²⁰.

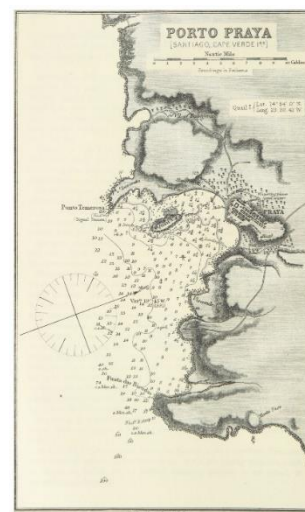


Figura 39 -1884 -Map of Porto Praya



Figura 38 -Urbanização da Praia Plano Parcelar da Achada de Santo António, Rede viária, 1971

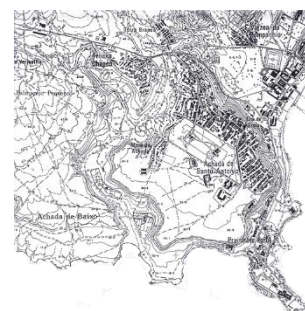


Figura 40 Planta cartográfica Achada Santo António

²⁰ Fernandes, Sérgio (2016:68)

As primeiras habitações foram construídas, de forma espontânea, no início na década de 50, na parte norte do planalto, desenvolvendo-se por 20 anos sem nenhum plano. Praticamente toda a parte central do planalto estava cercada, ocupada com as instalações da Companhia portuguesa Radio Marconi.

No início dos anos 70, Achada de Santo António era uma das maiores áreas habitacionais da cidade, no entanto as construções de carácter improvisado eram muito desqualificadas e as infraestruturas do bairro praticamente inexistentes. As áreas preexistentes eram consideradas pelo plano que proponha uma densidade de 150 habitantes por hectare, como «áreas a remodelar» e as ações previam uma intervenção profunda de transformação do tecido urbano, de modo a fazer a integração formal e social do bairro no contexto da Cidade da Praia.

Para as novas áreas residenciais foram propostas habitação individual ou coletiva do tipo económico ou mais qualificada, sendo que as mais qualificadas localizavam ao longo das encostas nascente, a sul e na área central da achada onde podiam usufruir das melhores exposições e das melhores vistas. A habitação do tipo económico foi maioritariamente situada na parte poente.

A Sudoeste da cidade da Praia, fica o planalto de Palmarejo, nome dado devido a quantidade de palmeiras localizadas no vale que o ladeia, conhecido como Vale de Palmarejo. Antigamente a área era florestada. Até a década de 1990, predominantemente agrícola, era uma aldeia separada da cidade da Praia, a 100 metros a Oeste da Achada de Santo António.

A parcela que abrange o planalto é dos poucos bairros que conheceram algum tipo de planificação urbanística. O desenvolvimento do Plano mestre inclui o movimento do centro para a nova secção, sendo a primeira área que apresentou o sistema de rua modernizado. Anos depois foi planificada a área industrial, onde está instalada a unidade de dessalinização e de fornecimento de água e energia para a cidade. Em 2010, Palmarejo estava quase totalmente urbanizada, tendo a zona mais antiga de Monte Vermelho a Sul, com um forte assentamento informal, Palmarejo Baixo continua a ter espaços vazios para lotes. Tanto para Norte como para Este, Palmarejo, está ladeado por vales, com uma densa mancha verde.

A Norte do fundo do Vale de Palmarejo, a área de intervenção é delimitada pelo bairro do Tira Chapéu, uma zona que se destaca hoje no contexto da cidade com alta densidade de assentamentos espontâneos, predominantemente habitacional pouco estruturado, com deficientes vias de ligação interna, tendo presente estruturas de apoio, serviços e funções urbanas com um mínimo de auto – suficiência. Com uma superfície de aproximadamente 21,7 hectares é atravessado por uma via estruturante que faz ligação com a Cidade Velha.

O vale do Palmarejo desde os primórdios dos assentamentos da vila da Praia tinha uma área fértil com água abundante, assim como as outras áreas baixas pantanosas da cidade. Teve sempre uso agrícola, seguindo, no início o modelo de



Figura 41 | Casa senhor Joaquim, arrendatário no Vale - Foto da Autora

ocupação da terra em regime de morgadio. Posteriormente as terras foram distribuídas em parcelas, por arrendamento, regime que perdura até a atualidade. COBOM – FONTON é a denominação que a população lhe atribui. Cobom, em língua cabo-verdiana significa «fundo de cova», carrega um sentido depreciativo, por ser considerado um espaço onde normalmente, na ausência de infraestruturas de saneamento básico se deitam dejetos de várias naturezas, conhecido por *Fontom*, a parte mais próxima da baía e onde se concentra a grande mancha verde, significa em língua cabo-verdiana *fonte grande*, denominação cuja justificação parece estar associada à quantidade de poços existentes no local.

Toda a estrutura do vale com uma superfície sofreu diversas apropriações ao longo do tempo. Hoje está ainda preservada como um grande terreno agrícola, cuja ocupação e funcionamento continua graças ao êxodo rural. A área de grande interesse paisagístico natural, localizada no centro urbano, oferece aos seus habitantes, o conforto da memória rural na capital dos pais.

A estrutura edificada, inicialmente foi composta por uma casa de dimensão considerável, a casa dos proprietários, próxima da baía onde desaguam as cheias que correm pelo vale. A área, na zona circunscrita à casa, tem uma cota bastante baixa, constituindo-se como um pântano arborizado, essencialmente por palmeiras. Esta construção, bem como as suas infraestruturas de apoio, nomeadamente galinheiros e pocilgas, encontram-se atualmente abandonadas, em avançado estado de degradação.

Segundo os guardas, a família proprietária reside atualmente nos Estados Unidos, e pretende vender a propriedade.

Esta pequena história, relatada por Senhor Joaquim, um arrendatário no local, ilustra a composição e a moldura humana do local, o que lhe confere uma vivência e um carácter particular.

«Grande parte dos que aqui vivem vieram da ilha do Fogo. Chegaram à capital de barco, com produtos como mancarra, feijão, café e uva para venda. A venda normalmente é feita logo à chegada, ainda no Porto da Praia. Acomodam-se na casa de um familiar ou um conhecido e com o dinheiro da venda dos produtos, adquirem uma carrada de blocos, posteriormente delimitam um terreno por perto e iniciam a autoconstrução da sua habitação, normalmente um único compartimento»

O espírito empreendedor e o dinamismo comercial característico do Homem da ilha do Fogo faz com que em pouco tempo o quarto se transforma de forma singular numa casa. É assim, dessa dinâmica comercial e do carácter empreendedor do migrante, que o vale se desenvolveu, com características de um misto das ilhas num único local, que ganha identidade própria, onde as atividades iminentemente rurais, a cultura e os valores específicos de cada ilha misturam-se e se enriquecem, unindo no vale o que o mar separa.



Figura 42 | entrada da Casa Grande -Foto da Autora



Figura 43 Poço - Foto da Autora

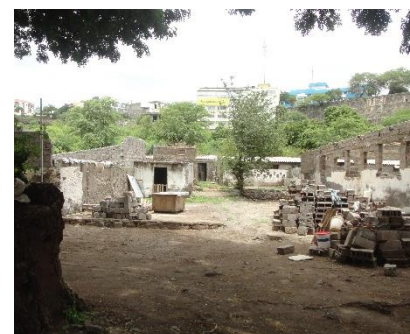


Figura 44 | Anexo da casa Grande- foto da Autora



Figura 45 | Casa Grande - Foto da Autora

ELEMENTOS ESTRUTURANTES

«A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional» (Lynch, 1992:14)

Para a concepção de uma intervenção, de modo que esta se enquadre de forma coerente no território de um determinado lugar, é necessário primeiramente a compreensão *da linguagem* da paisagem urbana,

Neste quadro, compreender a forma como foram feitos os assentamentos no território do vale, implica analisar as razões que levaram os locais à escolha do lugar para resolver os seus problemas de acolhimento, ou seja, quais os elementos estruturantes que os levaram a optar pelo espaço.

As características do local, com a presença de vegetação, de água abundante, sua localização, associados ao perfil de seus ocupantes – sobretudo migrantes internos provenientes de meio rural - levam-nos a concluir que os elementos determinantes enquanto instrumentos bases de estruturação na concepção dos assentamentos estão primeiramente relacionados com a necessidade agrícola e a qualidade que a envolvente oferece.



Figura 46 | Proprietário e Residente - Encosta Achada Santo Antônio - vista da porta de casa sobre a Mancha Verde | Foto da Autora



GEOMORFOLOGIA | ÁGUA E TERRA

A principal linha que caracteriza a área de intervenção é a quebra entre duas realidades geomorfológicas. O alto dos planaltos (Achada de Santo Antônio e Palmarejo) que distam aproximadamente 250 metros um do outro são separados pela descontinuidade originada pelo Vale, criando assim três ambientes, aos quais se associam perfis sociais e econômicos diferentes.

A parte de cima dos planaltos, naturalmente protegida das águas pela configuração do terreno, oferece aos seus habitantes um sentimento de segurança e superioridade, refletido na expressão popular «Txada ka ta boia», ou seja, a Achada não submerge, em oposição às terras mais baixas, sujeitas às cheias.

As encostas têm um remate escarpado, pontualmente argiloso, dando origem a deslizamento de terras e consequente modificação sazonal de sua morfologia no período das chuvas, quando as águas escorrem de forma torrencial.

Devido às condições morfológicas do solo, a irregularidade das construções, bem como a inexistência de mecanismos de drenagem eficazes, os assentamentos nas encostas e linhas de água para além de estarem em risco de desmoronamento devido às constantes ameaças de deslizamentos de terra, constituem um verdadeiro fator de agravamento da situação de drenagem das águas pluviais.

As zonas mais baixas do fundo do vale, naturalmente húmidas, devido à presença de uma linha de água constante durante todo o ano, são igualmente altamente afetadas na época das chuvas, com enxurradas que descem das encostas e que provocam um grande lamaçal e acumulação de água.

Entretanto, a água é um elemento fundamental para a vida do vale, à volta do qual tudo gira. Dos inúmeros poços existentes se extrai a água para a rega e para os animais, mas também para a venda, sobretudo ao setor de construção civil, trazendo rendimento às famílias.

A acessibilidade já precária, devido às ruas de terra batida, agrava-se na época das chuvas, levando os moradores a improvisarem passagens com empedramentos nos percursos que são também os caminhos naturais da água. Torna-se impossível o acesso de veículos automóveis, cujo risco de atolamento é real.

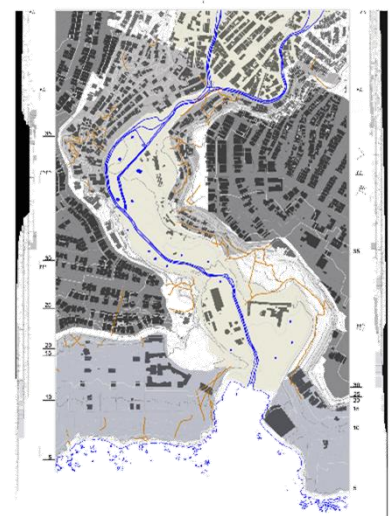
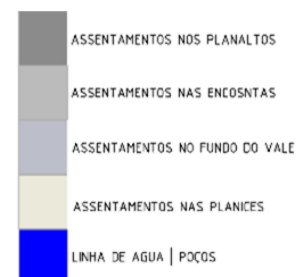


Figura 47 | Esquema Geomorfológico Água e os Assentamentos | Área de intervenção



Figura 48 | Ponta Sul da Encosta de Achada de Santo Antônio - Foto da Autora

MANCHA VERDE

Singular na cidade da Praia, o Vale do Palmarejo se destaca com uma forte presença verde, inserindo-se no contexto natural com uma dinâmica agrícola e alguma presença de pecuária.

A sombra das copas das árvores protege do sol e criam um microclima no vale, que o torna muito agradável mesmo nos dias mais quentes do ano. As árvores, bastante compactas, se constituem numa espécie de barreira acústica, o que confere ao vale um ambiente calmo, induzindo uma velocidade reduzida no seu percurso, fazendo-nos estar presente no *lugar*.

A vegetação é densa, predominantemente agrícola e constituída por diversas em parcelas agrícolas, são cultivados legumes variados que em parte, abastecem a cidade de frescos. Existem igualmente várias árvores de fruto, tais como palmeiras, coqueiros, mangueiras, limoeiros, goiabeiras.

Cultiva-se também bananeiras e cana-de-açúcar. Sendo a cana-de-açúcar uma planta tradicionalmente cultivada em Santiago, em praticamente todos os terrenos de regadio, o vale não podia fugir à regra e uma boa parcela é ocupada com o seu cultivo, utilizado especialmente para a produção do típico grogue (bebida tradicional de Cabo Verde). Percebe-se a presença de uma pequena unidade de produção no local, onde se encontra instalado um trapiche (máquina destinada a moer a cana-de-açúcar).

Na parte à entrada do vale, onde a água é menos abundante, o terreno é acentuado em direção às encostas dos miradouros das Nações Unidas e da Praça Cruz de Papa. Essa parte de terreno que se encontra fora do perímetro privado, devidamente delimitado e cuidado, apresenta-se totalmente coberta de acácias americanas (*prosopis juliflora*), espécie não recomendada para plantio nos vales e terrenos agrícolas, devido à sua capacidade de sugar a água do solo, mesmo a longas distancias e alastrar-se, tornando-se mesmo uma espécie de praga.

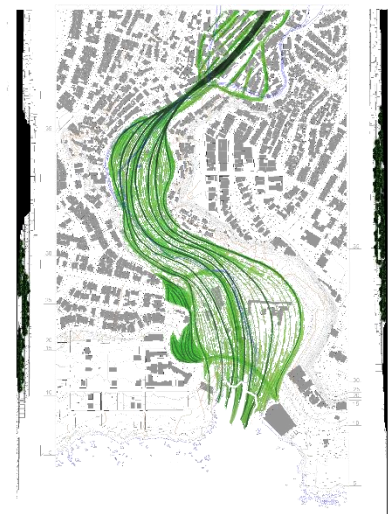
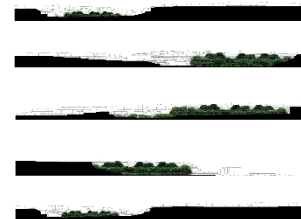


Figura 49 | estrutura verde do Vale do Palmarejo.
Ilustração da autora



Figura 50 | Vista sobre o Vale, a partir de uma propriedade privada na encosta. – Foto da Autora

ACESSIBILIDADE | LIMITES

Tratando-se de uma área de intervenção bastante vasta, importa explicitar o conceito de limite e sua delimitação no território, pois está relacionado com o assentamento do mesmo. Para Lynch, tais como os caminhos «*os limites requerem uma certa continuidade de forma através do seu comprimento*»,²¹ Parece que apesar das diferenças bastante acentuadas de cotas, determinadas pela morfologia do lugar, a presença de uma mancha verde, assim como a tipologia diferenciada dos assentamentos, não se pode pensar num limite impenetrável, já que conforme o mesmo autor «*todas as partes da cidade são contínuas, física e visualmente*». Esse efeito se dá através da relação visual, que faz com o observador perceçione que o que divide, também une. Assim, muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora.

Para a compreensão da delimitação do território do «Vale do Palmarejo», afigura-se crucial o reconhecimento do mesmo por parte do observador, de modo a orientar e estabelecer o percurso de forma contínua e coerente. Não sendo necessário, no caso em apreço, orientar o observador no sentido de «*exterior-interior*», pois o contraste é relevante, importa indicar pontos de apoio perceptíveis que indiquem os extremos, que completem e localizem a linha divisória.

Posto isto tomamos como limites do Vale do Palmarejo, as vias estruturantes, as ruas, as encostas e a própria malha urbana que delimitam o seu território. Limites esses que favorecem ou condicionam a acessibilidade, a qual passamos a analisar.

Segundo a CMP, no final da década de 90 «*as diversas lógicas de ocupação dos terrenos, bem como a configuração do edificado nos bairros espontâneos (achadas, encostas e ribeiras), determinaram as características físicas da rede viária, que se apresentam, com uma configuração própria: rede básica ou geral interligando os bairros e assegurando o movimento com o interior; Sub-redes refletindo os limites dos bairros; Rampas de acesso aos bairros situados em zonas com acentuado declive*»²²

Perante a insuficiência de ramais de conexão entre os eixos principais da cidade e a sua ligação ao interior dos diversos bairros espontâneos, registam-se dificuldades acrescidas na mobilidade no interior desses bairros.



Figura 51 | esquema das Acessibilidades. ilustração Autora

²¹ Lynch, Kevin – A imagem da cidade, p.112

²² CMP (1998)

O território do Vale de Palmarejo é contornado a Sul por uma via estruturante que liga toda a parte baixa e litoral da cidade ao planalto de Palmarejo, via essa que não possui nenhum desvio ou ponto de contacto estruturado para o interior do vale.

Na parte superior do planalto do Palmarejo, a encosta é muito escarpada e o seu remate é feito com um longo muro que protege a via de acesso, bem como algumas residências construídas no limite do planalto, o que, para além de se constituir em uma barreira visual em direção ao vale, resulta também em barreira física, pois bloqueia a ligação pedonal com o vale. As únicas possibilidades de ligação estão mais a montante, via «casa lata», passando pelo «Fundo Cobom», malhas urbanas informais e bastante densas.

Do lado oposto, o planalto de Achada de Santo António, também ele com uma encosta bastante escarpada em quase toda a sua extensão, fica relativamente isolado do fundo do vale, havendo entretanto pontos de contacto pedonal precário nos dois extremos Norte e Sul.

devidamente tratado, é também um lugar utilizado para vazamento de lixo e dejetos. O acesso no extremo norte também tem as mesmas características. Sensivelmente a meio da encosta existe um acesso antigo bastante precário, constituído num misto de rampa, terra batida, empedramento e degraus. Mais recentemente foi construído um novo acesso pedonal, na última rua, através de uma escadaria, esta com melhores condições construtivas, seguindo um modelo utilizado por toda a cidade

O último arruamento da zona conhecida por Meio de Achada, que faz o contorno da encosta, por ficar relativamente afastado da ponta e não ser devidamente tratado, funciona como limite, impedindo a vista para o fundo do vale.

Conforme já referimos anteriormente, o fundo do Vale do Palmarejo, isto é a parte baixa, pela sua natureza e localização, não se encontra articulado com a rede principal de circulação viária da cidade e não possui ligações pavimentadas. No entanto, identifica-se um eixo viário em terra batida que atravessa o vale no sentido norte-sul, duplicando-se em alguns troços no interior do vale. O acesso pedonal não é diferenciado do viário e denota-se carência ao nível das ligações transversais com as duas achadas a cotas superiores.



Figura 52 | Acessibilidade Transversal na encosta Poente Achada Santo António | Foto da Autora



Figura 53 | Acesso ao fundo do vale - rua Flor de Brava cruzamento com Av. OUA.



Figura 54 | Residência Privada- Barreira visual

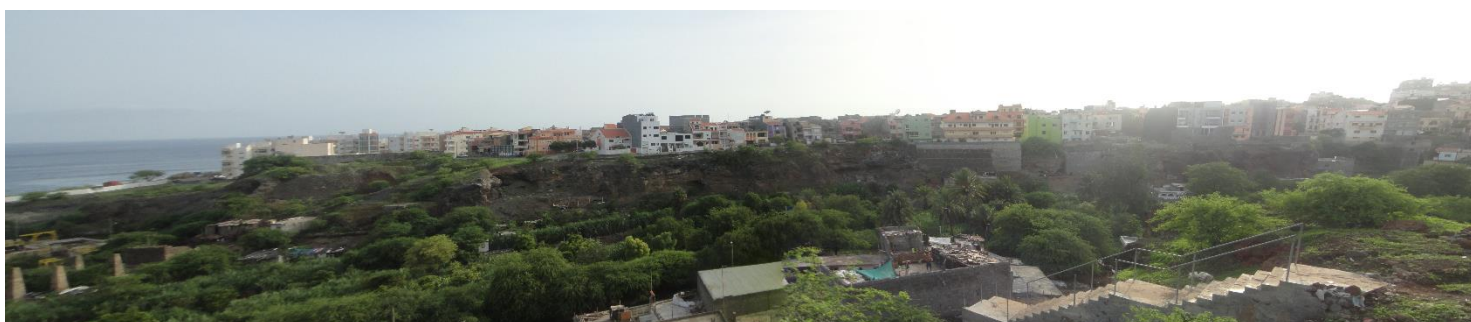


Figura 55 | Acesso ao vale na Encosta Sul de Achada Santo Antônio.



Figura 56 Encosta Poente Achada Santo Antônio - Limite de Acessibilidade



Figura 57 Via Marginal | Canal do Vale do Palmarejo

O TRAÇADO

«No nível urbano encontramos estruturas que são maioritariamente determinadas pela atividade humana - o nosso lugar - (...), compreende uma organização interna, constituída por elementos que são pontos de referência, nós, trajetos, orlas e zonas».²³

A forma urbana é o elemento fundamental na compreensão do traçado urbano. Sendo a forma do território a base determinante para a estruturação do traçado, a conceção da forma urbana considera inevitavelmente o sítio (locus), o relevo e a topografia. Assim torna-se necessário a análise do território e sua influência na conceção do traçado, de modo a poder identificar os elementos estruturantes constituintes da forma urbana.

Este processo considera igualmente as adaptações do traçado às características morfológicas do terreno, na medida em que a relação entre o relevo e o traçado, pode produzir diversas formações, devido à descontinuidade, naturalmente existente.

Trata-se de uma vasta área dentro do tecido urbano, onde se encontram diferentes tipologias de assentamento, tanto formais, como informais.

Na sequência, passamos a fazer a análise morfológica e condicionante da área de intervenção, justificando assim o traçado existente.

²³ Muga, Henrique – Psicologia da arquitetura, Edições Galivro, Lda., 2005, p:94

TRAÇADO FORMAL

Enquadrado nos estudos de Urbanização da cidade da Praia, a proposta de Plano Parcelar para Achada de Santo António, elaborada pela arquiteta Maria Emília Caria em 1971, mostra um traçado inicial que tinha como princípio norteador o respeito pela orografia do terreno, prevendo o traçado das infraestruturas viárias e a localização das principais funções urbanas, salvaguardando o potencial paisagístico do planalto, proporcionado pelas vistas das encostas, nomeadamente para atividades hoteleiras, em articulação com a zona litoral da Prainha. «*A rede de ruas principais foi traçada a partir de uma composição de eixos, com desenho sinuoso e conformado pelas irregularidades da topografia*»²⁴

O traçado idealizado em 1971 sofreu alterações com estudos posteriores. Apesar de se verificar no traçado atual a presença de alguma coerência com os estudos iniciais no que se refere à organização da distribuição das habitações e do comércio, é evidente que não se salvaguardou de todo as potencialidades da paisagem identificadas no plano inicial.

A configuração atual do traçado do planalto da Achada de Santo António se caracteriza por uma malha central, servida por uma avenida (Av. DUA/UA) que tem o seu início do topo da rampa de acesso a Este, seguindo o contorno da orografia do planalto, cobrindo cerca de metade da malha. O contorno desta segue por uma rua central (rua da UCCLA) em relação ao planalto, que intersesta a rua Liberdade e Democracia. Estas três vias constituem o perímetro da malha central ortogonal onde se encontram diversos edifícios funcionais, que conferem à Achada de Santo António as características de um centro secundário de comércio e de serviços, bairro é a área à volta da Assembleia Nacional, onde se concentram as Embaixadas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na parte da área de intervenção, a avenida da DUA delimita o planalto, sobre a encosta do vale e segue até a rotunda à frente do edifício das Nações Unidas. Continua para o interior do bairro residencial, em forma de rua, mais estreita, seguindo sempre a forma do terreno. Porém há um trecho cuja implantação dos lotes, no limite da encosta, impede a continuidade organizacional da estrutura das ruas e, consequentemente fecha a vista sobre o vale. Pode-se dizer que a rotunda constitui uma espécie de fronteira entre as duas partes, portanto um limite. De acordo com a topografia do terreno, que é relativamente plano e regular, o traçado tem uma lógica de vias ortogonais e transversais que se articulam entre si.

²⁴ Fernandes, Sérgio – Cidades imaginadas nos planos de urbanização, Cabo Verde 1934/1974, ARGUMENTUM Edições, Lda. 1.ª edição, 2016

Considerando que o edifício tem funções e influenciam o território, importa assinalar os mais relevantes.

A área é essencialmente habitacional, composta por edifícios de tipologia unifamiliar, organizados de forma ortogonal, com uma média de dois pisos e área verde tanto na parte da fachada, como na parte posterior.

Na parte superior do território em análise, o único edifício de maior porte e que se destaca, tanto pela espacialidade como pela função, já no final da avenida OUA, é a Sede da Representação das Nações Unidas em Cabo Verde. De referir igualmente, pela sua importância na comunidade, o Centro Paroquial da Igreja católica, situado num lote de terreno, reservado para a construção da Pró-Catedral da Praia. Trata-se, por conseguinte, de uma construção provisória e Em Baixo do planalto, na orla marítima, um pouco antes da entrada do vale, destaca-se pela sua dimensão e centralidade, o Praia Shopping. Ao lado deste e no limite do canal por onde corre a água da chuva e superficial do Vale, existe uma pequena baía, com praia, porém não tratada e de acesso condicionado, utilizado apenas por pequenas embarcações de pesca.

O Praia Shopping, um edifício comercial, onde se inserem um hotel, restaurantes, supermercado, ginásio, cinema e diversas lojas, bem como outras pequenas infraestruturas comerciais e de lazer instaladas ao longo da orla marítima de Quebra Canela, atraem um público consumidor específico e com algum poder de compra. Este conjunto, polarizado pelo Praia Shopping, criou uma nova centralidade urbana na linha de água. Sendo um equipamento estruturante de vivência da cidade, imprime uma nova dinâmica na área de intervenção, conferindo-lhe maior importância.

Junto à via que separa o vale da frente marítima, está localizado o complexo da ETAR (estação de tratamento de águas residuais) da cidade. Este não se enquadra muito bem na paisagem circundante, primeiro pelo facto de estar descoberto e, segundo por exalar mau cheiro que afeta toda a área próxima.

Todavia, apesar desses problemas, essa área é um espaço urbano predominantemente habitacional, servido por áreas comerciais e de serviços nas suas adjacências e que se encontra relativamente bem organizado, assegurando uma vivência social e cultural com o mínimo de autossuficiência.

Os terrenos da orla marítima valorizaram-se consideravelmente com os processos de infraestruturação da mesma, estando a ocupação a aproximar-se da entrada do vale. A valorização fundiária, associada a práticas ineficazes de gestão urbanística ameaçam o vale, um terreno privado, com potencial de património ambiental e natural. As intervenções privadas sobre o território nem sempre têm os objetivos compatíveis com o respeito pelo património e pela envolvente. Cabe ao poder público, que tem responsabilidades sobre o território urbano, zelar pela preservação da paisagem urbana.



Figura 58 | Praia Shopping



Figura 59 | ETAR- Foto da Autora



Figura 60 | Edifício Sede da Representação das Nações Unidas em Cabo Verde

TRAÇADO INFORMAL

Os assentamentos informais nas encostas dos dois planaltos que abraçam o vale são muito diferentes dos diversos assentamentos espontâneos existentes na cidade da Praia. O traçado, como é evidente moldou-se em função da orografia do terreno, tendo a implantação dos primeiros assentamentos acontecido nas cotas mais baixas, seguindo-se outros em direção do topo da encosta,

Dos dois lados do vale, subindo pelas encostas acima, as dinâmicas dos assentamentos envolventes são muito influenciadas pela exposição solar que recebem.

A Oeste do Vale, recebendo radiação direta na primeira parte do dia, os assentamentos localizados na encosta do Palmarejo tiveram um crescimento em grande velocidade. Trata-se de uma malha caótica que já alcança 90% de ocupação, encontrando-se agora na fase de evolução em altura. O monteado de habitações, que se desenvolveu nas abas de Palmarejo, um bairro de classe média e média alta, devidamente infraestruturado, está em constante luta pela vista privilegiada que o vale oferece.

É caracterizado por uma acessibilidade deficiente, feita em parte nas linhas de água, onde desemboca toda a água das chuvas do Palmarejo mas, entretanto, sem infraestruturas adequadas para a conduzir para o fundo do vale.

Do lado Este, onde os terrenos nas encostas são mais escarpados e exíguos, os assentamentos que vencem as cotas para o alto do planalto da Achada de Santo António são banhados pelo sol no período da tarde e, conseqüentemente tiveram um desenvolvimento mais lento. Nesta área encontram-se pequenos aglomerados, na sua maioria, de génese ilegal, de um único piso, havendo muitos espaços vazios. Importa registar que o controlo das construções espontâneas pelo lado da encosta da Achada de Santo António foi mais rigoroso, impedindo o seu desenvolvimento. Um dos graves problemas dos bairros espontâneos prende-se com a questão do saneamento básico. A situação sanitária nesses bairros é, aliás, o reflexo da cidade, com a agravante do aumento continuado e acelerado da população. A maioria desta vive em condições sanitárias abaixo do nível mínimo exigido, desde logo, pela fraca disponibilidade dos recursos hídricos, que tem constituído um dos fatores do baixo nível de qualidade de vida da população.

A relativa permeabilidade entre o espaço privado e as artérias de circulação, bem como a inexistência de espaços públicos nesses bairros informais, associados à grande carência de saneamento na comunidade, resultam numa dinâmica social adaptada às condições socioeconómicas dos habitantes. Os valores de solidariedade e ajuda ao próximo são mais vinculados. Ilustrativamente, ao longo da encosta pontualmente encontram-se sanitários para uso público, inseridos nas propriedades privadas dos mais favorecidos economicamente.



Figura 61 | Assentamento espontâneo primeira fase- fundo de vale- Foto da Autora



Figura 62 | Característica de Assentamento informal

IMAGEM | VISTAS

«Todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações»

Kevin Lynch

Os estudos de Lynch demonstram que o processo de observação da cidade implica um envolvimento do observador que, para o efeito, mobiliza todos os seus sentidos, aos quais se juntam a memória e a percepção. Assim, a imagem que se tem de uma cidade será o resultado de uma mescla de vários sentidos, numa interação entre o observador e o observado,

A familiaridade com o lugar reforça a coerência da imagem, sendo que cada indivíduo cria e sustenta a sua própria imagem. Nem sempre se tem a percepção global da cidade. Ela pode ser parcelar e associada a outras referências que não a cidade em si mas, é preciso interpretar e distinguir indicadores fornecidos, *«temos de aprender a ver as formas ocultas na vasta área das nossas cidades»²⁵*. Dois observadores não têm a mesma imagem de um objeto, a não ser que o mesmo tenha uma forte estrutura e identidade que remeta a uma associação.

Igualmente, dois observadores, em circunstâncias de observação diferente, não têm a mesma imagem de uma dada realidade. Em certa medida esta é influenciada pela posição do observador, seu interesse, sua função ou mesmo a escala com a qual está a lidar.

Mas nem tudo é percepção, ou percepção não é suficiente. Para se poder movimentar na cidade, encontrar os lugares, é preciso que a cidade tenha uma organização coerente, cujas estruturas sejam facilmente reconhecidas, o que Lynch chama de *«legibilidade»* ou imagem clara.

Esta abordagem teórica é relevante no sentido em que suporta a identificação de constituintes estruturantes da imagem da cidade, seus elementos físicos perceptíveis (vias, limites, bairros, cruzamentos, elementos marcantes), suas funções e a forma como se articulam e se integram no todo que é a imagem.

Na nossa área de intervenção os elementos que consideramos predominante são os limites. Estes são a característica-chave da imagem do locus, que lhe conferem união, através das vistas que proporcionam.

²⁵ Lynch, Kevin – A imagem da cidade, p.22

As encostas do território abraçam o vale, despertando no observador um sentimento de curiosidade, cuja satisfação fica impedida pelas barreiras físicas, restando-lhe o conforto e a segurança de uma contemplação à distância.

Efetivamente, ao longo da linha do limite do território, na sua parte sobranceira, pontuam-se vários miradouros dos quais se pode usufruir de visões de paisagem diversificadas. Tanto se pode contemplar o mar, como o verde urbano do vale ou, em oposição, o cinzentismo dos assentamentos informais



Figura 63 | Vista para Sul -Miradouro ONU



Figura 64 | Encosta de Achada de Santo Antônio. Vista para Norte, Bairro Tira Chapéu

O PROJECTO

Un vaziu dentu mi levan bai trás di
um diskuberta
Tudu kel kin n-kontra é mi,
tudu kel ki n-atxa é bô
Frutu di tudu nós vivênsia
Identidadi é aseitá tudu kel ki é
parti bu existensia
E podi partilha imagen más fiel di
bu esênsia

Ka bu funda bu barku tóki maré
agitâ
Sen lémi e busula
Kaminhu é bu podi formá...

Ai ai, bu muzaiku di sentimentu
Ma forma uai, bu muzaiku di
sentimentu

Un chagrin dans mon coeur m'a
poussé à découvrir
Ce que je cherchais en moi
je peux le trouver en toi
Le résultat de notre histoire

Identity is to accept
All the things that belong to your
being
And be able to reflect the most
faithful image of your essence

Ka bu funda bu barku tóki maré
agita
Sin timón y brújula
El camino es poder formar

Ai ai, tu mosaico di sentimientos
Ai ai, bu mozaiku di sentimentu má
Former en arc-en-ciel de
sentiments
Forma uai... a melting pot of
feelings.

Sara Alinho

PT

Um vazio dentro de mim
Levou-me a ir atrás de uma
descoberta
Tudo o que encontrei sou eu
Tudo o que descobri és tu
Fruto da nossa vivência
Identidade é aceitar tudo o que é
parte da tua existência

E poder partilhar a imagem mais fiel
da tua essência

Não afundas o teu barco
Quando o mar se agita
Sem leme e bússola
Caminho é poderes formar

Ai ai um mosaico de sentimento
Mas forma uai teu mosaico de
sentimento

Un chagrin dans mon coeur m'a
poussé à découvrir
Ce que je cherchais en moi je peux le
trouver **en toi**
Le résultat de notre histoire

Identity is to accept
All the things that belong to your
being
And be able to reflect the most
faithful image of your essence

Não afundas o teu barco
Quando o mar se agita
Sin timón y brújula
El camino es poder formar

Ai ai, tu mosaico di sentimientos
Ai ai, teu mosaico de sentimento
Former en arc-en-ciel de sentiments
Formá uai... a melting pot of
feelings.

Sara Alinho

CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA

A nova imagem do vale do Palmarejo insere-se na potencialidade de unir as realidades da cidade. A procura de um fluxo, percursos diversificados, com o intuito de unir as realidades proporcionando assim condições de coesão, troca, simbiose, oferecendo condições para a resolução de um expoente de grande crise do homem cabo-verdiano - a identidade. Valorizar, ver, produzir. Reconhecer-se, enraizar-se e, por conseguinte, se elevar, através da expressão e do seu espaço. Com isso dar força ao maior potencial económico do país - A cultura.

A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE

"Ka bu skesi tradison ki ê fidju verdadi, sê maior metadi"

"Não esqueças a tradição, que é filho da verdade e sua melhor metade"

A pergunta que não quer se calar ao falar do cabo-verdiano é: "Mas então? és Português ou Africano?"

O fenómeno da crise de identidade do cabo-verdiano está em constante abordagem. Um povo mestiço em um país consideravelmente jovem, cuja união e processo de unidade nacional está ainda em construção. Percebe-se a ambiguidade que o cabo-verdiano transmite, quando se expressa em relação à sua identidade. Entre a África e a Europa, busca âncoras, ora rejeita pertencas, ora se integra, ora se distancia, movimentando-se num pendulo sem poiso. Existe uma procura constante, uma necessidade de expressão que, apesar de se tratar de um povo jovem e de um território bastante pequeno, cria um vasto leque de manifestações.

Trata-se de um país de artistas e criadores. Basta conhecer a quantidade de produção artística que vem à luz, ao ponto de ser considerado o país com o maior número de artistas per capita, para perceber a necessidade que suas gentes possuem de se enraizar, unir, se expressar, de tirar para fora, o que lhes vem na alma.

Existe uma procura existencial que permanece de geração em geração e que se resume na busca de afirmação e na construção de identidade, visto para muitos como "crise de identidade". O propósito é ir ao encontro da raiz, da natureza entre a terra e o mar.

O isolamento que a geografia do país oferece, forma um misto de condições que transmitem sentimentos propícios para uma procura e por conseguinte encontrar, produzir e irradiar o saber.

A cultura se apresenta atualmente como o principal fator de desenvolvimento das ilhas. Além de ser a resposta das procuras feitas pelo povo, as instituições ou mesmo os seus próprios produtores, encorajados pela riqueza da imaginação, transformam esse valor em meio de subsistência, tanto da alma como do corpo. A dinâmica cultural de Cabo Verde cresceu muito nos últimos anos. As festas tradicionais, os festivais musicais internacionais e o carnaval têm ganho bastante força. Existem também indicadores de crescente atração de eventos internacionais a serem realizados no país. Nesse ponto, o potencial do cinema, as artes plásticas, a música, as parcerias ganham uma nova dimensão.

Neste quadro de dinâmica cultural, o país tem necessidade de infraestruturas com condições para dar resposta à demanda, pelo que é importante proceder à estruturação e instalação de equipamentos de apoio por toda a cidade, funcionando em rede e proporcionando intercâmbios e aprendizagens mútuas entre os artistas locais e os que vêm de fora. A criação dessas condições potencializa a cultura, que devidamente tratada, com a criação de um *Branding*, abre infinitas janelas de oportunidades à cidade e seus habitantes, com efeito direto na economia.

PRESSUSPOSTOS DE INTERVENÇÃO

O desafio do projeto final de mestrado, que suporta esta dissertação reside em parte na leitura e compreensão da realidade da cidade da Praia, onde se seleciona o Vale do Palmarejo como base de desenvolvimento.

O projeto urbano e edificado tem um grande interesse espacial e representa uma conjugação de diversas realidades da Praia, tais como as vistas, a natureza e o mar.

Trata-se de um Projeto de Costura Urbana, cuja proposta teve como suporte a análise do contexto territorial, sua fragmentação em espaços formais e informais, a qual será norteador para a intervenção. Após a análise e compreensão do território já descrito, estabeleceu-se como principais pressupostos de intervenção:

- A singularidade da orografia do território envolvente, que lhe confere grande valor paisagístico, nomeadamente pelas vistas que proporciona;
- A valorização de uma área de produção agrícola única, como pulmão verde e Parque Urbano da cidade;
- A descontinuidade territorial e dificuldades de articulação e acessibilidade entre o traçado formal e o informal;
- A inexistência de espaços públicos qualificados.

PRESSUSPOSTOS PROGRAMÁTICOS

O Vale do Palmarejo ocupa uma vasta área urbana e é portadora de uma composição formal-informal que vai do traçado urbano à escala do edifício. O Projeto enquadra-se no âmbito de reorganização urbana do território, tendo como principais fundamentos: o território, a paisagem e todo um quadro instrumental referido anteriormente. O projeto faz a descrição dos vários equipamentos propostos, apresenta suas funcionalidades, abordando-os em diferentes escalas.

O Programa proposto responde à premissa de uma costura urbana, suportado pelas potencialidades oferecidas pela geomorfologia do lugar, ancorados nos valores de identidade do cabo-verdiano. Tomou-se como ponto de partida o verde urbano do vale e sua potencialidade de ser transformado em espaço público qualificado que permita a interpelação e a coesão social entre duas realidades, o formal e informal, consequentemente entre os seus habitantes.

Neste contexto, consideram-se como pressupostos programáticos:

- A criação de espaços públicos qualificados que permitam a interpelação e a coesão social entre duas realidades, o formal e o informal, consequentemente entre os seus habitantes;
- A criação de um percurso contínuo ao longo da encosta, com equipamentos de carácter pedagógico, nomeadamente, escola, associação de estudantes, núcleo de estudo, bloco residencial de estudantes, centro dia, ginásio, centro cultural e habitação;
- O tratamento de miradouros, aproveitando a singularidade da orografia do território envolvente, que lhe confere grande valor paisagístico, nomeadamente pelas vistas que proporciona;
- A delimitação do vale, integrando-o como elemento constituinte e matriz de um Parque Urbano e pulmão verde da cidade, permitindo a preservação da identidade e memória do lugar;
- A criação de uma estrutura suspensa que percorre toda a área agrícola como percurso de descobertas;
- A criação de uma ponte que liga as duas achadas, através de um percurso contínuo;
- Construção de uma estrutura, prevendo equipamentos com um forte programa cultural, conferindo ao parque urbano uma matriz cultural;
- A reabilitação da ETAR, integrando-o no desenho paisagístico do vale;
- Processos formativos para a população sobre os temas agrícolas.

O PROJECTO URBANO

ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Definido a Ligação como o fio condutor de todo o projeto, onde se pretende conferir ao vale uma identidade própria, fazendo a simbiose das realidades e, por conseguinte, resolver os problemas de descontinuidade urbana, a reposta a nível de Projeto tem por base uma série de estratégias urbanas e um leque de programa a implementar.

Estes foram propostos com base e intuito de criar uma nova centralidade urbana, garantida por um conjunto de equipamentos que compõem uma vasta zona de lazer, conferindo ao espaço uma nova dinâmica: um parque urbano.

Unindo três grandes domínios que aprofundamos ao longo do trabalho: o Formal e o informal, que estrutura a cidade e se repete na zona de intervenção; a área verde, predominante no vale, as condições favorecidas pela morfologia do terreno da cidade, como as vistas resultantes do combinar dos vales e planaltos, resultaram num fio condutor, com elementos que estruturaram toda a realidade do lugar.

O tratamento do remate da Achada de Santo António, tendo o vale do Palmarejo como Parque Urbano da cidade da Praia, é feito através de um redesenho que prevê um conjunto de edifícios capazes de dar resposta a todas as perguntas e questões anteriormente referidas.

O Resenho tem uma configuração que enriquece os lugares dando-lhes um amplo campo de visão, através dos miradouros, dos terraços, das ruelas, dos «ponta-rotxa», do «alto-cutelo», elementos estruturantes da cidade informal, presentes ao longo da encosta, com vistas de controlo privado para os que habitam no limite das achadas.

Num quadro em que se visiona a simbiose e harmonia entre os diferentes elementos da natureza, presentes na área de intervenção e o homem, o vale representa a raiz, a fonte de água onde se bebe da calma da natureza como um portal dentro da cidade para a elevação do ser.

Todo o percurso intermédio, traçado ao longo da encosta, que, por conseguinte, atravessa os vários edifícios pedagógicos e culturais propostos, tem o intuito de levar os habitantes a percorrer um caminho de conhecimento e de troca.

Neste percurso, as três realidades (alto planalto, encosta e fundo do vale), encontram-se na linha intermédia, onde a simbiose ganha forma e vida em forma de cultura que se materializa através de um conjunto de estruturas de interesse

coletivos, distribuídos ao longo do percurso e destinados a todos, independentemente de suas condições socioeconómicas. Estas estruturas, que se caracterizam como espaço público, foram concebidas para abranger e acolher a diversidade social presente na área de intervenção, seguindo a necessidade referida por H. Arendt, através de Malcom «*que os espaços públicos têm de mistura social para que os cidadãos se possam conhecer melhor a si próprios, através da percepção dos outros*»²⁶.

Segundo Pallasma²⁷, referindo a Plato «*vision is humanity greatest gift*» e o mesmo insiste que a ética universal deve ser acessível aos «*the mind's eye*». Significa ultrapassar o mero exercício de ver, de olhar e de contemplar. Trata-se de apreender para além do que a vista alcança. Nesta lógica o conhecimento como o estágio último do desenvolvimento do homem como ser encontra-se no topo, simbolicamente representado pelo planalto. Lugar de onde, derivado ao poder do ângulo de visão, se pode visionar o todo, fazendo o redesenho da imagem da cidade.

O DESENHO URBANO

Feita a compreensão do território, lugar de intervenção, torna-se relevante descrever as propostas do Projeto Urbano, referir a referências contemporâneas que seguem a linha de pensamento do que se pretende fazer no território de intervenção.

Houve a preocupação de entender os elementos estruturantes, bem como o sentido de lugar e procurar analogias mais relevantes para as intenções pretendidas no Projeto Urbano

²⁶ MILES, Malcom – Conferência relatada através do livro – Espaço Público e a interdisciplinaridade. Edição: Centro Português de Design, Lisboa, (2000). P.99-105

²⁷ Pallasma, J. – The eyes of the skin (1996)

VALE DO PALMAREJO- O PARQUE URBANO

A primeira preocupação é a de dar uma resposta ambiental e sustentável pensada ao nível da cidade da Praia.

Assim, torna-se imprescindível como a primeira medida a ser traçada no desenho urbano, a valorização como pulmão verde da cidade, a área agrícola existente no lugar, singular, pressionada pelos assentamentos espontâneos envolventes.

A identificação dos limites da mancha verde, a sua funcionalidade, valor e potencial como elemento de património ambiental a ser preservado dentro de um centro urbano, representa o elemento principal que dá corpo ao parque urbano, potencializando a cidade. A área com um microclima particular na cidade, um ecossistema próprio e excelente qualidade ambiental, merece ser percorrido.

Sendo a verdade supra o de fazer a coesão, apesar do perímetro da área verde a ser preservada, a proposta urbana apresenta nas entradas das casas de cada parcela, além de um pequeno jardim - ponto de encontro, momento de troca dos produtos produzidos dentro dos territórios agrícolas- um elemento vertical elevatório que dará acesso a um percurso contínuo. Uma artéria ou uma Passarela, estrutura leve que atravessa todos os terrenos de cultivo.

O percurso, que busca analogias no mirante Mirante, concebido pelos arquitetos Sohlbergplassen e Carl-Viggo Hølmekilde, situado na Noruega e no Parkorman de Istambul idealizado pelo Studio DROR é visionado como «uma história de amor» entre as pessoas e a natureza, uma promenade entre as árvores de fruto, atravessando as áreas de criação de animais, os galinheiros, os poços de água, as áreas de produção de aguardente. Uma estratégia que tem o intuito de fazer o visitante percorrer toda a vivência natural sem intervir com o espaço e causar alterações no mesmo e sim amá-lo, valorizá-lo como ele é, criando assim momentos de transição, nichos de reflexão, um percurso diversificado que permitirá o despertar da sua imaginação.

O propósito é de manter a estrutura das propriedades e as suas condições fundiárias de produção agrícola. A par disso propõe-se fazer a recuperação dos muros de pedra existentes, conjugados com um delinear de árvores com copas altas que acompanham as linhas viárias nas laterais, juntamente com um percurso pedonal externo às muralhas, que por sua vez são limites territoriais, mas camufladas por sobrepostas camadas de arborização.

Esta estratégia permite transmitir a quem percorre o vale pela linha viária lateral da mancha verde, a sensação de integração devido à proteção e acolhimento que o sombreamento das árvores oferece.

O desenho do parque urbano tem o intuito de integrar a ETAR no conjunto, revestindo-a com uma pele verde que traz o «*continuum verde*» para mais perto da marginal. Nesta proposta a arborização é expandida também para junto da marginal, fazendo com que a linha verde continue em paralelo com a linha do mar. Assim, obtém-se uma ligação terra e mar, com o percurso verde até a marginal a interpelar as pessoas que têm o hábito de correr pela marginal a experimentarem uma incursão pelo interior do vale, numa analogia «Há Mar, Há Terra »

A transição entre o verde natural para uma estrutura física que faz a proteção dos tanques de tratamento de água residual é feita através de uma pele verde que reveste o aspeto desprezível, controla o mau cheiro e trata a sua imagem. Analogicamente esconde-se o lixo (evidentemente tratado) por «baixo do tapete verde», essa camuflagem evita o desviar do olhar e o seu pousar no horizonte, sempre que se passa à frente daquela infraestrutura. Essa proposta tem como referência a ETAR de Alcântara.

O terraço da ETAR é aproveitado para criar novos ângulos de visão numa plataforma verde a uma cota elevada, proporcionando um espaço misto entre uma arborização rasteira com as copas das árvores da envolvente.

Cria-se assim um intermédio com a variação de cota para vivenciar o parque urbano. Primeiro uma experiência do parque urbano a nível interno, numa relação mais íntima, um contacto mais direto, fazendo com que o visitante se sinta pertença da natureza, integrando o ambiente natural ao estilo de vida urbano da cidade.

Para completar o desenho do parque urbano, sugere-se:

- Instalação de um sistema de rega utilizando as águas residuais tratadas da ETAR, assim como os resíduos para fertilização da área agrícola.

- Organização de estruturas de apoio à agricultura dentro das parcelas.

- Colocação de aparelhos de iluminação pública, alimentados a energia solar, dispensando a utilização de cabos e aberturas de valas, assegurando a experiência do percurso igualmente à noite.

- Por se encontrar ainda num estado natural o desenho do parque tem de ter um especial cuidado em relação a corrente de água que vem pelas cheias, trazendo para o «parque natural» todo o lixo de uma cidade. Sendo assim a linha de água deve ser delimitada e protegida, evitando a contaminação do solo e as águas dos poços. Um sistema que divide as águas que correm pelas encostas vindo dos assentamentos, protegendo a área de produção agrícola. Fazendo com que ela se desenvolva com a água dos poços, diminuindo o risco de contaminação, fazendo o solo respirar.



Figura 67 | Mirante Sohlbergplassen / Carl-Viggo Holmebakk



Figura 67 | Parkorman



Figura 67 | ETAR de alcântara- aires Mateus

O REDESENHO DO REMATE DA ACHADA DE SANTO ANTÔNIO

Definido o fundo do vale como o parque urbano da cidade da Praia, elemento importante e essencial para o bem-estar na cidade, valorizado como Patrimônio Ambiental a ser preservado, o envolvente e a ligação ao alto do planalto vem a ser o principal foco de intervenção a nível urbano, onde para além de intenções é feito um traçado costurando as duas realidades, ligando toda a cidade a uma potencial área verde de lazer.

O Redesenho do Remate da Achada Santo António tem como conceito base o “percurso” que faz a ligação de toda a realidade de fundo de vale com a encosta e o alto da Achada de Santo António.

O percurso facilita a acessibilidade, proporciona a experiência do “lugar”, faz o fluxo urbano, desenvolvendo-se como um caminho de descobertas, pontuado por um conjunto de edifícios públicos com uma programática essencialmente pedagógica e que oferecem uma dinâmica cultural propiciador de estabelecer a coesão social.

Esta configuração enriquece os lugares dando-lhes um amplo campo de visão através dos miradouros, dos terraços dos equipamentos, costurando as habitações existentes na encosta com o alto da Achada. As ruelas por entre as habitações ao longo da encosta ganham qualidade e segurança e, por conseguinte, vida.

Conceitualmente agarra-se nas ruelas, nos terraços das casas, na porta-de-casa, também utilizada como percurso, observados como elementos estruturantes dos assentamentos informais ao longo das encostas do Vale de Palmarejo, com características bastante próprias, originadas pela construção espontânea.

Estes elementos estruturantes são preservados e integrados no redesenho do remate da Achada Santo de António, fazendo com que os percursos se mantenham com diferentes níveis de privacidade, costurando uma estrutura formal com um traçado espontâneo, próprio do lugar.

A conceção dessa costura urbana, através de percurso, tem analogias, na componente de aproveitamento e valorização das condições topográficas no projeto Centro de Artes - Casa das Mudas do Arquiteto Paulo David, implementado na Madeira. O projeto tem como conceito a construção do «*redesenho da massa montanhosa, onde os edifícios se adaptam à topografia, apresentando-se como um grande conjunto de peças esculpidas em que a geometria abstrata se destaca*



Figura 68 | Estratégias de intervenção - Esquema da Autora



Figura 69 | Casa das Mudas - Paulo David

*como uma intervenção especificamente para o lugar, com uma relação com a envolvente constituída de socalcos, que faz surgir uma paisagem humanizada,"*²⁸

Os percursos são considerados por Lynch como elementos da composição da imagem da cidade em que a ligação entre estes deve seguir um contínuo hierárquico através de repetição de elementos, cujos extremos, de carácter significativo, podem estabelecer orientação aos habitantes.

A proposta faz o remate dos assentamentos criando novos lotes para remendar os vazios existentes na encosta. Prevê o número máximo de pisos da evolução das tipologias. Resolve o problema de acessibilidade transversal, através de escadarias que fazem ligação direta entre os três níveis, que em passarela unem todo o PARQUE URBANO.

Posto isto, o projeto urbano ganha a expressão de uma linha continua que une toda a encosta da Achada de Santo António. Esta linha inicia-se na parte Noroeste, no cruzamento entre a rua da UCLA e a rua 13 de janeiro, prolonga-se ao longo da encosta a oeste, contornando-a a sul, em alinhamento com a avenida OUA e rematando no miradouro da Praça Cruz de Papa, onde faz a união com as linhas viárias e pedonais em direção à zona de Quebra Canela.

²⁸ In Archdaily

PROPOSTAS EDIFICADAS DO PROJETO URBANO

À escala do edifício, foram projetadas II estruturas ao longo do percurso, as quais se apresentam como intervenções capazes de gerar a melhoria da cidade, explicitando o conceito de acupuntura urbana.

De seguida, apresentam-se de forma sucinta as premissas projectuais, através de breves apontamentos gráficos e esquemáticos da ideia pretendida. Destas desenvolver-se-á com maior definição uma estrutura que tem por objetivo funcionar como um elemento de ligação e que se constituirá numa nova centralidade cultural, geradora de novas dinâmicas para o Remate da Achada de Santo António.

Do ponto de vista organizativo, o Programa que se materializa no Percurso que faz o Remate da Achada de Santo António se divide em quatro partes distintas, ao longo da área de intervenção:

- I – Encosta Noroeste
- II - Encosta Norte
- III – Encosta poente
- IV - Encosta Sul

I – ENCOSTA NOROESTE

Com o intuito de facilitar a acessibilidade, no início da área de intervenção do projeto urbano e organizar o percurso de forma contínua e linear, redesenha-se a rua transversal que une a rua 13 janeiro com o fundo do vale, fazendo com que o bairro dos pescadores- matriz inicial, se integre na malha formal da Achada de Santo António.

I.1. - Mercado informal

Na rua anteriormente criada para facilitar a ligação direta ao vale, por se situar num ponto de grande fluxo de pessoas, insere-se um volume com programática comercial. Um equipamento de conveniência serve estrategicamente como ponto de encontro dos residentes da envolvente, dando espaço e condições para venda ambulante, grande elemento da dinâmica da cidade da Praia.

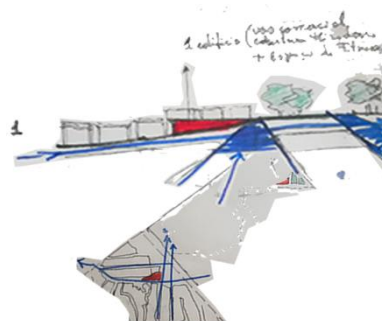


Figura 70 |Volumetria do Mercado Informal -
Esquiza da Autora

II – ENCOSTA NORTE

Na encosta voltada para norte, a proposta respeita os percursos naturalmente utilizados, o redesenho das acessibilidades liga o formal e o informal no vale, criando miradouros e percursos. Nessa parte são propostos 3 volumes:

II.1. – Escola primária

Volume com -180m^2 de implantação, com a componente programática de uma escola primária, respondendo à demanda local, situada estrategicamente na parte mais baixa da encosta e num ponto de acesso ao planalto, onde está localizado grande parte dos serviços públicos e onde grande parte dos habitantes do vale vão trabalhar. A proposta prevê que a cobertura do volume seja acessível, criando assim um vazio numa malha caótica que necessita de espaços públicos.

II.2. – Associação de estudantes

Acompanhando o segundo lance de ligação da encosta com o alto da Achada, insere-se um volume intercalado em 2 pisos com 240m^2 e 50m^2 , respetivamente, com a componente programática de uma associação de estudantes. O propósito é de criar um espaço onde as Comissões e Associações de Estudantes dos vários liceus podem se encontrar. A cobertura do volume serve de miradouro voltado para o fundo do vale. A entrada na parte mediana da encosta serve de passarela continua.

II.3. – A torre do conhecimento

O único elemento em altura ao longo da proposta urbana, volume que faz o remate da encosta a norte e a poente, com 320m^2 de implantação, eleva-se com 7 pisos, destacando-se na paisagem com um tratamento da fachada em betão. O betão da fachada representará no futuro a memória da realidade da cidade atual (informal, cinzenta, com construções evolutivas), fazendo um contraste com a utopia de uma cidade totalmente colorida em que os edifícios já chegaram à fase final de evolução.

Relativamente ao conteúdo programático, o volume compreende um núcleo de estudos, com salas de estudo conjugados com cafetaria e área de lazer. No topo, onde o acesso é também de uso público, é proposto uma esplanada que funciona como o único miradouro que se eleva acima da envolvente construída, estabelecendo um contacto visual da paisagem urbana num ângulo de 360 graus. A estrutura é ladeada por uma escadaria que une igualmente o vale com o planalto.

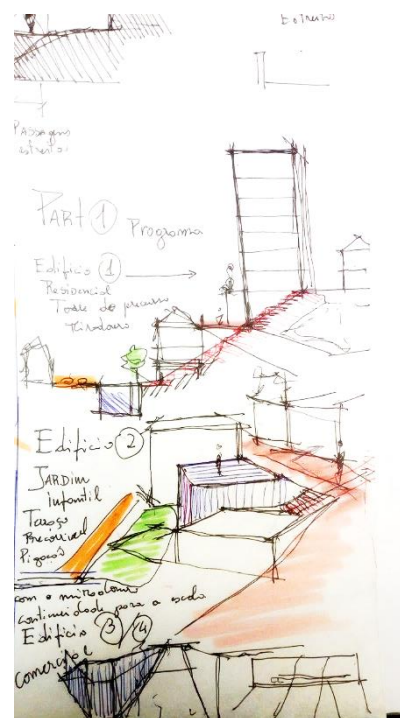


Figura 71 | Esquijo Da Torre - percurso na encosta



Figura 72 | Intervenções na Encosta Norte da Achada Santo António - Esquijo da Autora

III – ENCOSTA POENTE

Na encosta da Achada de Santo Antônio, na parte voltada a poente é feito o redesenho do miradouro. O percurso continua entre as habitações, costurando todo o existente onde se inserem 4 volumes:

III.1. – Residência de estudantes

Na continuidade do percurso da torre, costurando as habitações, com ocupação de um vazio urbano, é feito o traçado de um edifício, que se encaixa na encosta e cuja cobertura é o prolongamento do miradouro na Achada. O edifício, do ponto de vista funcional tem a programática de uma residência de estudantes.

Nesse ponto do percurso também se propõe uma ligação através de escadas para o Vale. Esta ligação terá o mérito de valorizar os assentamentos precários existentes a jusante, porém inseridos num ambiente natural singular que importa ser visitado e vivenciado.

III.2. – Braço de Abraço

Seguindo o conceito de braços, contrariando o limite que existe no território, o traçado é feito projetando uma passarela para dentro do vale. O braço faz a ligação com a promenade suspensa do parque urbano.

Este volume alinha com a acessibilidade lateral constituída por uma escadaria e complementa-a como elemento essencialmente de ligação vertical aos diferentes níveis (alto do planalto, a linha intermédia da encosta e o fundo do vale).

A sua organização funcional está estruturada para atender situações de mobilidade reduzida, apoio em cargas e descargas, por forma a dar resposta às habitações situadas na encosta.

III.3. – Centro Dia

Resolvendo a ligação com o intermedio da encosta em rampa, faz-se um percurso contínuo que desce para um volume com a componente programática de um Centro Dia. Volume esse que se integra num vazio existente entre os assentamentos e com uma característica mais privada.

A fachada está virada para a estrada que atravessa o vale, facilitando a entrada do edifício. Enquadrado pelas habitações envolventes e pelo próprio edifício, se cria num jardim interno. Tomando a analogia do abraço e da ligação, projeta-se um espaço de aconchego e de proteção garantido pela envolvente: as habitações calorosas e espontâneas e o conforto de um edifício seguro para idosos.



Figura 73 | Intervenções na Encosta Poente da Achada Santo Antônio- Esquícios da Autora

A ideia é de projetar este espaço público de acordo com a posição, orientação e articulação dada pelos elementos morfológicos, considerando que «a forma terá de se relacionar com a função de modo a permitir o desenvolvimento eficaz das atividades que nela se processam»²⁹.

A cota 24,85, onde a rampa alcança a cobertura do edifício é projetada uma segunda ligação para a promenade suspensa do parque urbano.

III.4. – Espaço de Apoio ao Desporto

Na continuidade do percurso que atravessa, em forma de túnel, a ponta Sul da encosta, localiza-se um volume de resposta programática desportiva, composto por um Ginásio comunitário, equipamentos desportivos, serviço de aluguer de equipamentos desportivos, entre outros.

O acesso ao Espaço de Apoio ao Desporto faz-se a Sudoeste, na cota do vale. No elemento vertical estende-se um braço que se liga ao percurso suspenso do Parque Urbano.

A partir deste ponto, a Passarela, como elemento que remata toda a encosta, expõe-se, voltada a Sul, acompanhando, sempre na cota 24, todo o alinhamento da encosta de Achada de Santo António até o Miradouro do Cruz do Papa, onde se une à parte baixa que vai dar à Quebra Canela.

IV – ENCOSTA SUL

Na encosta principal da área de intervenção urbana, situada na cota 24, no eixo entre a rua Flor de Brava, a Avenida OUA e a rua 13 de janeiro, a Passarela ramifica-se para poente em direção à encosta do Palmarejo, num percurso que desemboca na Avenida de São Vicente, ligando os dois planaltos através de uma ponte pedonal. Um pouco mais à frente da saída da ponte, faz um remate na área de intervenção principal do projeto urbano, em Frente ao Edifício das Nações Unidas, onde são projetados 3 grandes volumes em massa:

IV.1. – Centro Cultural

Esta estrutura cuja cobertura é o Miradouro das Nações Unidas está assente no Parque urbano do Vale do Palmarejo e voltada a Sul. Tem a componente programática de uma nova centralidade cultural da cidade, colmatando todos os objetivos e premissas do projeto. Trata-se de um volume grande que é fragmentado com o intuito de dar resposta às várias funcionalidades pensadas para proporcionar uma maior dinâmica cultural.

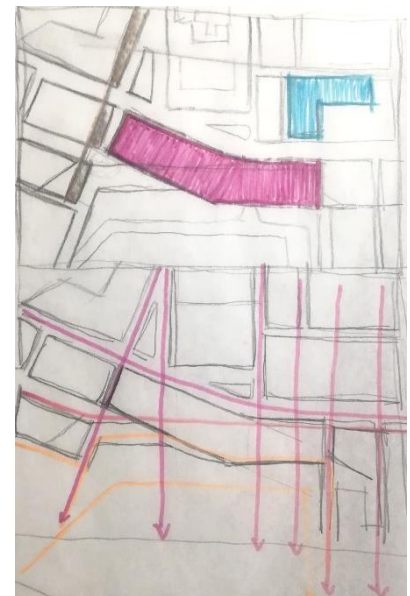


Figura 74 | Tração formal da Achada no edifício - Esquízo da Autora

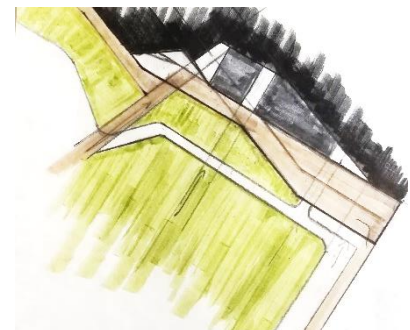


Figura 75 | Assentamento do volume Centro Cultural no parque Urbano - Esquízo da Autora

²⁹ LAMAS, j. – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Lisboa. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2.ª Ed. (2000). P.48

Em total ligação com o parque urbano, a massa serve igualmente de ligação entre o vale e o planalto. Com um conjunto de ofertas culturais, faz uma injeção intencional a quem simplesmente o quer atravessar de uma dose grande de experiências e de conhecimento. Este passa a ser o Volume a ser desenvolvido à escala do desenho do edificado.

IV.2. – Habitação

O segundo volume, igualmente em massa, faz juntamente com o Centro Cultural o redesenho completo do remate da Achada de Santo António, ambos seguindo o traçado formal do planalto tomando-o como linhas estruturantes do projeto. Este volume dá continuidade ao miradouro do Cruz de Papa, que por sua vez se integra no desenho, enriquecendo toda a experiência da encosta. Tendo o vale a poente, o volume tem o conteúdo de complementar a nova centralidade, onde se prevê ao nível da passarela, uma componente comercial e de lazer com vista para o Parque urbano do Vale de Palmarejo.

Na base desse mesmo volume faz uma programação essencialmente habitacional respondendo à demanda de procura nesta área central da cidade. Mais internamente no encontro do centro cultural com uma Programática de serviço público e administração.

IV.3. – A Igreja Católica

Para colmatar o projeto urbano prevê-se o volume da Igreja Católica, cuja instalação provisória situa-se no lote da mesma, para o qual não existe um projeto oficial de construção.

Na continuidade da marginal, em direção ao interior do vale, desenha-se uma Alameda perpendicular ao volume do Centro Cultural.

A Igreja é posicionada no alto do planalto, em alinhamento com a Alameda, voltada a Sul, com vista para a linha do horizonte. Da base da Alameda se eleva uma parede verde até o nível da Avenida QUA, sobre a qual se projeta uma representação simbólica da fachada da Igreja, cuja raiz que representa a fé, está na «*terra*», no fundo do vale. Este elemento vertical, simbolizado pela Cruz Cristã, se destaca na totalidade do desenho urbano, fazendo assim o remate final de todo o redesenho horizontal, com um elemento marcante, representando a espiritualidade.

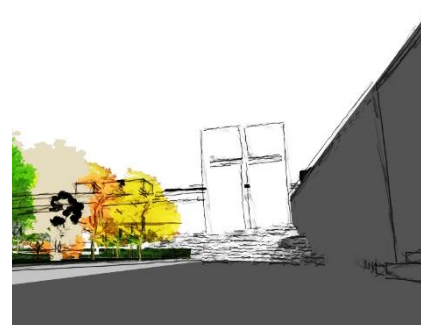


Figura 76 | Representação da Igreja no fim da Alameda

CENTRO CULTURAL

No conjunto dos volumes projetados ao longo da encosta da Achada de Santo Antônio, esta estrutura levada ao nível de projeto edificado tem o miradouro da ONU como cobertura e assenta-se no Parque urbano do Vale. Voltada a Sul, o volume se desenvolve para baixo, recortado pela Passarela do Projeto urbano que cria um segundo nível de miradouro,

Conceptualmente foi desenvolvida como uma sereia que se deu à costa, pousando-se no muro existente, com os pés em balanço para o vale, as barbatanas enraízam-se fazendo com que o mar se deita na terra.

A estrutura é pensada como um corpo deitado em que a raiz é tratada como a entrada do Ser, paralelismo que é transposto na concepção da sua entrada principal. Esta é feita na base do Vale, através de um grande jardim, situado no final de uma alameda, dando sequência a um percurso que penetra na estrutura, atravessando-a em toda a sua extensão, ao longo da qual se desenvolvem as várias fragmentações da sua componente programática, estas concebidas em analogia às partes e órgãos do corpo.

Toda a estrutura é pensada e organizada com Cabeça, Tronco e Membros, sendo suas funcionalidades baseadas nos conhecimentos dos Chakras³⁰. O corpo da sereia é fragmentado no piso térreo em partes diferentes que funcionam de forma independente embora se tenha a percepção de um todo quando vista do exterior. O espaço é organizado de modo a permitir um percurso contínuo, livre e fluido para os utilizadores da estrutura, assim como para as pessoas que a utilizam simplesmente como percurso ou meio para ir a um ponto fora da mesma.

Os percursos existentes no interior da estrutura permitem aceder facilmente às diferentes partes, havendo sempre entradas e saídas perpendiculares ao percurso principal, que facilitam o contacto com o Parque Urbano do Vale de Palmarejo. Ao longo da estrutura está sempre presente o convite para interromper o percurso e se perder pelo parque que está em face de toda a fachada da mesma.

Apesar de ser uma massa volumétrica grande esta se camufla com a mancha verde do parque. Este penetra no construído, levando a vegetação para dentro, através de paredes verdes que são estrategicamente colocadas no fundo, ao longo do percurso. A forma da estrutura, no seu ponto de contacto com o parque, nos

³⁰ De origem Sânscrito a palavra Chakra significa «roda de luz», sendo assim eles representam os centros de energia conectados com o nosso corpo. Existem 7 principais Chakras e cada um tem uma relação direta com algum órgão do corpo.

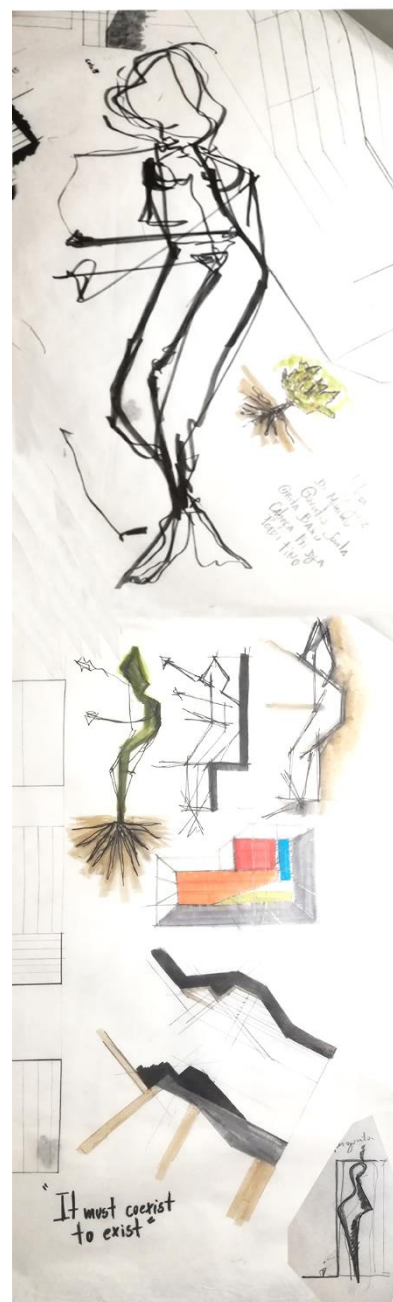


Figura 77 | Analogia da Sereia – Esquízo da Autora

remete à imagem de entrelaçar de dedos, como que o traçado formal do alto do planalto «dá a mão» ao parque, numa cumplicidade entre o construído e o natural.

À semelhança do corpo, a estrutura possui várias artérias que ligam os diferentes espaços e ambientes. Uma vez estando no interior da estrutura/corpo, nos pisos superiores, os percursos interligam os volumes fragmentados no piso térreo, dando unidade à estrutura. Isto faz com que os limites se confundem com ligações. Os conceitos de Ligação e de promenade são desenvolvidos à escala do edifício cujo traçado é feito com base em alinhamentos contínuos, tomando como referência o traçado ortogonal urbano.

A luz atravessa todo o corpo da estrutura fechada e ao mesmo tempo aberta, graças aos rasgos existentes na cobertura que garantem luminosidade e ventilação natural do espaço.

Relativamente ao conteúdo programático, a estrutura do Centro Cultural é composta por: Entrada da estrutura, Escola de música, Coworking center, Exchange, Galeria de Exposição, Biblioteca, Lobby, Auditório, Sala de artistas, Oficinas de trabalho e Residência de artistas.

JARDIM | PÉS | RAIZ | ENTRADA

O acesso principal do centro cultural pensado analogicamente a partir do corpo da sereia, em que os «pés» se enraízam na terra, sendo este o suporte responsável pela absorção da sua energia e a circulação da mesma ao longo do corpo/estrutura. Assim, a entrada do Centro é voltada para a terra – o Parque do Vale do Palmarejo – representando a tradição, a ligação com a fonte e com a raiz. Um grande vazio verde que se materializa em forma de um jardim é a entrada no «outro pé da sereia»³¹. Este vazio verde acolhe os visitantes e os transeuntes com um plano verde de fundo que se eleva no final da Alameda até o cimo do planalto. Projetado para levar a natureza para dentro do edificado, esta se prolonga em forma de um longo percurso de parede verde que se eleva para a totalidade da altura da estrutura.

A referência é o Chacra Raiz que nos oferece suporte e estrutura para viver no plano terrestre, pois é ele que nos conecta à terra, à existência, representa então o convite e o total foco na raiz quando se refere em uma matriz do património cultural.

ESCOLA DE MÚSICA | CHAMAR A MÚSICA

Refletindo no canto das sereias, evidenciando a importância da música na cultura cabo-verdiana, torna-se imprescindível posicionar a escola da música, com o canto, as violas, os tambores, logo à entrada do complexo. O ambiente “festa” concebido para encantar, representando o Chacra da alegria que estimula o

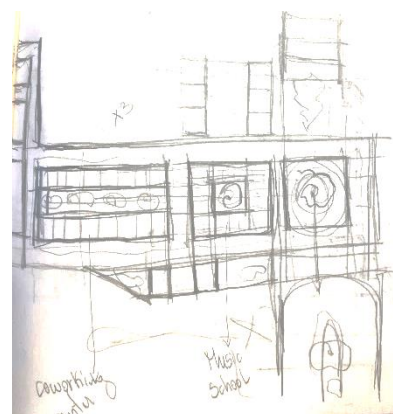


Figura 78 | Alameda- Entrada da estrutura. Escola de Música, Coworking - Esquízo da Autora

³¹ Couto, Mia - O outro pé da Sereia. 2006

melhor funcionamento dos outros órgãos do corpo, desperta de imediato no visitante a sensação de prazer.

Este sentimento, proporcionado pela alegria que a música transmite, induz-lhe a querer vivenciar a experiência, perceber a força da música, o interesse natural do povo para tal expressão, que representa o potencial para a elevação do ser, da cultura do país, bem como sua projeção.

O volume com um pátio central, em contacto com os percursos públicos, convida quem atravessa o complexo, a parar, ver e sentir, e assim despertar o interesse para a educação musical. O pátio é um espaço aberto propício para grandes ensaios de música e de canto.

A caixa de música funciona no primeiro piso como um *open space*, estruturado nos seus contornos pela acessibilidade vertical, os arrumos e área técnica para seu funcionamento. Ao longo do primeiro piso, contornando o pátio existente no piso inferior, distribuídas por um corredor em aberto, estão as salas de aula de música. O ultimo piso que se projeta para além do limite da caixa de música alinha-se com o limite do volume da estrutura, "o joelho" da sereia. Este que se dobra em vénia para o parque urbano, recebe a programática dos "black box", ou seja, um Estúdio de música.

A Escola oferece assim espaços propícios e com condições adequadas para gravações discos e outras obras áudio. Esta programática, desenvolvida para uso público em forma de alugar, tem como estratégia dar resposta à demanda dos jovens da cidade.

COWORKING CENTER

A dinâmica cultural e empresarial da Cidade da Praia, com um considerável índice de jovens portadores de projetos start up justifica a inclusão de Coworking Center no Centro Cultural.

O terceiro fragmento do corpo oferece um volume com a componente programática de um Coworking center. Desenvolvido como um open space onde a interligação entre os seus 3 pisos representa a dinâmica, o poder e a realização, proporcionando o movimento, a traça e a ligação.

Atravessado lateralmente pelo percurso público que atravessa todo o corpo da estrutura, o limite entre o volume e o percurso é feito com uma certa transparência, que convida e ao mesmo tempo oferece privacidade para quem está dentro.

Nos pisos superiores, circulando à volta de um open space que se desenvolve desde a base do volume, onde está situado um pátio central, pode-se observar todos os acontecimentos dos diferentes núcleos de trabalho.

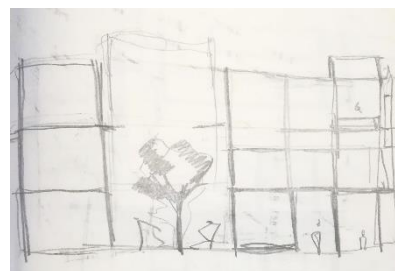


Figura 79 | Pátios internos dos volumes - Esquiza da Autora

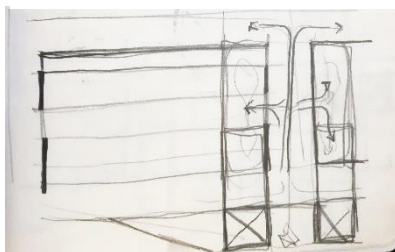


Figura 80 | percurso fluido entre os volumes - Esquiza da Autora

Os núcleos de trabalho se ligam à parede verde do percurso público, através de passarelas, servindo de varandas, funcionando como espaços de intervalo que se projetam para um jardim suspenso.

Voltado a Sul, no terceiro piso, o volume avança em balanço, acompanhando o alinhamento do corpo da estrutura e protegendo o percurso público, que continua em baixo ao longo da Fachada.

EXCHANGE

O volume que representa o Estômago do corpo serve como um espaço de Exchange, onde é feito o desenho de um grande lounge com palco, cozinha aberta para self service, salas de convívio e salas de reuniões. É concebido como um lugar onde se faz a digestão de todo o trabalho e do conhecimento produzido no volume do Coworking. Desenhado para receber eventos, conferências e apresentações públicas de pequeno porte.

O volume liga-se ao Lobby principal do edifício, pelo qual também pode ser acedido. A fachada, voltada a Sul, em direção ao Parque urbano é servida por uma varanda em toda a sua extensão, nos dois pisos superiores.

No terceiro piso esses volumes, assim, como os outros se interligam através de percursos internos que unem todo o corpo, transmitindo a continuidade na vivência do centro cultural. Assim, o corpo apesar de estar fragmentado e aberto ao público, apresenta unidade e privacidade.

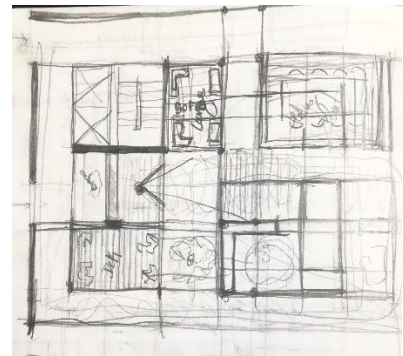


Figura 81 | piso térreo do Exchange

GALLERIA DE EXPOSIÇÃO

Em paralelo ao percurso longitudinal público que atravessa todo o corpo da sereia, é projetado um open space com a funcionalidade de uma galeria de exposição. Na primeira parte, os 3 pisos de pé direito oferecem condições para apresentação de peças de grande porte.

O piso base é composto pela funcionalidade de sistemas sanitários e apoio administrativo da zona expositiva. São projetados vazios ao longo da parede de fundo que vence todo o volume, alcançando o alto do miradouro na cota 34. Esta ligação ventila, ilumina e leva igualmente a estrutura verde do Parque urbano que se entranha por dentro do corpo e acompanha os vazios para o alto da Achada de Santo Antônio.

BIBLIOTECA

O volume da biblioteca composto por 4 pisos entrelaça com o piso do volume Exchange, abraça as Galerias de Exposição, eleva-se para os 2 níveis de miradouro, acessível através dos mesmos. Projetado como um open space com espaços de estudo e de consulta. Convida a percorrer o edifício nos 2 miradouros.

O conceito aplicado de um edifício aberto, posicionado no caminho, por forma a ser utilizado como uma opção de percurso para atravessar ou ligar pontos da cidade, funciona como fator de atração e de exposição da sua própria oferta. Quem passa ou chega ao lugar está sujeito a interagir com suas funcionalidades e ofertas.

Neste contexto é estratégico posicionar uma biblioteca, pela sua função e importância para a sociedade, num edifício multifunções onde o Exchange, a troca, a ligação e a simbiose têm maiores oportunidades de acontecer.

O LOBBY

O Lobby central é o elemento estruturante e marcante do corpo da estrutura, pois faz a ligação para os diferentes pisos e leva o Parque urbano para o alto, através de uma grande parede verde de fundo. Em contacto com o parque urbano o rasgo central teve o seu traçado originado no alinhamento da rua da UCCLA no alto da Achada. Tratado como um grande vazio, a partir do qual se acede à biblioteca do lado esquerdo e do lado direito o auditório.

AUDITORIO

Este volume representa o Chacra do coração. Onde se expõe o que é produzido "jogar para fora o que está dentro". Pensado como uma grande caixa, com o palco posicionado no lado Sul, voltado para o Parque urbano, o que permite a realização de apresentações tanto no auditório, como para o seu exterior.

Este volume é atravessado por passadiços que interligam os órgãos do conjunto. É atravessado igualmente pelo percurso público e a galeria de exposição. Desenvolve-se consoante a inclinação da bancada, alcança o terceiro piso, onde se situa o seu acesso principal no lobby.

Os braços que se desenvolvem ao longo do projeto urbano são representados no edifício, estendidos para frente, apontando para o Parque urbano.

A área técnica do auditório está instalada no piso do estacionamento.

SALA DE ARTISTAS

Anexado ao auditório, está um volume, projetado como um pescoço que costura o coração á cabeça. Este espaço faz a ligação direta aos camarins situados no piso do estacionamento, na área técnica, assim como ao palco do auditório.

O Espaço é concebido para como uma antecâmara, um lugar de espera antes da entrada para as apresentações públicas. Possui um acesso separado e privado, mas também pode ser acedido pelo percurso público.

Este volume, com duplo pé direito, faz ligação da vivência do espaço dos pisos de cima que fazem parte do último núcleo - a cabeça do corpo.

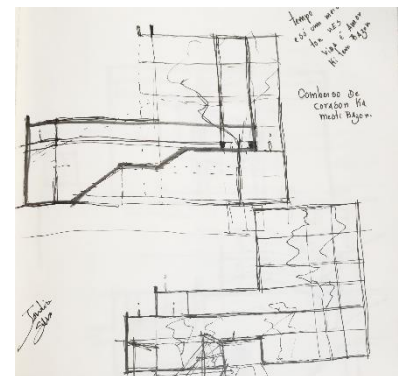


Figura 83 | corte esquemático do lobby - Autora



Figura 82 | Esqueto volumétrico do auditório

CABEÇA | O PERCURSO DE LIGAÇÃO

O percurso feito ao longo do corpo contorna o pescoço para se libertar em direção ao Parque urbano. Seguindo em frente, em alinhamento com a fachada do «corpo» vai dar à origem.

Uma outra opção de percurso de ascensão é feito em rampas, representando as ligações da mente. Liga o fundo do vale com os dois níveis do miradouro, com a ponte que une a encosta da Achada com o Palmarejo e com o alto da Achada. Esta rampa nasce no Pátio central, localizado no volume da cabeça.

Na sua composição programática, o volume da cabeça é constituído por oficinas de trabalho que criam uma dinâmica de centralidade no pátio central, situado no piso térreo.

No piso superior são projetadas salas de ensaios próximas ao auditório, fazendo poio a este.

No 3.º piso, com as fachadas voltadas para o parque urbano, está localizada a residência de artistas, com apoio de uma sala de espera e um bar-esplanada. Este último está voltado para o interior do pátio.

A lavandaria e a área técnica de apoio estão localizadas no piso de estacionamento.

RESTAURANTE

No nível da Passarela, à cota 25, em cima da caixa do auditório, posiciona-se uma esplanada voltada a Sul que dá apoio a toda a extensão da cobertura dos volumes desenvolvidos em baixo. Na sua parte superior desenvolve-se um restaurante, igualmente com fachada voltada a Sul, podendo ser acedido ao nível do Miradouro da ONU.

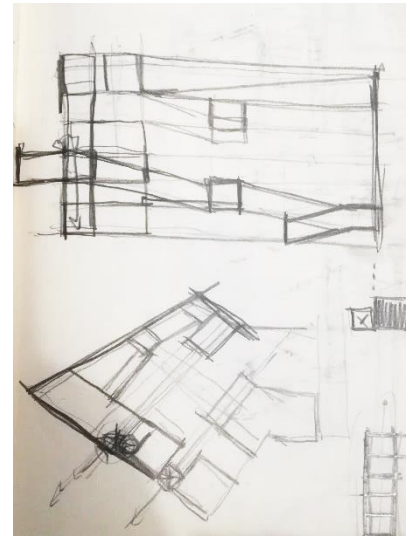


Figura 84 | Funcionamento da rampa - Cabeça da estrutura

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos informais fazem parte da paisagem urbana da cidade da Praia, assim como o núcleo matriz do centro urbano e vários bairros da cidade são totalmente infraestruturados e caracterizados por assentamentos formais.

O crescimento espontâneo, devido à pressão urbana sobre a capital do país, a insuficiência de solos infraestruturados e a pobreza estão na origem desse fenómeno. Trata-se, por conseguinte, de um problema estrutural que consideramos fazer parte da identidade da cidade da Praia. Como tal, é impensável pretender eliminá-lo.

Porém, é possível controlar a sua expansão, através de planeamento e introdução de mecanismos e estratégias a nível de projeto urbano, capazes de melhorar as condições desses assentamentos.

O pressuposto desse Projeto foi a identificação da dualidade urbana, problema resultante, em parte, do fenómeno de assentamentos informais, com reflexos na coesão social. Ao mesmo passo, na análise do território da área de intervenção visualizamos a oportunidade de intervir a nível da Arquitetura – a mancha verde do Vale de Palmarejo – através de um projeto de costura urbana que valoriza e introduz melhorias em toda a área de intervenção.

Este projeto procurou demonstrar as possibilidades de ligação e de melhorias, através do redesenho do remate da encosta de Achada de Santo António, transformando o Vale num Parque verde integrando-o no tecido urbano. A nível de projeto urbano, focamos sobretudo nas questões prementes de acessibilidade, resolvendo-os com propostas de equipamentos que fazem a costura urbana, de apoio à comunidade e de lazer, sem mexer muito no existente e considerando as pré-existências.

A nível de projeto edificado, encaixamos estrategicamente uma Estrutura com uma programática cultural que reforça a ligação das duas realidades, abraçando-as. Embora não tenha sido possível resolver todos os problemas de costura urbana, consideramos que topograficamente a área de intervenção tem potencial que permite vários jogos de tecido urbano, para criar e resolver problemas do mesmo. A partir de pesquisas in locus e conhecimento do lugar, o projeto procurou relacionar o sentido do lugar com o ambiente, a envolvência social e a identidade, numa linguagem tridimensional, conferindo uma metodologia projetual que se poderá aplicar em outras intervenções semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marques de, Palácios da memória II, (2007), Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. (Documento policopiado)
- ALVES, Fernando M. Brandão, (2003), Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica, Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- AMARAL, Ilídio de – Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens, JIU, Lisboa, 1964
- Borracho, C. (2001), Psicologia social, ambiente e espaço. Lisboa: Instituto Piaget
- BRANDÃO, Pedro (2011), O sentido da Cidade, Lisboa: Editora: Livros Horizonte.
- CARNEIRO, L. (1990), Urbanização e habitação urbana no terceiro mundo, o caso de Cabo Verde, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- CHODAY, Françoise, (2000) A Alegoria do Património, Edições 70, Lisboa.
- CULLEN, Gordon (1971), Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.
- CULLEN, Gordon, (2010), A Paisagem Urbana, Edições 70, Lisboa. Deuxième Edition, Pierre Mardaga Editeur, Liège, Bruxelles.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria De Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz – (2014), Cabo Verde. Cidades, território e arquitectura. Lisboa: CIAUD: FCT
- FERNANDES, Sérgio Padrão, (2016) Cidades imaginadas nos planos de urbanização, Cabo Verde 1934/1974, ARGUMENTUS Edições Lda.
- FONSECA FERREIRA, A., (1984), Crise do Alojamento e Construção Clandestina em Portugal, Sociedade e Território, Porto Editora
- Frente Marítima da Cidade da Praia, Estudo e enquadramento estratégico, abril de 2010. Edição. Fundação Calouste Gulbenkian.
- FURTADO, Emanuel (2008), Monografia: A expansão da cidade da Praia 1990-2000, crescimento espontâneo e pobreza urbana, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.
- GOMES, Lourenço (2010), Urbe, memória e Crítica de Arte, edições UNICV, Praia.
- LAMAS, José Manuel, (2010), Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, 5ª edição, Lisboa:
- LERNER, Jaime. (2003). Acupuntura Urbana, Editora: Record.
- LÉVI- STRAUSS, Claude, (1993), Tristes Trópicos, Lisboa, edições 70.
- LOPES, João (1959), Do Funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou, Colóquios cabo-verdianos, n.º 22, JIU, Lisboa.
- LYNCH, Kevin, (1960), The image of the city, by the Massachusetts Institute of Technology. A imagem da cidade (trad.) Edições 70, Lda.
- LYNCH, Kevin. (1960), A Imagem da Cidade, Lisboa, Edições 70.
- MORAIS, João Sousa, (2007), Notas sobre a (Re) construção de uma Disciplina no Território da Arquitectura, Lisboa: Ed. Livros Horizonte.
- MUGA, Henrique, (2005), A psicologia da arquitectura, Ed. Gailivro, Lda.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1981), Genius Locci, Paysage, Ambiance, Architecture, Deuxième Edition, Pierre Mardaga Editeur, Liège, Bruxelles.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, (1981), Genius Loci - Paysage, Ambiance, Architecture,
- PALLASMAA, J. (1996), The eyes of the Sky Editora : ACADEMY LONDON

- PEREIRA, Daniel, (2005), Estudos da História de Cabo Verde, Ed. Alfa-Comunicações,
- PORTAS, Nuno et al., (coord.), (2003), Políticas Urbanas, Tendências, estratégias e oportunidades, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, Orlando – A ilha do Fogo e as suas erupções, JIU, Lisboa, 1954
- RIBEIRO, Orlando - Aspetos e problemas da expansão portuguesa, JIU, Lisboa, 1962
- ROSSI, Aldo (1966). La arquitectura de la ciudad. Barcelona: Gustavo Gili,
- ROSSI, Aldo, (1982) La Arquitectura de la Ciudad, 8ª edição, Barcelona.
- SILVA, António (1998), Espaços urbanos de Cabo Verde, Editora: Comissão dos Descobrimentos.
- SILVA, António Correia e - Espaços urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades-porto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- SILVA, António, (2004), Combatentes Pela História, Praia, Spleen Edições.
- ZEVI, Bruno (1986) uma definição de Arquitetura, coleção Arquitetura & Urbanismo, Lisboa, edições 70.
- ZUMTHOR, Peter (2006), Atmosferas, Barcelona, Editora: Gustavo Gilli, SL.

ESTUDOS:

- C.M.P (2011), Plano Director Municipal da Praia, Relatório de caracterização e diagnóstico Santiago.
- ONU Habitat (2013), Perfil Urbano da cidade da Praia, Editora: Un-Habitat.
- Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde – Censo da população 2010.
- ONU-Habitat (2013) The States of the world Cities Report.
- PNUD (2013), Relatório: a Ascensão do Sul, Progresso humano num mundo diversificado, Editora Instituto Camões.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

- (<https://antoniocv.wordpress.com/2017/03/05/a-luta-de-libertacao-nacional/>)
- (<https://antoniocv.wordpress.com/2017/03/05/a-luta-de-libertacao-nacional/>)
- ARCHDAILY (2016) [online] O *Centro das Artes-Casa das Mudanças* Disponível: <http://www.archdaily.com.br/br/01-7783/centro-de-artes-casa-das-mudas-paulo-david> [acedido em 12 junho de 2016]
- A iluminação urbana e ambiental como instrumento de valorização das cidades históricas e áreas urbanas /by Pinto-Coelho, M. J.
- A memória do mar: by Peralta, Elsa
- A reabilitação sustentável como processo de afirmação de uma identidade
- A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território:
- ARCHDAILY (2016) [online] O *Centro das Artes-Casa das Mudanças* Disponível: <http://www.archdaily.com.br/br/01-7783/centro-de-artes-casa-das-mudas-paulo-david> [acedido em 12 junho de 2016]
- Autores: Kohlberger, Danuta, red. | Czerner, Olgierd,--ed.
- BERTRAND, Yann (2016), [online], *Hortas urbanas em Genebra, Suíça* Disponível: <http://www.yannarthusbertrand.org> [acedido em 18 novembro 2016].
- BERTRAND, Yann (2016), [online], *Hortas urbanas em Genebra, Suíça* Disponível: <http://www.yannarthusbertrand.org> [acedido em 18 novembro 2016].
- by Barata, Maria Filomena

by Caçõila, Sandra Marina Monteiro da Silva

by Marques, Elsa Sofia Camacho

by Nasser, Noha

Camara Municipal de Lisboa [online]Corredor Verde estruturante do Vale de Alcântara Disponível: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/vale-de-alcantara> [acedido em 18 agosto de 2016]

Camara Municipal de Lisboa[online]Corredor Verde estruturante do Vale de Alcântara Disponível: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/vale-de-alcantara> [acedido em 18 agosto de 2016]

Cidade informal e os paradigmas da contemporaneidade:

Cultura e valor /by Wittgenstein, Ludwig,

Cultural continuity and meaning of place:

Cultural landscape :

Entre a metrópole e o infinito, fica um lugar de sangue africano

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12664>

Identidades, percursos, paisagens culturais: by Fortuna, Carlos

Lazer, cultura e património ambiental urbano. Autores: Marcellino, Nelson
Carvalho

Mapa cultural: Publicado por : MEC, (Rio de Janeiro:)

Património urbano de Maputo: Morais, João Sousa.AR 5/2005

STEEL, Carolyn (2013). [online]Hungry city, how food shapes our lives, Disponível:

https://www.ted.com/talks/carolyn_steel_how_food_shapes_our_cities [acedido em 16 junho 2016].

Patrimónios, natural e cultural: Ramalhete, Filipa,--coord. | Moura, sabel,--coord.

Reflexões sobre as escalas de intervenção da arquitectura, no *património urbano: Morais, João Sousa*

https://www.ted.com/speakers/taiye_selasi - consultado em 24-04-2017

Taiye Selasi is herself a study in the modern meaning of identity

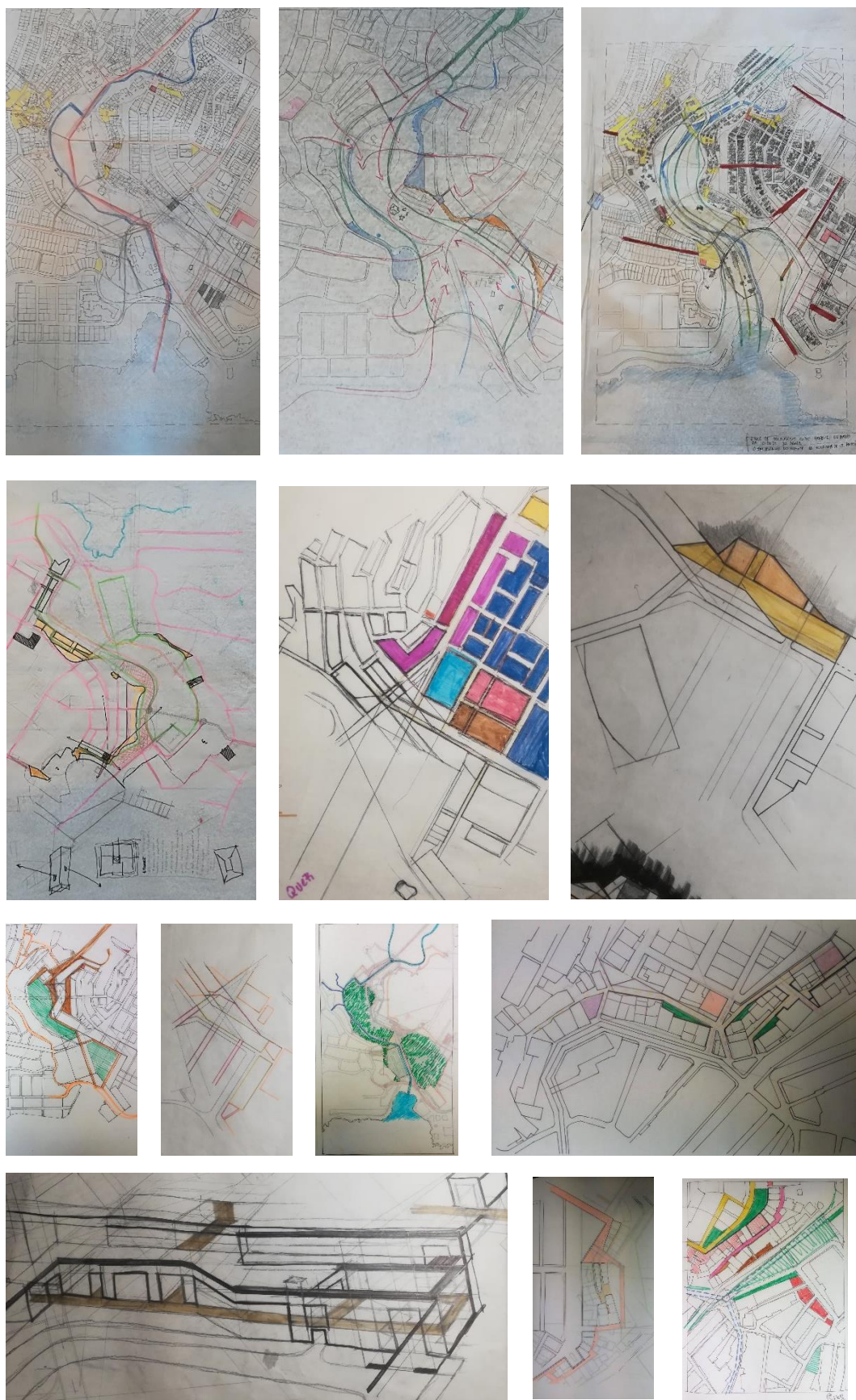


Figura 86 | Esquços da Proposta Urbana

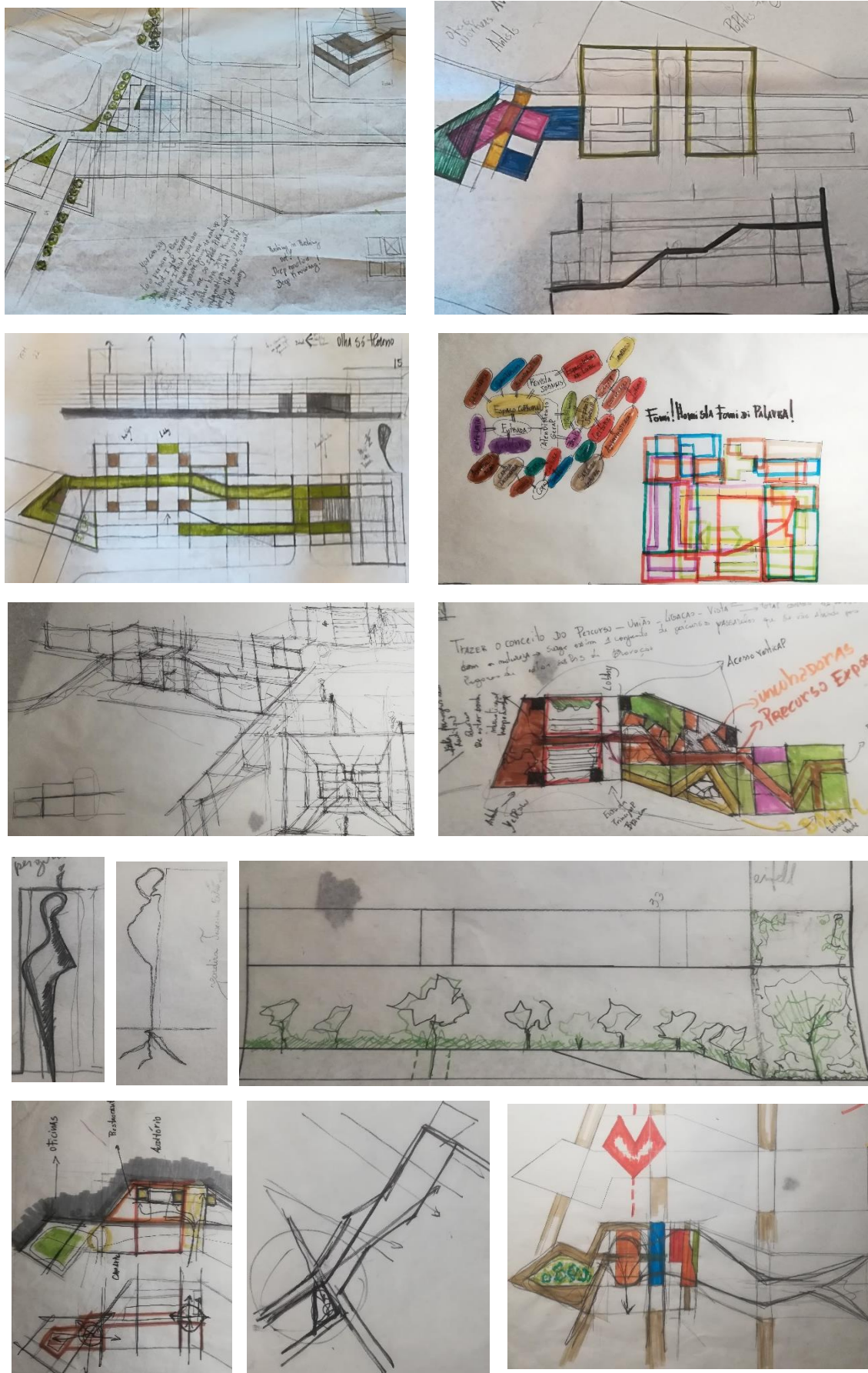


Figura 87 | Esquícios Processo de Trabalho | Proposta Edificada

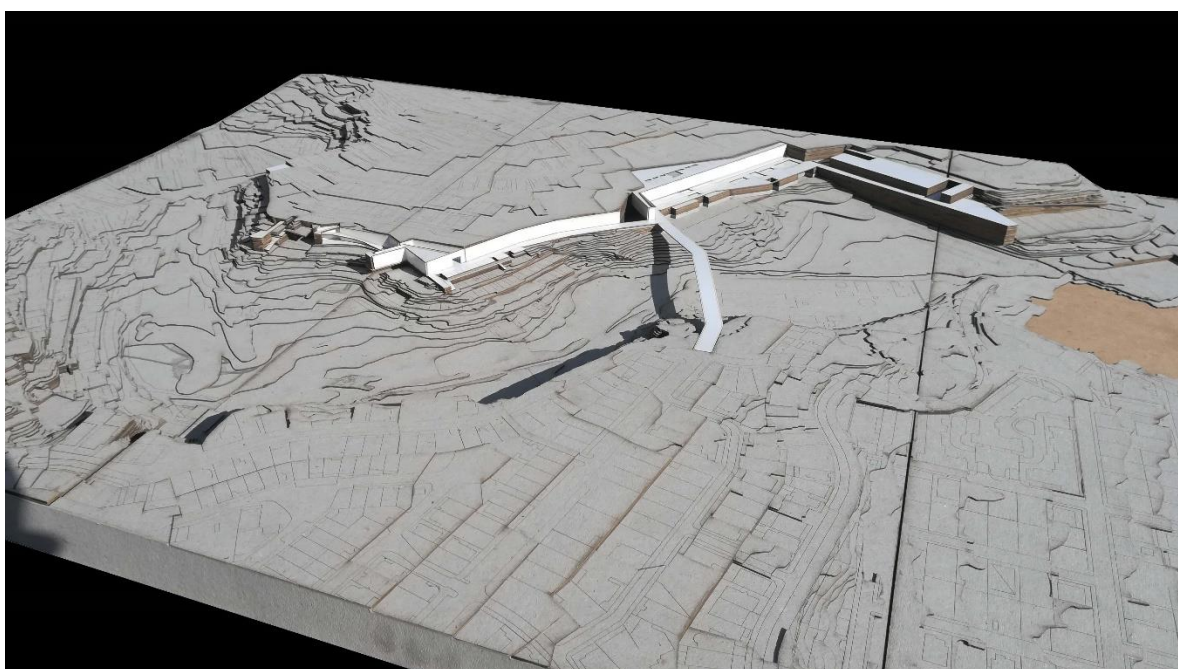


Figura 89 | Figura 87 | Fotografias da Maquete final | Proposta Urbana | esc. 1/1000



Figura 90 | Fotografia Maquete final | Proposta do Edificado esc. 1/500

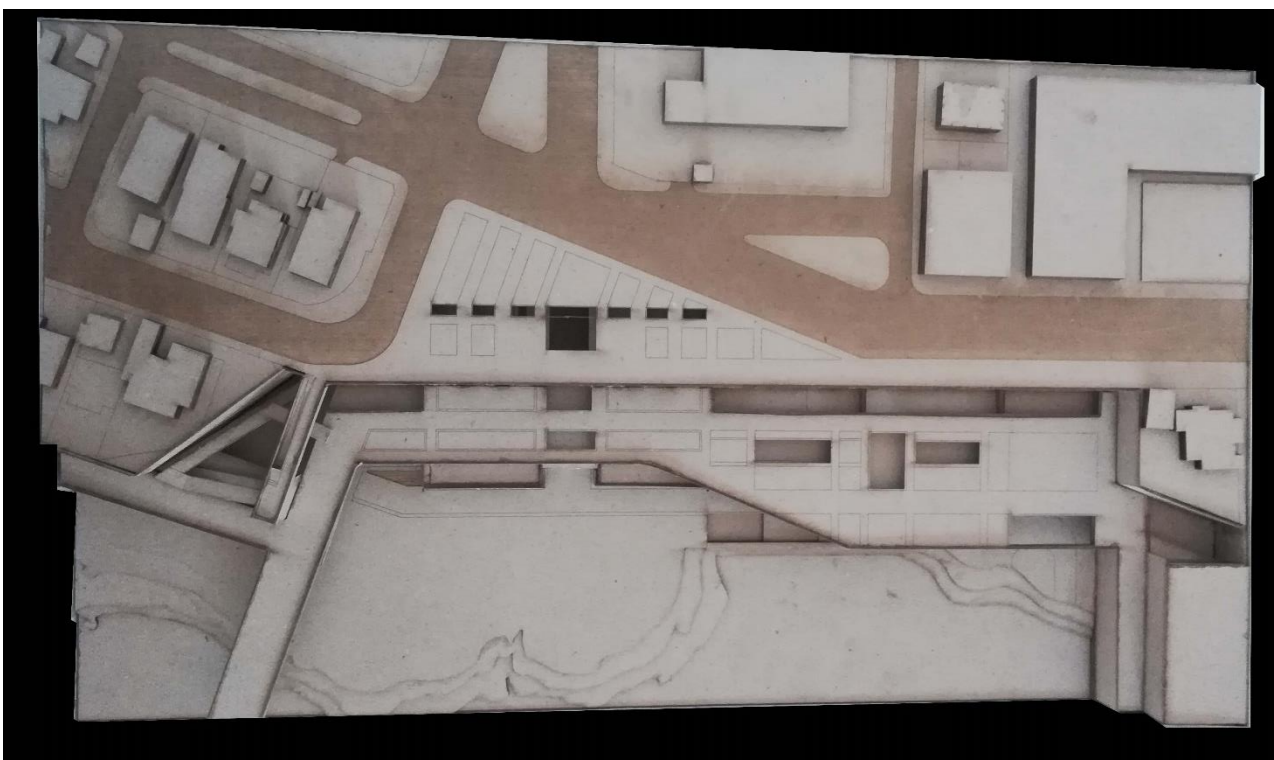
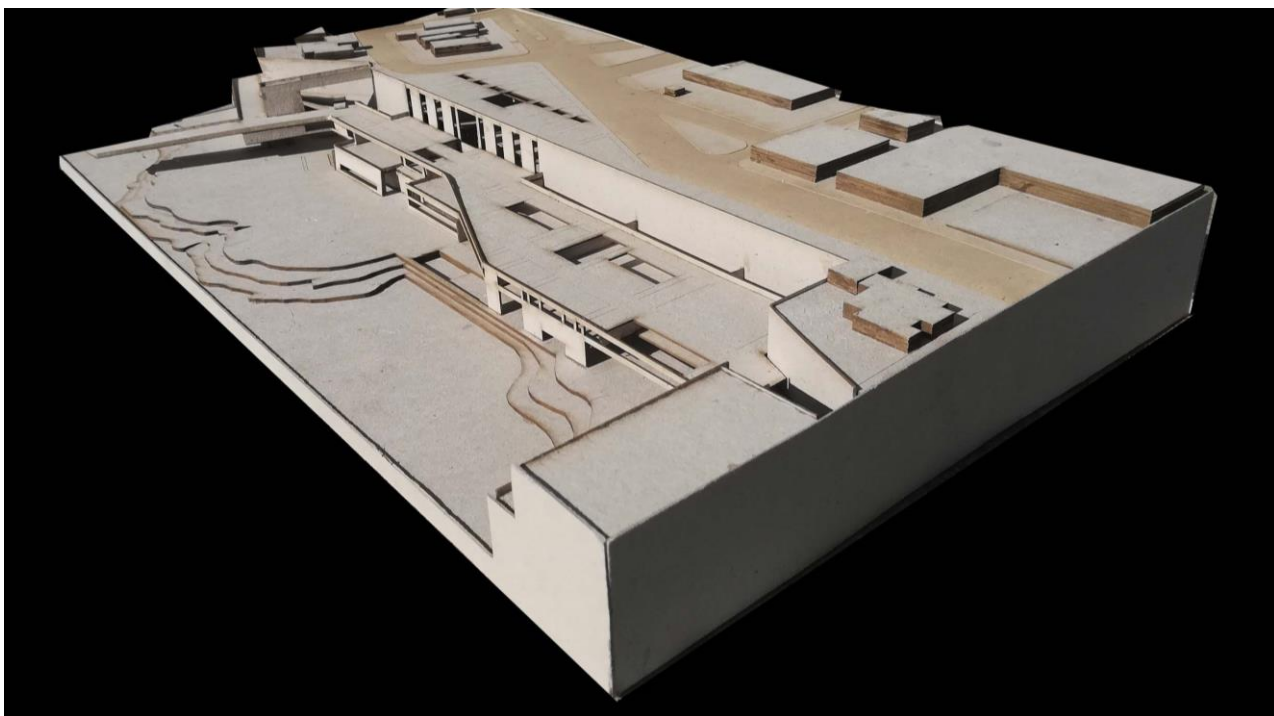


Figura 91 | Figura 90 | Fotografia Maquete final | Proposta do Edificado esc. 1/500



Figura 92 | Figura 91 | Figura 90 | Fotografia Maquete final | Proposta do Edificado esc. 1/200



Figura 93 | Fotografias Maquete Final Proposta Edificado | esc. 1/200